

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

Maria Luiza Kellermann Marcellino

A CIA COMO INSTRUMENTO DE MANUTENÇÃO DA HEGEMONIA
ESTADUNIDENSE: INTERVENÇÕES NA AMÉRICA LATINA NO PERÍODO DA
GUERRA FRIA

FLORIANÓPOLIS

2023

MARIA LUIZA KELLERMANN MARCELLINO

**A CIA COMO INSTRUMENTO DE MANUTENÇÃO DA HEGEMONIA
ESTADUNIDENSE: INTERVENÇÕES NA AMÉRICA LATINA NO PERÍODO DA
GUERRA FRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharela em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Camila Feix Vidal

FLORIANÓPOLIS

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Marcellino, Maria Luiza Kellermann

A CIA como instrumento de manutenção da hegemonia
estadunidense : intervenções na América Latina no período da
Guerra Fria / Maria Luiza Kellermann Marcellino ;
orientadora, Camila Feix Vidal, 2023.

95 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Relações Internacionais.
3. Estados Unidos. 4. América Latina. 5. CIA. I. Vidal,
Camila Feix. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Maria Luiza Kellermann Marcellino

A CIA como instrumento de manutenção da hegemonia estadunidense: intervenções na América Latina no período da Guerra Fria

Florianópolis, 27 de junho de 2023.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Ma. Jahde de Almeida Lopez
Universidade Federal de Santa Catarina

Me. Luan Correa Brum
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Profa. Camila Feix Vidal
Orientadora

Florianópolis, 2023

*Em memória de minha avó, Irene, por sempre
incentivar a busca pelo conhecimento.*

AGRADECIMENTOS

À professora Camila, pela orientação tanto na monografia quanto nos anos anteriores de pesquisa e pelo incentivo de um pensamento crítico nas Relações Internacionais, com discussões para além da sala de aula.

Ao grupo de estudos sobre Estados Unidos e América Latina, pelas inúmeras discussões e contribuições que incentivaram a escrita desta monografia. Especialmente, aos colegas Luan e Jahde pelo auxílio de sempre.

Aos professores da Escola Autonomia, por terem ensinado muito além das disciplinas, com uma educação humanista e sempre incentivando o pensamento criativo e crítico dos alunos.

Aos meus pais, Kako e Sol, por todo o apoio e investimento durante a minha jornada acadêmica e por sempre incentivarem meu crescimento e autonomia.

Ao meu irmão, João, pelo cuidado e pelo grande exemplo como irmão mais velho.

À minha irmã e melhor amiga, Maria Laura, pelo apoio incondicional e por estar do meu lado durante toda a minha formação.

Aos meus amigos de curso Duda, Giulia, João, Lari, Mari e Rafa pela amizade e por terem me proporcionado os momentos mais felizes da graduação.

Aos membros das gestões 2018, 2019, 2020 e 2021 da Atlética de Relações Internacionais da UFSC, por terem dividido comigo momentos inesquecíveis.

Aos meus colegas da turma 18.1, pela parceria desde o início até o final da graduação.

À Universidade Federal de Santa Catarina e a todos que conheci durante essa jornada universitária.

“Um dos principais objetivos da política externa dos Estados Unidos é a criação de condições nas quais nós e outras nações possamos desenvolver um modo de vida livre de coerção [...] Nossa vitória foi conquistada sobre os países que buscavam impor sua vontade e seu modo de vida a outras nações.”

(TRUMAN, 1947)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a atuação da Agência Central de Inteligência (CIA) como instrumento de manutenção da hegemonia dos Estados Unidos (EUA) na América Latina durante o período da Guerra Fria. Partindo-se de um enfoque teórico neogramsciano, que enfatiza a importância da ideologia na manutenção e na reprodução de uma certa classe social, esse trabalho tem como ponto de partida o entendimento de que a elite dirigente legitima seu papel ao persuadir a sociedade a pensar de dada maneira - reproduzindo a desigualdade econômica e social do *status quo*. Destarte, a monografia dedicar-se-á a analisar a política externa dos Estados Unidos para a América Latina no âmbito da CIA, buscando-se analisar e explicar o papel da CIA na desestabilização (e deposição) de governos progressistas e/ou desenvolvimentistas na América Latina no período da Guerra Fria como uma forma de manutenção da hegemonia estadunidense por meio do consenso e coerção. Para isso, o trabalho é dividido em duas grandes partes: na primeira foram mapeadas as principais intervenções da Agência nos países latino-americanos durante o período. Entretanto, diferentemente de estudos já realizados sobre o objeto, essa primeira parte da pesquisa busca centralizar a CIA a partir do estudo da sua história e de seus dirigentes. Já na segunda parte, é realizado um estudo de caso da primeira intervenção da Agência na América Latina, na Guatemala de 1954, que resultou na derrubada do presidente eleito democraticamente Jacobo Arbenz do poder e na ascensão de Castillo Armas, coronel alinhado com os interesses estadunidenses. Como resultados, na primeira parte da pesquisa verificamos que a CIA é composta por uma classe dirigente formada por homens brancos que serve de instrumento clandestino dos EUA no âmbito externo para manutenção de privilégios dessa classe. Já na segunda parte da pesquisa, verificamos que a Agência orquestrou a intervenção e o consequente golpe de estado contra Jacobo Arbenz na Guatemala com o objetivo de manter o país alinhado aos interesses dessa mesma classe estadunidense.

Palavras-chave: Hegemonia; CIA; América Latina; Guerra Fria; Estados Unidos;

ABSTRACT

This work aims to analyze the performance of the Central Intelligence Agency (CIA) as an instrument for maintaining the hegemony of the United States (USA) in Latin America during the Cold War period. Starting from a neogramscian theoretical approach, which emphasizes the importance of ideology in the maintenance and reproduction of a certain social class, this work has as its starting point the understanding that the ruling elite legitimizes its role by persuading society to think in a certain way - reproducing the economic and social inequality of the status quo. Thus, the monograph will be dedicated to analyzing the US foreign policy towards Latin America within the CIA, seeking to analyze and explain the role of the CIA in the destabilization (and deposition) of progressive and/or developmentalist governments in the Latin America in the Cold War period as a way of maintaining US hegemony through consensus and coercion. For this, the work is divided into two major parts: the first mapped the main interruptions of the Agency in Latin American countries during the period. However, unlike studies already carried out on the subject, this first part of the research seeks to centralize the CIA from the study of its history and its leaders. In the second part, a case study is carried out of the first intervention of the Agency in Latin America, in Guatemala in 1954, which resulted in the overthrow of the democratically elected president Jacobo Arbenz from power and in the rise of Castillo Armas, a colonel led by US interests. As a result, in the first part of the research, we found that the CIA is composed of a ruling class made up of white men that serves as a clandestine US instrument in the external sphere for maintaining the privileges of this class. In the second part of the research, we found that the Agency orchestrated the intervention and the consequent coup d'état against Jacobo Arbenz in Guatemala with the aim of keeping the country aligned with the interests of that same US class.

Keywords: Hegemony; CIA; Latin America; Cold War; United States;

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

Figura 1 - Linha do tempo do serviço de inteligência dos EUA entre 1941 e 1947.....	43
Figura 2 - Posição da CIA na Comunidade de Inteligência dos EUA.....	44
Gráfico 1 - Distribuição das despesas da CIA para o orçamento fiscal de 2013.....	45
Tabela 1 - Universidades que frequentaram os ex-diretores da CIA, DCIs e DNIs.....	47
Figura 3 - Gênero dos 33 ex-diretores da CIA, DCIs e DNIs	49
Tabela 2 - Dez intervenções da CIA em países da América Latina durante a Guerra Fria.....	50
Gráfico 2 - Índice de democracia da Guatemala e da América Latina entre 1949 e 1959.....	62
Gráfico 3 - Índice de democracia do Equador e da América Latina entre 1956 e 1966.....	62
Gráfico 4 - Índice de democracia do Brasil e da América Latina entre 1959 e 1969.....	63
Gráfico 5 - Índice de democracia do Uruguai e da América Latina entre 1968 e 1978.....	63
Gráfico 6 - Índice de democracia do Chile e da América Latina entre 1968 e 1978.....	64
Figura 4 - Seção “Spy Kids” do site da CIA.....	66
Figura 5 - Imagem capturada do site da CIA do depoimento do barbeiro da Agência.....	67
Figura 6 - Mapa da Guatemala.....	70

LISTA DE SIGLAS

CIA	Agência Central de Inteligência
CIG	Grupo de Inteligência Central
COI	Escritório do Coordenador de Informação
DCI	Diretor de Inteligência Central
DNI	Diretor de Inteligência Nacional
EUA	Estados Unidos da América
IC	Comunidade de Inteligência
MIP	Programa de Inteligência Militar
NIP	Programa de Inteligência Nacional
NSC	Conselho de Segurança Nacional
ODNI	Escritório do Diretor de Inteligência Nacional
OSS	Escritório de Serviços Estratégicos
SSU	Unidade de Serviços Estratégicos
UFCO	United Fruit Company
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
U1	Unidade Central de Inteligência

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. DESENVOLVIMENTO TEÓRICO.....	17
2.1 Gramsci em seu contexto.....	17
2.2 Teoria Crítica Neogramsciana.....	21
3. POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE PARA A AMÉRICA LATINA.....	29
3.1 Da Doutrina Monroe à Política de Boa Vizinhança.....	29
3.2 Posição estadunidense na Guerra Fria.....	32
3.3 Política de contenção na América Latina.....	34
4. A CIA COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA EXTERNA DOS EUA.....	41
4.1 Contextualização.....	41
4.2 Dirigentes.....	46
4.3 Intervenções na América Latina.....	49
4.3.1 Golpe contra Jacobo Arbenz na Guatemala.....	51
4.3.2 Golpe contra Fidel Castro em Cuba.....	52
4.3.3 Golpe contra José Velasco no Equador.....	53
4.3.4 Assassinato de Rafael Trujillo na República Dominicana.....	54
4.3.5 Oposição contra Cheddi Jagan na Guiana.....	55
4.3.6 Golpe contra João Goulart no Brasil.....	56
4.3.7 Apoio à ditadura de Juan Bordaberry no Uruguai.....	57
4.3.8 Golpe contra Salvador Allende no Chile.....	58
4.3.9 Apoio aos Contra na Nicarágua.....	59
4.3.10 Desmobilização das guerrilhas de El Salvador.....	61
4.4 Promoção da Democracia.....	61
4.5 Imagem pós-Guerra Fria.....	65
5. O CASO DA GUATEMALA.....	70
5.1 Contextualização da Guatemala.....	70
5.2 A United Fruit Company.....	73

5.3 O interesse estadunidense e a operação PBSUCCESS.....	75
5.4 O legado da PBSUCCESS.....	78
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS.....	85
ANEXO A - RESUMO DO DESENVOLVIMENTO DA OPERAÇÃO DA CIA RELATIVA À GUIANA EM 1962.....	92
ANEXO B - CABO DE ORIENTAÇÃO OPERACIONAL DA CIA SOBRE CONSPIRAÇÃO DE GOLPE, 16 DE OUTUBRO DE 1970.....	93
ANEXO C - PÁGINA DO “THE FREEDOM FIGHTER’S MANUAL” DESENVOLVIDO PELA CIA PARA REBELDES DO CONTRA.....	94

1. INTRODUÇÃO

Em 23 de maio de 1997, o serviço de inteligência estadunidense (Central Intelligence Agency - CIA) divulgou cerca de 1.400 páginas das mais de 100.000 estimadas em seus arquivos secretos sobre o programa de desestabilização da Guatemala (DOYLE; KORNBLUH, 1997) que ocasionou o golpe contra o então presidente Jacobo Arbenz em 1954. Visto pela população como símbolo de justiça social, Arbenz adotou medidas relativamente desenvolvimentistas que impactavam interesses materiais e estratégicos do governo dos Estados Unidos e, particularmente, de empresas estadunidenses como da United Fruit Company (UFCO)¹. A intervenção da CIA se deu, primeiramente, pela operação PBSUCCESS, na qual foi providenciado o envio de armas pela Agência para oficiais do Exército da Guatemala (KINZER; SCHLESINGER, 1982). Posteriormente, a Agência obteve o financiamento de 2.7 milhões de dólares, autorizados pelo então presidente estadunidense Dwight Eisenhower, para "guerra psicológica", "ação política" e "subversão", entre outros componentes de uma guerra paramilitar, para destituir Arbenz (DOYLE; KORNBLUH, 1997, não paginado). Assim, nos primeiros anos após o início da Guerra Fria e em conjunto com o Departamento de Estado, a CIA já participava de operações e intervenções em países da América Latina com a justificativa de conter a 'ameaça comunista'.

Entretanto, a propaganda da luta contra o comunismo já havia sido lançada décadas antes pelo governo dos Estados Unidos. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, expressões como 'o perigo vermelho'², 'o assalto bolchevique à civilização'³ e 'a ameaça ao mundo pelos vermelhos'⁴ tornaram-se lugar comum nas páginas do The New York Times (BLUM, 2004, p. 7). Anos depois, com o fim da Segunda Guerra Mundial, a eclosão da Guerra Fria e a consequente bipolarização mundial; o discurso estadunidense anticomunista se intensificou. A criação da ameaça comunista foi usada pela CIA e pelo governo dos Estados Unidos como uma estratégia para conter a expansão do comunismo e a subversão por meio do alinhamento dos países ao regime liberal e à cooperação para a defesa coletiva do continente americano, com o pretexto de que o comunismo ameaçava a democracia e a segurança do continente (STEPHAN, 2016).

Assim, a partir da Guerra Fria, países latino-americanos cujos governos não se

¹ Multinacional estadunidense e maior proprietária de terras de cultivo da Guatemala naquele momento.

² Traduzido do original: "*Red Peril*"

³ Traduzido do original: "*the Bolshevik assault on civilization*"

⁴ Traduzido do original: "*menace to world by Reds is seen*"

alinhassem com os ideais econômicos e políticos dos Estados Unidos eram considerados ‘comunistas’ e, como tal, tornavam-se uma ameaça aos interesses dos dirigentes estadunidenses, usando como pretexto a defesa da democracia e da segurança nacional ao que obscurecia o interesse de assegurar a dominação da classe hegemônica sobre outras classes sociais bem como do Estado hegemônico sobre periféricos. Ou seja, países com governos desenvolvimentistas e relativamente progressistas, caracterizados por atores políticos favoráveis à transformação social em contraposição ao conservadorismo e ao elitismo (FUSER, 2018) que ameaçassem a hegemonia estadunidense deveriam receber a ‘ajuda’ da suposta maior democracia do mundo para conter o avanço comunista. Essa ‘ajuda’ estadunidense foi feita por meio de intervenções de várias formas, nas quais a CIA desempenhou um papel primordial em países da América Latina liderados por governos minimamente responsivos aos interesses das parcelas vulneráveis das suas populações.

A manutenção da hegemonia, na Teoria Crítica Neogramsciana, é tratada como uma combinação entre coerção e consentimento exercida por forças sociais que detêm o controle do Estado e do poder político. Deste modo, as ideologias dominantes por essas forças sociais se estendem e passam à qualidade de senso comum. Segundo Robert Cox (2007, p.118), hegemonia se caracterizaria por “[...] uma ordem no interior de uma economia mundial com um modo de produção dominante que penetra todos os países e se vincula a outros modos de produção subordinados”. Assim, uma classe hegemônica seria um fenômeno internacional na medida que representa a ampliação de uma forma específica de relações sociais de produção, saindo do doméstico e se expandindo em uma escala mundial (COX, 1987). Como destaca Stephen Gill,

A hegemonia implica que a face coercitiva do poder retroceda e a face consensual se torne mais proeminente. Assim, a hegemonia de uma determinada classe, ou facção de uma classe, requer sucesso contínuo em persuadir outras classes e grupos da sociedade civil a aceitar sua liderança, bem como a maioria de seus valores-chave. A hegemonia é exercida por meio do desenvolvimento e da mobilização de uma formação político-econômico transclasse ou coalizão de forças em um bloco histórico⁵ (GILL, 2008, p. 92).

⁵ Traduzido do original: “*Hegemony implies that the coercive face of power recedes, and the consensual face becomes more prominent. Thus the hegemony of a particular class, or faction of a class, requires continuing success in persuading other classes and groups in civil society to accept its leadership as well as most of its key values. Hegemony is exercised through the development and mobilization of a trans-class politico-economic formation or coalition of forces in a historical bloc.*”

Com isso, Estados hegemônicos exercem a manutenção das ordens mundiais da forma mais conveniente em relação aos seus interesses, por meio da coerção e do consentimento, para que mantenham seus privilégios e sua posição de domínio. Na contemporaneidade, são formados por um bloco histórico representado pelos Estados Unidos. Esse ‘bloco histórico’, para Gramsci, é formado pela estrutura e superestruturas, onde “[...] um conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (GRAMSCI, 1999, p.250), não podendo esse bloco existir sem uma classe social hegemônica. Quando uma classe hegemônica é a classe dominante em um determinado país, o Estado mantém a coesão e a unidade dentro do bloco mediante a difusão de um senso comum.

Nesse sentido, utilizando a CIA como objeto de estudo, a problemática desta monografia está em investigar de que forma a CIA atuou na manutenção da hegemonia estadunidense na América Latina no período da Guerra Fria. Para tanto, a pesquisa parte de uma perspectiva Neogramsciana de que os Estados Unidos, por meio do consenso e da coerção, mantiveram sua hegemonia no continente, com o pretexto de ‘guerra ao comunismo’, para manter a América Latina alinhada aos interesses de uma classe dominante estadunidense e, conseqüentemente, subordinando os países periféricos a seu domínio. O marco temporal da pesquisa será o período da Guerra Fria, de 1947 a 1991, buscando analisar como a CIA interveio e teve relação nos golpes de Estado dos países latino-americanos durante o período em que os Estados Unidos buscavam consolidar sua hegemonia.

É importante destacar que, além da classe dominante estadunidense, as intervenções da CIA na América Latina obtiveram êxito por conta também do papel das classes dominantes locais. Essas classes, representadas pelas elites locais, perpetuaram os discursos estadunidenses de combate ao comunismo nos países latino-americanos e buscaram desarticular qualquer forma de oposição em prol de seus interesses. Como aponta Vijay Prashad, “aqueles que pareciam ser aliados óbvios tiveram que ser alinhados” (PRASHAD, 2020, não paginado). No caso da Guatemala, com a reforma agrária feita por Arbenz, as elites tradicionais perderam espaço e governos da região, como Cuba, Honduras, Nicarágua, Venezuela e República Dominicana, temiam que o exemplo da Guatemala gerasse mudanças em seus próprios países e começaram a pressionar os Estados Unidos contra o governo guatemalteco (LIMA, 2019). Tendo isso em vista, o presente trabalho não busca menosprezar essa classe dominante local, mas sim analisar apenas a classe dominante estadunidense a fim de manter a coesão da problemática.

Levando em consideração que toda teoria e/ou ideia é difundida para uma determinada

audiência por uma determinada perspectiva e que visa determinados objetivos (COX, 1987), a pesquisa aqui apresentada consistiu na coleta e análise de dados disponíveis no site oficial da CIA e em sites ligados à Agência, buscando informações como orçamento, hierarquia e composição da diretoria da Agência. Com esses dados, buscou-se investigar qual a importância da CIA na política externa estadunidense para a América Latina, qual o perfil dos dirigentes da Agência e quais os interesses dessa classe dominante. O website Wayback Machine foi utilizado para acessar páginas e documentos retirados do website da CIA com a reformulação feita em 2021, mas que existiam nas versões anteriores do mesmo. Além disso, foram utilizados os livros de William Blum (2004), Philip Agee (1975), matérias de veículos de imprensa e documentos oficiais estadunidenses para investigar o histórico de operações da CIA nos seguintes países latino-americanos: Guatemala, Cuba, Equador, República Dominicana, Guiana, Brasil, Uruguai, Chile, Nicarágua e El Salvador. Por fim, buscou-se enfatizar a relação entre uma classe dominante estadunidense no papel da CIA e sua atuação para manutenção de seus interesses no âmbito da Guatemala.

A monografia está organizada em quatro capítulos: o primeiro conta com o desenvolvimento teórico, a fim de fornecer o material teórico para a compreensão sobre o conceito de hegemonia segundo a teoria gramsciana e está dividido em duas seções: a primeira com os conceitos de Gramsci em seu contexto e a segunda com as contribuições neogramscianas de Robert Cox e Stephen Gill. O segundo capítulo aborda a política externa estadunidense e as políticas voltadas para a América Latina no contexto da Guerra Fria. No terceiro capítulo, é realizada a contextualização e a revisão historiográfica da CIA além da coleta e análise de dados acerca da sua criação, da sua atuação e do perfil de seus dirigentes enquanto uma classe dominante com determinados interesses. Por fim, é apresentado um estudo de caso de como a CIA atuou no golpe de Estado da Guatemala, em 1954, tendo em vista a relevância e participação direta da Agência na queda do governo de Arbenz.

2. DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

Com o objetivo de embasar a análise empírica da atuação da CIA na América Latina e, especificamente, da atuação da mesma na Guatemala, este capítulo busca trazer os conceitos teóricos com base na perspectiva neogramsciana. Primeiramente será apresentado o pensamento de Gramsci em seu contexto, abordando conceitos presentes em seu trabalho que servirão de base à análise da política externa através desta perspectiva, sendo eles: sociedade civil, sociedade política, hegemonia e bloco histórico. Em seguida, será apresentada uma releitura de Gramsci para além de seu contexto, a partir da contribuição de autores neogramscianos, especialmente de Robert Cox e Stephen Gill. Assim, será feita uma análise neogramsciana acerca dos processos de construção e contestação da hegemonia aplicado às Relações Internacionais.

2.1 Gramsci em seu contexto

O teórico italiano Antonio Gramsci (1891-1937) foi um dos pensadores marxistas mais importantes do século XX. Viveu o período da Primeira Guerra Mundial e observou suas consequências para a Itália trazendo, assim, contribuições para a teoria marxista ao considerar os elementos históricos que permeavam esse país, preocupando-se com o problema da transição do capitalismo naquela época. A partir desse contexto histórico, Gramsci escreveu sobre o conceito de hegemonia em sua obra “Cadernos do Cárcere”, escrito entre 1929 e 1935 enquanto estava preso pelo regime fascista italiano. Assim, para compreender este conceito, é também necessário elaborar os conceitos gramscianos de sociedade política, sociedade civil e bloco histórico.

Segundo Leonardo César Souza Ramos (2011), Gramsci apresentava um conceito ‘restrito’ e ‘ampliado’ de Estado. O primeiro diz respeito à sociedade política, que correspondia ao aparato governamental formal do Estado ou o “conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência” (RAMOS, 2011, p.83). Nesse sentido, a sociedade política designa o aparato coercitivo do Estado entendido da forma mais restrita, ou seja, a da manutenção da ordem pelo uso da força. A função desse domínio é exercida na sociedade política e abarca a coerção em seus aspectos legais e policial-militar; nela, exerce-se sempre uma ditadura, uma dominação mediante a coerção. Segundo Gramsci, a sociedade política é

[...] o aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2001a, p.21).

Tendo isso em vista, a força é utilizada de maneira ‘legal’ para manter a ordem em um momento habitual em que as classes subalternas não consentem com a direção das classes dirigentes. Já em um momento excepcional e temporário, na medida que trata de momentos de crise orgânica, “a classe dirigente perde o controle da sociedade civil e apoia-se na sociedade política para lograr manter sua dominação” (PORTELLI, 1977, p.31). Assim, Gramsci faz uso do termo Estado ‘restrito’ para se referir à sociedade política, remetendo àquela que seria a definição clássica de Estado.

A partir disso, o teórico desenvolve o conceito de Estado ‘ampliado, vendo o Estado como uma junção entre a sociedade civil e a sociedade política, ou seja, “por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (GRAMSCI, 2007, p.255), composta pelas organizações responsáveis tanto pela elaboração quanto pela difusão das ideologias. Partindo da obra de Friedrich Hegel, Gramsci define a sociedade civil como o conjunto dos organismos ‘privados’ e corresponde à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda sociedade, utilizando o conceito de sociedade civil para definir a “direção intelectual e moral” de um sistema social (PORTELLI, 1977, p.19). Neste sentido, a sociedade civil se relaciona não somente com o Estado, mas também com as forças de produção, fazendo com que a classe dirigente assegure o consenso socialmente necessário ao exercício do seu poder econômico e político.

Em suma, apesar de ser apenas metodológica e não orgânica, a diferença entre sociedade política e sociedade civil se dá, primeiramente, pelo modo da conservação e promoção de uma determinada base econômica: através da sociedade política as classes exercem a dominação por meio da coerção; e a partir da sociedade civil as classes exercem a hegemonia por meio do consenso. Além disso, Ramos (2011) apresenta uma segunda distinção entre as duas esferas que está intimamente ligada à primeira razão: a materialidade social própria de cada esfera. Enquanto a sociedade política tem como seus portadores materiais os aparelhos repressivos do Estado, os portadores materiais da sociedade civil são os aparelhos privados de hegemonia.

Existem duas vertentes principais que influenciaram o conceito de hegemonia para Gramsci: a primeira teve origem nos debates da Terceira Internacional relacionados à criação

de um Estado socialista soviética e sobre a estratégia da Revolução Bolchevique, e a segunda nos escritos de Maquiavel (COX, 2007). A partir da primeira vertente, Gramsci apropriou-se da ideia de que os trabalhadores exerciam hegemonia sobre as classes aliadas e a ditadura exercia hegemonia sobre as classes inimigas. A originalidade de Gramsci em relação a essa vertente consiste no fato de que ele estendeu o conceito de hegemonia para além do utilizado pela Terceira Internacional, aplicando-o também à burguesia, aos mecanismos de hegemonia da classe dominante. Com isso, Gramsci conseguiu distinguir as situações em que a burguesia se encontrava em uma posição hegemônica de liderança e domínio sobre as demais classes, daquelas em que ela não havia alcançado essa posição (COX, 2007).

Essa visão de hegemonia levou Gramsci a ampliar o seu conceito de Estado, como visto anteriormente. Como o governo estava sujeito à hegemonia da classe dirigente de uma formação social inteira, não faria sentido o conceito de Estado estar limitado apenas aos aparatos do governo, sendo necessário incluir as bases da estrutura política da sociedade civil na noção de Estado. Assim, Gramsci inclui nessa noção os “aparelhos privados de hegemonia”, como o sistema educacional, a imprensa, a igreja e “todas as instituições que ajudavam a criar nas pessoas certos tipos de comportamento e expectativas coerentes com a ordem social hegemônica.” (COX, 2007, p.104). Portanto, a hegemonia da classe dominante pode ser tida como uma ponte entre as categorias convencionais de Estado e sociedade civil.

Já a segunda vertente que influenciou no conceito de hegemonia para Gramsci foi baseada na obra “O Príncipe”, de Maquiavel, que discutiu a formação de um novo Estado. A partir dela, Gramsci apropriou-se da imagem maquiaveliana do centauro, meio besta e meio homem (sendo a representação metafórica de um bom governante) como a combinação de consentimento e coerção necessária para governar, onde “enquanto o aspecto consensual do poder está em primeiro plano, a hegemonia prevalece” (COX, 2007, p.105). Assim, embora o consenso e a coerção sejam necessários para a sobrevivência de uma ordem hegemônica, é principalmente no consentimento que um Estado precisa basear suas relações com a sociedade civil, com a coerção sendo aplicada apenas em casos marginais. É com base nesses pressupostos que Gramsci criticou o regime fascista italiano que, a seu ver, representava um elemento de fraqueza da burguesia por se tratar de um regime baseado na força e não no consentimento. Portanto, o teórico italiano argumenta que “o exercício ‘normal’ da hegemonia [...] caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria” (GRAMSCI, 2007, p.95).

Assim, quando o Estado domina ao invés de dirigir, o resultado é “uma ditadura sem hegemonia” (GRAMSCI, 2001b, p.330), ou seja, dominação e não hegemonia.

Por fim, para compreender a hegemonia de Gramsci, é necessário entender outro conceito-chave do pensamento gramsciano, o de bloco histórico. Inspirado na obra de Georges Sorel⁶ e buscando entender teoricamente o processo através do qual uma classe subalterna remodela as forças sociais visando a construção de um novo Estado, Gramsci desenvolveu o conceito de bloco histórico (RAMOS, 2011). Para ele, o Estado e a sociedade formam uma estrutura sólida, intitulada de bloco histórico, onde seus elementos - estrutura e superestrutura - interagem entre si e criam uma unidade maior (COX, 2007). Além disso, um bloco histórico pressupõe a existência de uma classe social hegemônica, ou seja, em uma situação onde uma classe hegemônica é a classe dominante em um determinado país, o Estado ‘ampliado’ mantém a unidade dentro do bloco a partir da difusão de uma cultura comum. Um novo bloco histórico irá se formar quando a estrutura do bloco anterior esgotar seu potencial e uma nova estrutura, forte o suficiente para substituir a anterior, se desenvolver (COX, 2007).

Para o processo de construção de um bloco histórico é necessário o diálogo entre os líderes e seguidores dentro da classe que deseja a hegemonia, fazendo com que a atuação dos intelectuais seja essencial. No pensamento gramsciano os intelectuais desempenham uma função social central no processo de mediação da luta pela hegemonia por criar e sustentar as imagens mentais, tecnologias e organizações que mantêm coesos os membros de uma classe e de um bloco histórico ao redor de uma identidade comum, “são os ‘funcionários’ da hegemonia da classe dominante” (GRUPPI, 1978, p.80). Assim como os intelectuais burgueses fizeram isso para a totalidade de uma sociedade em que a burguesia era hegemônica, os intelectuais orgânicos da classe operária também devem desempenhar um papel semelhante na criação de um novo bloco histórico, sob a hegemonia da classe operária (COX, 2007). Portanto, para Gramsci, “todos têm o seu lado intelectual, embora só alguns realizem a função social de um intelectual em regime de tempo integral” (COX, 2007, p.112).

Nesse sentido, o conceito gramsciano de hegemonia rompe com as versões economicistas do marxismo e adota um “historicismo absoluto” (GRAMSCI, 1999, p.195) com o intuito de articular teoria e prática. Deste modo, a hegemonia gramsciana é tratada como uma combinação entre coerção e consentimento exercida pelo Estado e pela sociedade

⁶ O conceito de “bloco histórico”, empregado por Gramsci, é frequentemente atribuído a Georges Sorel (1847-1922), pensador francês socialista, mas não marxista. Embora o próprio Gramsci o atribua a Sorel, trata-se de um conceito original do autor dos Cadernos do Cárcere.

civil, fazendo com que as ideologias dominantes por essas forças sociais (classes dominantes) se estendam e passem à qualidade de senso comum. Portanto, o movimento em direção à hegemonia no pensamento gramsciano é “uma passagem da estrutura para a esfera das superestruturas complexas”, ou seja, é a passagem do interesse específico de um grupo ou classe para a construção de instituições e elaboração de ideologias (COX, 2007, p.135).

2.2 Teoria Crítica Neogramsciana

Tendo em vista os conceitos gramscianos acima, a teoria neogramsciana aparece como uma releitura de Gramsci para além de seu contexto; é escrita a partir da incorporação do método gramsciano na análise de condições sociais e históricas distintas daquelas que foram o foco das atenções de Gramsci (RAMOS, 2011). Em vista disso, as perspectivas neogramscianas têm conquistado um espaço de relevância como teorias críticas na área das Relações Internacionais, com Robert Cox e Stephen Gill trazendo uma contribuição significativa nesses estudos. Assim, a análise das Relações Internacionais através da perspectiva neogramsciana, diferentemente das visões tradicionais das RIs, preocupa-se não apenas com a análise das forças externas ao Estado, mas também com a dinâmica no âmbito doméstico, tendo em vista o conceito gramsciano de Estado ‘ampliado’ (COX, 2007), tratando a hegemonia no plano internacional como consequência de uma força hegemônica interna.

A partir de seu artigo de 1981, “Social forces, states and world orders”, Cox criticou a disciplina de Relações Internacionais, baseando-se na Escola de Frankfurt, e dividiu o campo teórico entre ‘teorias de solução de problemas’⁷ e ‘teoria crítica’. A premissa que permeia a distinção é a de que uma “teoria é sempre para alguém e para algum propósito”⁸, ou seja, todas as teorias advêm de uma determinada perspectiva que deriva de uma posição em tempo e espaço, especialmente tempo e espaço político e social (COX, 1981, p.128). Cox argumenta que as ‘teorias de solução de problemas’⁹ (as teorias tradicionais das Relações Internacionais) “tomam o mundo como o encontra, com as relações sociais e de poder prevalentes e as instituições nas quais elas estão organizadas, como o quadro dado para a ação”¹⁰ (COX, 1981, p.128). Assim, o autor critica essa teoria por ela servir como manutenção

⁷ Traduzido do original: “*problem-solving theory*”

⁸ Traduzido do original: “*theory is always for someone and for some purpose*”

⁹ Traduzido do original: “*problem-solving theory*”

¹⁰ Traduzido do original: “*it takes the world as it finds it, with the prevailing social and power relations and the institutions in which they are organized, as the given framework for action*”.

de poder político e econômico das forças sociais dominantes, sendo necessário uma reflexão histórica acerca dessas modalidades de manutenção do *status quo*. Nesse contexto, em um período em que a discussão do pós-guerra centrava-se na abordagem tradicionalista de separação entre Estado e sociedade civil, Cox defendeu a superação dessa cisão propondo a ideia de um complexo formado pela união entre Estado e sociedade civil como entidade básica das Relações Internacionais (COX, 1981).

Nesse sentido, a teoria crítica baseia-se em uma abordagem historicista, sendo crítica no sentido de que se distingue da ordem predominante do mundo e pergunta como surgiu essa ordem. Assim, Cox (1981) argumenta que as ações se dão sempre dentro de estruturas históricas, onde três categorias de forças interagem: (1) capacidades materiais, que dizem respeito a recursos acumulados; (2) ideias, entendidas como significados intersubjetivos e imagens coletivas acerca da ordem social mantidas por diferentes grupos de pessoas; (3) instituições, um meio de estabilizar e perpetuar uma determinada ordem. Essa configuração não determina ações de nenhuma forma direta e mecânica, mas impõe pressões e constrangimentos, ou seja, “indivíduos e grupos podem mover-se de acordo com as pressões ou resistir e se opor a elas, mas não podem ignorá-las¹¹” (COX, 1981, p.135).

Para Cox (1981), existe uma significativa conexão entre as instituições e a hegemonia de Gramsci, com as instituições fornecendo formas de lidar com os conflitos internos de forma a minimizar o uso da força. Assim, a força não se faz necessária para assegurar o domínio do forte na medida em que o fraco aceita as relações de poder prevaletentes como legítimas, ou seja, o uso da força não é necessário a partir da produção do consentimento pelas instituições. Com isso, “as instituições podem se tornar a âncora para uma estratégia hegemônica, uma vez que se prestam tanto às representações de interesses diversos quanto à universalização das políticas¹²” (COX, 1981, p.137). As instituições refletem, por conseguinte, uma combinação específica de ideias e capacidade material.

Estas estruturas históricas, por sua vez, formam três esferas de atividades: (1) forças sociais, derivadas das relações sociais de produção; (2) formas de Estado, derivadas de um estudo dos complexos Estado e sociedade civil; (3) ordens mundiais, derivadas das forças que conceituam a questão da guerra e da paz para todos os Estados. Com efeito, as três esferas apresentadas são interrelacionadas e constituem-se em relações não unilaterais, ou seja,

¹¹ Traduzido do original: “*individuals and groups may move with the pressures or resist and oppose them, but they cannot ignore them*”.

¹² Traduzido do original: “*institutions may become the anchor for such a hegemonic strategy since they lend themselves both to the representations of diverse interests and to the universalization of policies*”.

qualquer mudança em uma das forças gerará, consecutivamente, alterações nas demais (COX, 1981). Tendo isso em vista, as forças sociais desempenham um importante papel ao estabelecer uma estrutura global de poder, produzindo uma estrutura histórica condizente com suas aspirações. Para isto, são realizadas uma série de concessões pela classe dominante ao grupo subordinado, a fim de que este último reconheça o poder do grupo dirigente como legítimo. Este reconhecimento se dá pela produção do consentimento pelo grupo dirigente, fazendo com que os seus interesses adquiram a ilusão de serem universais, passando à qualidade de senso comum. A partir disso, Cox (1981) coloca as forças sociais produzidas no processo de produção como a explicação central da economia política global:

As forças sociais não devem ser pensadas como existindo exclusivamente dentro dos Estados. Forças sociais particulares podem ultrapassar as fronteiras do Estado, e as estruturas mundiais podem ser descritas em termos de forças sociais, assim como podem ser descritas como configurações de poder estatal. O mundo pode ser representado como um padrão de forças sociais em interação em que os Estados desempenham um papel intermediário, embora autônomo, entre a estrutura global das forças sociais e as configurações locais das forças sociais dentro de determinados países¹³ (COX, 1981, p.141).

Com isso, Cox argumenta que a hegemonia no nível internacional não é apenas uma ordem entre Estados, mas também uma ordem dentro de uma economia mundial com um modo de produção dominante que penetra em todos os países e vincula-se a outros modos de produção subordinados (COX, 2007). Sendo assim, é “expressa em normas universais, instituições e mecanismos que estabelecem regras gerais de comportamento para os Estados e essas forças da sociedade civil que agem através das fronteiras nacionais, regras que sustentam o modo de produção dominante” (COX, 2007, p.119). Assim, a hegemonia internacional é mantida pelo sucesso das práticas sociais das elites dominantes e da influência que elas exercem no restante da sociedade global, ou seja, a hegemonia internacional é no seu início uma “expansão de uma hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma classe social dominante” (COX, 2007, p.118). Além disso, qualquer mudança na correlação das forças sociais gera incoerências na própria estrutura histórica, que se confronta com a estrutura de poder anteriormente estabelecida, culminando no desmonte de uma determinada estrutura histórica e sua substituição por uma nova.

¹³ Traduzido do original: “*Social forces are not to be thought of as existing exclusively within states. Particular social forces may overflow state borders, and world structures can be described in terms of social forces just as they can be described as configurations of state power. The world can be represented as a pattern of interacting social forces in which states play an intermediary though autonomous role between the global structure of social forces and the local configurations of social forces within particular countries.*”

Nesse sentido, alguns tipos de ordem internacional podem ser considerados hegemônicos, ou seja, onde se sustenta uma congruência relativamente estável de forças sociais nos níveis da produção, Estado-sociedade civil e ordem mundial (GILL, 1990b). Exemplos dessas ordens internacionais foram a *pax britannica* e a *pax americana*. No primeiro período hegemônico, de 1845 a 1875, havia uma economia mundial onde doutrinas econômicas coerentes com a supremacia britânica, mas universais em sua forma (vantagem comparativa, livre-comércio e o padrão-ouro), disseminaram-se da Grã-Bretanha. Assim, para Cox a “Grã-Bretanha determinava o equilíbrio de poder na Europa, evitando assim qualquer desafio à sua hegemonia por forças baseadas em outro território [...] e tinha capacidade de obrigar os países periféricos a obedecerem às regras do mercado” (COX, 2007, p.116), com o poder de coerção garantindo essa ordem. A *pax britannica* prevaleceu até 1875, quando todas essas características foram invertidas e outros países desafiaram a supremacia britânica, iniciando um período não-hegemônico que perdurou até o final da Segunda Guerra Mundial.

Em 1945, os EUA fundaram uma nova ordem mundial hegemônica que, diferentemente da britânica, era mais rígida e levou em consideração as alianças criadas para conter a expansão soviética. Segundo Cox (1981), a hegemonia estadunidense comandava uma ampla proporção do consentimento entre os Estados que estavam fora da esfera soviética e era capaz de proporcionar benefícios suficientes aos subordinados para manter o consentimento e a sua posição, a partir de uma estrutura responsável por orientar a construção de instituições e regimes internacionais de maneira que propagassem universalmente os interesses estadunidenses. Nessa estrutura histórica particular, Cox (1981) desenvolve as ideias correlatas de internacionalização do Estado e de internacionalização da produção, que estariam na base da reconstrução das economias capitalistas no pós-guerra e serviriam como manutenção da *pax americana*.

Para Cox (1987), a internacionalização do Estado é "um processo global pelo qual as políticas e as práticas nacionais têm sido ajustadas às exigências da economia mundial"¹⁴ (COX, 1987, p. 253). Com isso, há um processo de transformação das estruturas políticas estatais a partir de novos alinhamentos das relações de poder entre os grupos domésticos e destes com grupos de outros Estados em um processo mais amplo de construção de um bloco histórico para além dos limites do Estado nacional, formando um consenso entre os Estados relacionado às necessidades da economia mundial. Assim, no período da *pax americana*, há a

¹⁴ Traduzido do original: “the global process by whereby national policies and practices have been adjusted to the exigencies of the world economy”

prevalência de uma ordem mundial hegemônica em que se destaca uma forma de Estado que prestava contas tanto às instituições da economia mundial, como o FMI e o Banco Mundial, quanto à opinião pública doméstica, com as agências e componentes do governo estadunidense ocupando uma posição de destaque (RAMOS, 2011). Assim, os EUA raramente precisaram intervir diretamente na esfera econômica global, pois as utilizações de regras econômicas internacionais promovidas pelas instituições internacionais, aliadas a empresas e ao capital estadunidense foram suficientes para garantir o sistema de poder dos EUA. Ou seja, a internacionalização dos interesses estadunidenses baseados em instituições constituiu uma noção de “obrigação internacional”¹⁵ (COX, 1981, p.145).

Diante disso e refletindo acerca das transformações das relações econômicas e sociais presenciadas a partir da década de 1970, Cox incorpora a globalização da economia em seu aparato teórico e conceitual. Cox (1981) destaca a associação da internacionalização do Estado com a expansão da produção internacional, ou seja, uma integração dos processos de produção em escala transnacional, com diferentes fases de um mesmo processo sendo realizadas em diferentes países. Como consequência dessa produção internacional, há uma mobilização da “classe gerencial transnacional”¹⁶, que possui sua própria ideologia, estratégia e instituições de ação coletiva, sendo uma “classe em si e para si”¹⁷ (COX, 1981, p.147). Os membros desta classe transnacional, para Cox,

[...] não se limitam àqueles que desempenham funções em nível global, como executivos de corporações multinacionais ou como altos funcionários de agências internacionais, mas incluem aqueles que gerenciam os setores, dentro dos países, voltados ao internacional, os funcionários do ministério das finanças, gerentes locais de empresas vinculadas a sistemas de produção internacionais e assim por diante¹⁸ (COX, 1981, p.147)

Nesse sentido, como consequência da globalização da economia, têm-se a necessidade de “pensar em termos de uma estrutura de classe global paralela ou sobreposta às estruturas de classe nacionais”¹⁹ (COX, 1981, p.147). Assim como Cox, Stephen Gill (2008) escreve sobre a passagem, a partir da década de 1970, de um bloco histórico internacional para um bloco histórico transnacional forjando laços e uma síntese de interesses e identidades não apenas

¹⁵ Traduzido do original: “*international obligation*”.

¹⁶ Traduzido do original: “*transnational managerial class*”.

¹⁷ Traduzido do original: “*a class in itself and for itself*”.

¹⁸ Traduzido do original: “*are not limited to those who carry out functions at the global level, such as executives of multinational corporations or as senior officials of international agencies, but includes those who manage the internationally-oriented sectors within countries, the finance ministry officials, local managers of enterprises linked into international production systems, and so on.*”

¹⁹ Traduzido do original: “*think in terms of a global class structure alongside or superimposed upon national class structures*”

para além das fronteiras e classes nacionais, mas também criando as condições para a hegemonia do capital transnacional. Nesse contexto, Gill parte de Gramsci para afirmar que um bloco histórico “pode, às vezes, ter o potencial de se tornar hegemônico” (GILL, 2007, p.89), o que implica, diferentemente do que coloca Gramsci, que a hegemonia não precisa prevalecer para que um bloco histórico surja. Além disso, Gill adiciona que a consolidação do neoliberalismo dentro desse bloco histórico transnacional é baseada na supremacia mais do que na hegemonia. Nesse sentido, o teórico neogramsciano argumenta que a supremacia prevalece quando não há uma situação de hegemonia e quando a dominação é exercida por meio de um bloco histórico sobre uma oposição fragmentada (GILL, 2008).

Sendo assim, argumenta-se que as forças dominantes dentro do bloco histórico transnacional praticam uma política de supremacia, que é organizada por meio de dois processos-chave: o novo constitucionalismo do neoliberalismo disciplinar e a difusão da civilização de mercado (GILL, 2008). Com o primeiro, Gill (2008) se refere às formas burocráticas e institucionalizadas que a disciplina do neoliberalismo opera através dos diversos Estados ampliados, sendo o projeto político de tentar fazer do liberalismo transnacional o único modelo para o desenvolvimento futuro. Com efeito, o novo constitucionalismo confere “direitos privilegiados de cidadania e representação ao capital empresarial, ao mesmo tempo que restringe o processo de democratização que envolve lutas por representação há centenas de anos²⁰” (GILL, 2008, p.139). Ligada a esse projeto, se encontra o processo de difusão da civilização de mercado baseada em uma ideologia do progresso capitalista. Segundo Gill (2008), a civilização de mercado seria “uma gama de práticas transformadoras que vinculam, por um lado, formas culturais, ideológicas e míticas entendidas amplamente como uma ideologia ou mito do progresso capitalista [...] e por outro lado envolve padrões de desintegração social²¹” (GILL, 2008, p.124).

Tendo isso em vista, para o autor, a partir da década de 1970 houve o desenvolvimento de uma fração de classe capitalista transnacional em um contexto Trilateral, formado pelos EUA, Europa Ocidental e Japão, onde a elite no interior desta fração constitui o centro “de um bloco histórico transnacional emergente, cujos interesses materiais e ideias-chave (dentro de uma consciência política mais ampla) estão ligados à transnacionalização progressiva e

²⁰ Traduzido do original: “*privileged rights of citizenship and representation to corporate capital, whilst constraining the democratization process that has involved struggles for representation for hundreds of years.*”

²¹ Traduzido do original: “*set of transformative practices that entail, on the one hand, cultural, ideological and mythic forms understood broadly as an ideology or myth of capitalist progress [...] on the other hand, market civilization involves patterns of social disintegration*”.

liberalização da economia política global.²²” (GILL, 1990a, p.94). Assim, os principais membros desta fração incluem proprietários e executivos de transnacionais, banqueiros centrais e internacionais, políticos e funcionários públicos importantes na maioria dos países capitalistas avançados e em alguns países em desenvolvimento (COX, 1990). Nesse processo, para Ramos (2011), os EUA devem ser vistos como a instituição política do aparato supranacional que exerce uma espécie de liderança no desenvolvimento de estratégias e políticas em nome do capital global, exercendo

[...] uma espécie de "ponto de condensação material" das pressões dos grupos dominantes do mundo inteiro a fim de resolver os problemas e garantir a reprodução do capitalismo global - devido a uma série de razões, dentre as quais se destacam o fato da intensificação dos processos de globalização ter ocorrido no período em que os Estados Unidos exerciam o domínio mundial e o fato de que os Estados Unidos concentram em si a esmagadora maioria de recursos bélicos e financeiros, o que lhes dá certa preponderância para agir em nome das "elites globalizantes" (RAMOS, 2011, p.130).

Sendo assim, no tocante às Relações Internacionais e partindo de uma perspectiva neogramsciana, é possível redefinir a problemática da hegemonia ao incorporar as forças sociais à análise. Com a incorporação de tais forças sociais, a explicação dos processos históricos é ampliada para além das abordagens tradicionais das Relações Internacionais, tornando possível, com isso, a explicação das origens e condições de existência das ordens mundiais hegemônicas. Além disso, partindo do conceito gramsciano de Estado ‘ampliado’, nota-se que a perspectiva neogramsciana amplia o conceito de hegemonia para além do Estadocentrismo, característico das abordagens tradicionais das RIs, ao compreendê-la como uma junção entre consenso e coerção, e não mais como um sinônimo de dominação. Diante disso, para se efetivar uma hegemonia global deve haver uma congruência entre as forças sociais dos âmbitos doméstico e global.

Por fim, diante da perspectiva neogramsciana, Estados hegemônicos exercem a manutenção das ordens mundiais da forma mais conveniente em relação aos seus interesses, por meio da coerção e do consentimento, para que mantenham seus privilégios e sua posição de domínio. Com a eclosão da Guerra Fria, a *pax americana* se manteve como ordem mundial hegemônica, a partir de um bloco histórico representado pelos Estados Unidos e com esse bloco não podendo existir sem uma classe social hegemônica. Diante disso, quando uma

²² Traduzido do original: “*of an emerging transnational historic bloc, whose material interests and key ideas (within a broader political consciousness) are bound up with the progressive transnationalisation and liberalisation of the global political economy.*”

classe hegemônica é a classe dominante em um determinado país, o Estado mantém a coesão e a unidade dentro do bloco mediante a difusão de um senso comum. Nesse contexto, a CIA é tida como um dos instrumentos utilizados pelos Estados Unidos para promover seus interesses no mundo, através da qual o país utiliza uma justificativa moral para intervir em outros países, como a ameaça soviética e a defesa da democracia na América Latina no período da Guerra Fria. Com isso, a política externa estadunidense e a utilização da CIA como instrumento de manutenção da hegemonia são tratadas, respectivamente, nos capítulos 3 e 4.

3. POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE PARA A AMÉRICA LATINA

No início do século XX, os EUA se consolidaram como uma potência econômica de primeira ordem e com uma política externa que tinha como um de seus objetivos a hegemonia no continente americano (AYERBE, 2002). Após a Segunda Guerra Mundial, com o mundo dividido em duas zonas de influências, de um lado os Estados Unidos (capitalismo) e do outro a União Soviética (socialismo), a manutenção dessa hegemonia foi feita por meio de práticas de coerção e de consenso onde, a partir de um discurso da ameaça comunista no continente e de defesa da segurança nacional, os EUA utilizaram da política de contenção para intervir em países desalinhados com seus interesses. Assim, os EUA agiram no sistema internacional a fim de disseminar os ideais da ‘democracia’ e da ‘liberdade’, fazendo com que mesmo iniciativas imperialistas e intervencionistas fossem apresentadas como um direito e um dever desse país no continente (PECEQUILO, 2003).

3.1 Da Doutrina Monroe à Política de Boa Vizinhança

A formação de uma política externa intervencionista teve início na construção da nação estadunidense, com a Revolução Americana. A Declaração de Independência sinalizou a visão estadunidense de que todas as nações têm o direito à sua autonomia e liberdade, não podendo ser dominadas e controladas por forças externas que ameacem seu desenvolvimento e reprodução (PECEQUILO, 2003). Com isso, os EUA funcionariam como um exemplo a ser seguido pelas outras nações, ensinando e espalhando os valores e ideias de sua república, sua liberdade e democracia. Sobre a ação estadunidense, Cristina Soreanu Pecequilo (2003) analisa:

Em uma interessante contradição de seu próprio conteúdo, para promover o princípio da autodeterminação nas Américas, era preciso que primeiro se espalhasse pelo continente a democracia e os valores norte-americanos por meio de intervenções feitas pelos Estados Unidos [...] Ou seja, até chegar à autodeterminação, os países da América Latina teriam ainda que passar pela implementação, vinda de fora, da experiência norte-americana que lhes permitiria, posteriormente, atingir a liberdade (PECEQUILO, 2003, p.116).

Foi com a defesa desses valores que a política externa dos EUA para a América Latina se baseou a partir da Doutrina Monroe, em 1823, e do pan-americanismo, em 1889. Desde então, os interesses estadunidenses na região foram baseados, principalmente, em termos de segurança nacional, ou seja, uma ameaça ao hemisfério era uma ameaça aos EUA e deveria

ser prevenida e, quando necessário, eliminada (PECEQUILO, 2003). Assim, com a Doutrina Monroe, os EUA se opuseram ao colonialismo europeu no Ocidente, com as antigas colônias portuguesas e espanholas no continente devendo ter seus direitos à liberdade e à autonomia assegurados. Para Pecequilo:

A adoção da república como forma de governo criou uma afinidade entre os EUA e os países latino-americanos, sustentada pelo princípio da democracia e da liberdade - ser republicano era ser americano e tal sistema deveria ser preservado, permitindo-se que seu desenvolvimento ocorresse sem qualquer interferência dos poderes externos (PECEQUILO, 2003, p.69).

Nesse sentido, a Doutrina Monroe foi a origem do estabelecimento da hegemonia estadunidense no continente a partir dos esforços dos EUA para “converter a América Latina em seu quintal e criminalizar qualquer organização que se oponha a seus interesses e tente construir um modelo alternativo político, econômico e social” (PRASHAD, 2020, não paginado). Com isso, surgia o ‘sistema americano’, sob a liderança dos EUA, vistos por si mesmos como destinados a ‘libertar’ o continente das amarras europeias. Essa posição estadunidense de ‘libertador’ é justificada pelo que Prashad (2020) chamou de “direito divino”, um antigo princípio estabelecido no qual “reis têm o direito, estabelecido por Deus, de agir da forma como quiserem” (PRASHAD, 2020, não paginado). Assim como presente no Destino Manifesto, doutrina que motivou os EUA a expandirem os seus domínios pela América do Norte, a política intervencionista dos EUA é baseada nessa crença de vontade divina, sendo assim entendido como um direito estadunidense ‘libertar’ a América Latina e intervir, se necessário.

Nesse mesmo contexto, em 1889 surgia a ideia do pan-americanismo que procurava complementar e ampliar a ação e os interesses regionais dos EUA. A ideia surgiu a partir da Primeira Conferência Pan-americana, realizada em Washington, que tinha como objetivo promover o comércio hemisférico e desenvolver mecanismos para a resolução pacífica de disputas (PECEQUILO, 2003). Com ela, os EUA pretendiam criar com os países latino-americanos uma comunidade comercial, reunindo-os, sob seu amparo, em uma espécie de federação informal de modo a afastar do continente a competição da Grã-Bretanha e de outras potências industriais da Europa (BANDEIRA, 1998). Diante disso, os EUA ampliaram seu diálogo com os países latino-americanos e, ao mesmo tempo, garantiram a exclusão das potências europeias do hemisfério ocidental. Portanto, com a Doutrina Monroe e o pan-americanismo, os EUA mantiveram os países latino-americanos sob seu domínio com o pressuposto de que estes, junto aos EUA, tinham objetivos e interesses em comum.

Já no século XX, a expansão e a concretização do poder estadunidense no continente foram efetivadas por Theodore Roosevelt²³ na primeira década do século. Em 1904, o então presidente atualizava a política externa estadunidense a partir do Corolário Roosevelt, o qual não só apoiava as determinações da Doutrina Monroe, como também a complementava proibindo ações na América Latina que não partissem dos Estados Unidos. O Corolário foi baseado na ideia caricata do *Big Stick*: para proteção dos EUA, se agiria com diplomacia, mas não se hesitaria em utilizar sua autoridade e força, caso fosse necessário. Buscava, portanto, legitimar as intervenções militares dos EUA como defensivas e preventivas, já que não visavam à aquisição de territórios, mas à suposta preservação da civilização, da ordem, da estabilidade e do progresso. Assim, segundo o Corolário, se uma nação soubesse como atuar com “eficiência razoável e decência²⁴” em suas questões sociais e políticas, mantendo a ordem interna e pagando suas obrigações, não necessitaria temer qualquer iniciativa dos EUA (BANDEIRA, 1998, não paginado), assegurando aos EUA o direito de intervenção e interferência nos assuntos hemisféricos.

A Doutrina Monroe perdurou até o período entre-guerras (1918-1939), quando os EUA sentiriam a necessidade de reformular novamente sua política para a América Latina. Segundo Marcelo Santos (2007), tais mudanças começaram no governo de Herbert Hoover²⁵ quando já se observava um ressentimento nas sociedades latino-americanas em relação à hegemonia estadunidense fundamentada na penetração econômica, nas intervenções armadas e na pressão política. A fim de preservar a supremacia na região, o presidente Hoover inicia uma série de medidas que vão basear a futura Política da Boa Vizinhança. Assim, com a presidência de Franklin Roosevelt²⁶, em 1933, é feita a primeira tentativa de reformulação das bases do relacionamento hemisférico, com a Política da Boa Vizinhança. Com ela, houve uma mudança abrupta na política externa dos EUA, na qual Pecequilo comenta:

[...] começando com a retirada das tropas que ainda estavam no continente, o abandono das intervenções armadas e interferências políticas e econômicas, seguindo-se a instalação de um processo de consulta e cooperação que passava a reconhecer a América Latina e suas nações como soberanas e parcerias igualitárias dos Estados Unidos (PECEQUILO, 2003, p.117).

A política de Roosevelt procurou substituir a intervenção militar pelo diálogo diplomático e pela barganha econômica como métodos de política externa. Segundo Lars

²³ 26º Presidente dos Estados Unidos de 1901 a 1909.

²⁴ Traduzido do original: “*reasonable efficiency and decency*”.

²⁵ 31º Presidente dos Estados Unidos de 1929 a 1933.

²⁶ 32º Presidente dos Estados Unidos de 1933 a 1945.

Schoultz, “este compromisso com a não-intervenção militar tornou-se a característica definidora da política de Boa Vizinhança” (SCHOULTZ, 2000, p.333). Entretanto, o objetivo da política não era abandonar a América Latina, e sim utilizar novas táticas a favor dos interesses estadunidenses no continente. Com isso, apesar dos avanços, a nova política consistiu mais em uma mudança tática do que estratégica (PECEQUILO, 2003), alterando-se, assim, a forma e não o conteúdo da política externa estadunidense na região. Diante disso, nenhuma mudança significativa ocorreu e não houve uma mudança nos interesses dos EUA, que tinham como foco na década de 1930 a expansão econômica e a segurança nacional (SCHOULTZ, 2000). Para Schoultz “a afirmação de Tucídides - grandes nações fazem o que querem, enquanto pequenas nações aceitam o que devem - permanecia o princípio orientador das relações interamericanas” (SCHOULTZ, 2000, p.347).

Por conta dessa nova diretriz de política externa, que foi bem recebida por muitos latino-americanos, junto com a Segunda Guerra Mundial é o momento mais marcante nesta nova fase de relações diplomáticas entre os Estados Unidos e a América Latina. Segundo Antonio Pedro Tota (2000), o atraso econômico dos países latino-americanos resultou em uma miséria que poderia propiciar revoluções lideradas por nacionalistas e socialistas, movimentos que colocavam em xeque os interesses dos EUA. Assim, para o presidente Roosevelt, as Américas deveriam transformar-se em uma fortaleza do hemisfério e a política externa estadunidense precisava garantir essa segurança, que dependia de “uma estreita cooperação – econômica e cultural – com todos os governos das Américas” (TOTA, 2000, p.47). Com isso, o governo dos EUA divulgou o americanismo por meio de propagandas, onde as mídias, como rádio e cinema, difundiam a ideologia do ‘american way of life’, baseado nos princípios da democracia estadunidense. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, Santos (2007) afirma que as economias latino-americanas estavam definitivamente ligadas aos EUA, com a Política de Boa Vizinhança perdendo força quando os EUA começaram a moldar o hemisfério no pós-guerra.

3.2 Posição estadunidense na Guerra Fria

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, três fatores definiram a configuração do sistema internacional e da própria posição dos Estados Unidos: (1) a Europa deixou de ser o centro das relações internacionais, criando um vácuo de poder político dentro do continente; (2) o conflito beneficiou os EUA ao mesmo tempo que produziu enormes perdas a seus

aliados de guerra; e (3) a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) emergiu junto dos EUA como uma potência internacional (PECEQUILO, 2003). Com isso, os EUA criaram uma nova ordem internacional que, por conta de sua hegemonia política, econômica e estratégica (PECEQUILO, 2003); tem como consequência não apenas a concentração de recursos pelo país, como também a legitimidade necessária para agir externamente.

Além da construção dessa nova ordem, outro desafio surgiu e reorientou a política externa estadunidense no pós-guerra: a URSS. Ao lado dos EUA, a URSS emergiu como potência após o declínio europeu, fazendo com que a gradual separação de interesses e a oposição entre as duas potências dessem origem à Guerra Fria e às prioridades da política externa estadunidense contemporâneas (PECEQUILO, 2003). Com isso, o cenário do pós-guerra foi um embate entre dois sistemas políticos e econômicos: o capitalismo, liderado pelos EUA, e o socialismo, liderado pela URSS; em uma rivalidade que acrescenta aos aspectos econômicos e militares a dimensão ideológica (AYERBE, 2002).

Até 1945, a aliança entre os EUA e a URSS, formada na Segunda Guerra Mundial, não havia sido rompida. Entretanto, com a posse de Harry Truman²⁷, a relação entre as duas potências foi gradativamente se deteriorando (PECEQUILO, 2003) até o início da Guerra Fria, em 1947. A redefinição do papel dos EUA na política internacional, como responsável pela segurança do sistema capitalista, levou o governo Truman a repensar a estrutura do sistema decisório do Estado na formulação e execução da política externa (AYERBE, 2002). Assim, a partir da Doutrina Truman, o então presidente estabeleceu os compromissos dos EUA e as motivações para uma política externa mais ativa:

No momento atual da história mundial, quase todas as nações devem escolher entre modos de vida alternativos. [...] Um modo de vida é baseado na vontade da maioria e se distingue por instituições livres, governo representativo, eleições livres, garantias de liberdade individual, liberdade de expressão e religião e liberdade da opressão política. O segundo modo de vida é baseado na vontade de uma minoria imposta à força sobre a maioria. Baseia-se no terror e na opressão, numa imprensa e rádio controlados; eleições fixas e a supressão das liberdades pessoais. Acredito que deve ser política dos Estados Unidos apoiar os povos livres que resistem às tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões externas²⁸ (TRUMAN,

²⁷ 33º presidente dos Estados Unidos de 1945 a 1953.

²⁸ Traduzido do original: *At the present moment in world history nearly every nation must choose between alternative ways of life. [...] One way of life is based upon the will of the majority, and is distinguished by free institutions, representative government, free elections, guarantees of individual liberty, freedom of speech and religion, and freedom from political oppression. The second way of life is based upon the will of a minority forcibly imposed upon the majority. It relies upon terror and oppression, a controlled press and radio; fixed elections, and the suppression of personal freedoms. I believe that it must be the policy of the United States to support free peoples who are resisting attempted subjugation by armed minorities or by outside pressures.*

1947, não paginado).

A partir disso, a noção de “nós x eles” foi exaltada pelos EUA onde, de um lado estava o “pesadelo” e de outro o “defensor da liberdade” (CHOMSKY, 2003, p.21). Segundo o discurso estadunidense, a ideologia comunista era um risco não apenas à sobrevivência dos EUA, mas a todos os países que compartilhavam os mesmos valores de ‘democracia’ e ‘liberdade’ patrocinados pelo país (PECEQUILO, 2003). Assim, os EUA foram importante difusores do medo e da tensão no período, adicionado a uma crença ocidental, após a Segunda Guerra Mundial, de que a “Era da Catástrofe” não chegou ao fim e de que o futuro do capitalismo mundial e da sociedade liberal não estava assegurado (HOBSBAWM, 1995, não paginado). Com isso, o discurso anticomunista foi essencial para mobilizar o apoio do Congresso e a opinião pública, fornecendo a base moral necessária para o exercício do poder estadunidense.

Com uma política de contenção, na qual os EUA estariam comprometidos com a defesa e ajuda aos “povos livres”, Truman definiu as bases da política externa estadunidense durante toda a Guerra Fria (PECEQUILO, 2003, p.147). A ameaça do ‘perigo vermelho’, que já havia sido declarada após a Primeira Guerra Mundial, se tornou a principal motivação para as ações intervencionistas estadunidenses na Guerra Fria. Assim, a política de contenção tinha como objetivo conter a longo prazo as tendências expansionistas russas e “reduzir o poder e influência da União Soviética a limites que não mais constituam uma ameaça à paz, independência nacional e estabilidade do mundo de família de nações” (PECEQUILO, 2003, p.150). Nesse contexto, a hegemonia estadunidense foi favorecida pela percepção da ameaça soviética e pelo papel de defensor da ordem mundial, justificando o ativismo externo.

3.3 Política de contenção na América Latina

Por quase dois séculos, a política externa dos EUA para a América Latina foi determinada por três interesses: (1) Importância da região para a segurança dos EUA; (2) O desejo de acomodar as demandas da política interna; e (3) A busca por desenvolvimento econômico. Por trás desses três interesses, Schoultz aponta um *mindset* que governa o pensamento dos funcionários dos EUA de “sua crença de que os latino-americanos são um povo inferior.” (SCHOULTZ, 2000, p.414). Assim, mesmo com a política externa estadunidense para a América Latina se moldando de acordo com cada período e

circunstância, ela manteve-se baseada nesses três interesses e no *mindset* de inferioridade do povo latino-americano.

Como visto anteriormente, a segurança estadunidense foi assegurada pela Doutrina Monroe, defendendo o isolamento em relação à Europa e, conseqüentemente, assegurando o controle da América Latina por uma razão simbólica de que “a hegemonia no Hemisfério Ocidental tornara-se um indicador da credibilidade dos EUA nas relações internacionais.” (SHOULTZ, 2000, p.408). Assim, o significado da América Latina como região estratégica teve seu ápice no fim da década de 1940, onde a região era vista pelos EUA como um aliado essencial na Guerra Fria - não por conta da ajuda na luta contra o comunismo, mas por conta da preocupação dos EUA em perder a região sob sua zona de influência. Essa razão pode ser vista na declaração de 1959 da política dos EUA para a América Latina, logo após Fulgencio Batista ter sido deposto em Cuba. Nela, se assegurava que o abandono ou mesmo a neutralidade para com a América Latina “prejudicaria seriamente a capacidade dos Estados Unidos de exercer uma liderança efetiva no mundo livre, particularmente na ONU, e constituiria um golpe ao prestígio dos EUA²⁹” (KANE; CLAUSSEN, 1991, p.92).

Além disso, Schoultz destaca como o âmbito doméstico dos EUA influenciou nas políticas do país para a América Latina. Segundo o autor, a política interna estadunidense têm sido central para as relações entre EUA e América Latina desde 1820, quando John Quincy Adams e Henry Clay usaram a questão do reconhecimento da independência da América Latina para se posicionarem para o cargo de Presidente dos EUA (SCHOULTZ, 2000). A partir daí, o processo de incluir a América Latina nas políticas internas dos EUA ocorreu frequentemente: na Doutrina Olney de 1895, um momento definidor das relações EUA-Caribe que pode ser atribuída em parte ao desejo da administração de Grover Cleveland³⁰ em salvar as poucas cadeiras democratas remanescentes no Congresso; na expansão estadunidense para o Texas e o México, no período anterior à Guerra Civil, que teve como influencia o debate interno sobre escravidão e a necessidade do Sul de aumentar o número de senadores escravocratas; na construção do canal do Panamá, que foi construído nesse país e não na Nicarágua por conta da minoria democrata no Congresso que foi vencida pelos Republicanos; e entre outros. Assim, “se há capital político doméstico a ser ganho fazendo-se algo para ou

²⁹ Traduzido do original: “*would seriously impair the ability of the United States to exercise effective leadership of the Free World, particularly in the UN, and constitute a blow to U.S. prestige.*”

³⁰ 24º presidente dos Estados Unidos de 1893 a 1897.

com a América Latina, então os dois séculos de história das relações EUA-América Latina demonstram plenamente que alguém o fará.” (SCHOULTZ, 2000, p.411).

A busca por desenvolvimento econômico também foi um fator importante para a determinação da política externa estadunidense para a América Latina. A partir da percepção entre os políticos estadunidenses de que seu sucesso eleitoral dependia de mercado estrangeiros, defendia-se a crença de que os EUA devem ter acesso aos países latino-americanos para manter uma economia forte - com a condição da economia determinando o resultado das eleições (SCHOULTZ, 2000). Para Schoultz, “o que permaneceu inalterado através do tempo é o desejo dos produtores dos EUA de expandir-se a fim de ganhar dinheiro, e o desejo de líderes políticos dos EUA de ajudá-los a fim de ganhar eleições.” (SCHOULTZ, 2000, p.412). Assim, o processo de integração econômica latino-americano foi acelerado pela tentativa de funcionários estadunidenses de atar as economias da América Latina aos Estados Unidos. Através da Diplomacia do Dólar, se institucionalizou ainda mais essa integração com a concessão pelos EUA de uma série de empréstimos aos países latino-americanos, objetivando a dependência econômica. Tendo isso em vista, Santos aponta que

[...] na Diplomacia do Dólar há uma combinação de preocupações econômicas e de segurança hemisférica que atrela a ajuda financeira à estabilidade da região nos moldes propostos pelas elites dirigentes dos EUA. Fica evidente a relação de cumplicidade entre os grupos econômicos e o governo norte-americano (SANTOS, 2007, p.31).

Por fim, Schoultz destaca como o *mindset* estadunidense de inferioridade da América Latina influenciou nas políticas dos EUA para a região. Essa influência ocorreu frequentemente ao longo dos dois séculos, a partir de um “software mental utilizado pelos cidadãos e funcionários governamentais norte-americanos para pensar a América Latina, os latino-americanos e a própria cultura latino-americana.” (SCHOULTZ, 2000, p.4). Essa mentalidade é baseada na crença da inferioridade dos latino-americanos, na qual “enquanto os estadunidenses são descritos como civilizados, protestantes, anglo-saxões e ‘brancos’, a América Latina é desqualificada como católica, latina, mestiça e subdesenvolvida.” (SCHOULTZ, 2000, p.1). Essa crença já pôde ser vista com John Quincy Adams que emitiu opiniões sobre os países latino-americanos quando estavam se tornando independentes no início do século XIX - opiniões essas que “pré-julgavam os católicos como inferiores aos protestantes, os hispânicos aos anglo-saxões e os de pele escura ao de pele clara” (SCHOULTZ, 2000, p.414), apontando um grande abismo cultural que separava os Estados

Unidos da América Latina. Assim, esse preconceito foi se desenvolvendo ao longo das décadas e, no final do século XIX, os funcionários do Departamento de Estados tinham como algo natural a certeza da superioridade e supremacia dos estadunidenses em relação aos latino-americanos. Como consequência, essa crença na inferioridade latino-americana determinou, a partir do século XX, a responsabilidade de Washington em resolver os problemas da América Latina e proteger os interesses estadunidenses na região (SCHOULTZ, 2000).

Tendo isso em vista, no contexto da Guerra Fria, a política externa estadunidense para a América Latina foi baseada nesses três interesses com a premissa de que os países latino-americanos necessitavam da ‘ajuda’ estadunidense para a defesa da democracia e da liberdade. Entretanto, durante a Segunda Guerra Mundial, prioridades da guerra haviam encorajado o apoio dos EUA a ditaduras regionais, fazendo com que um ‘bom governo’ fosse sinônimo de ‘estabilidade’ e não necessariamente de democracia. Assim, o apoio estadunidense às ditaduras latino-americanas era “no presente estágio de desenvolvimento cultural e político de algumas das repúblicas, não somente inevitável, mas talvez o único caminho para a estabilidade” (SCHOULTZ, 2000, p.253). Esse apoio de Washington pôde ser visto na defesa de regimes autoritários como os de Fulgencio Batista, em Cuba; de Rafael Trujillo, na República Dominicana; de Anastasio Somoza, na Nicarágua; entre outros. Essa posição estadunidense só foi em parte alterada com o fim da Guerra, quando os EUA decidiram usar sua posição de potência mundial para encorajar a transição democrática na América Latina. Segundo telegrama do Diretor do Escritório de Assuntos da República, Norman Armour, para um embaixador da Guatemala:

Queremos cultivar relações amistosas com todos os governos do mundo e não nos sentimos autorizados a ditar a qualquer país que forma de governo serve melhor às suas aspirações nacionais. Nós, não obstante, devemos naturalmente sentir uma maior afinidade, uma simpatia mais profunda e uma amizade mais calorosa por governos que representem efetivamente a aplicação prática de processos democráticos.³¹ (PERKINS et al., 1967, não paginado).

Ao mesmo tempo, a América Latina passava por uma profunda transformação econômica. Por conta da maior demanda de matérias-primas pelos países envolvidos na guerra, as exportações latino-americanas aumentaram e houve uma expansão do setor urbano

³¹ Traduzido do original: “*We wish to cultivate friendly relations with every government in the world and do not feel ourselves entitled to dictate to any country what form of government best suits its national aspirations. We nevertheless must naturally feel a greater affinity, a deeper sympathy and a warmer friendship for governments which effectively represent the practical application of democratic processes.*”

industrial voltado para a substituição de importações, devido à dificuldade no acesso a produtos manufaturados (AYERBE, 2002). Com a industrialização, houve um crescimento acelerado e desordenado das grandes cidades e, conseqüentemente, um aumento da desigualdade social, criando novas demandas que tiveram que ser atendidas pelo poder público. Assim, o processo de industrialização exigiu dos países latino-americanos uma reformulação não apenas econômica, como também social. Para Heloisa Reichel, “o contexto latino-americano nos anos 1940 e 1950 foi extremamente favorável para o aumento das ideias socialistas [...] com a maior parte dos países enfrentando graves problemas sociais oriundos das desigualdades e da pobreza crescentes” (REICHEL, 2004, p.198). Nesse contexto, no período pós-guerra grande parte dos países latino-americanos aderiram a regimes progressistas de governo, com maior protagonismo do Estado na economia e a implementação de reformas sociais (PECEQUILO, 2003).

Em contrapartida, para os EUA, a adesão da região a modelos progressistas de governo representava a instalação de regimes de oposição e o aumento da influência da URSS no continente. Segundo o discurso estadunidense, países que passaram por regimes ditatoriais - que o próprio EUA apoiou - iriam procurar por soluções radicais para os seus problemas e, em um mundo bipolar, “qualquer mudança radical na América Latina significava uma mudança em favor do comunismo” (SCHOULTZ, 2000, p.380). Assim, os EUA passaram a se preocupar com as posturas nacionalistas de governos e movimentos latino-americanos e, diante da política de contenção, houve uma alteração nas medidas que vinham sendo direcionadas à região (PECEQUILO, 2003).

A partir da Lei de Segurança Nacional de 1947, que determinou uma reorganização da política externa e de defesa do governo dos Estados Unidos, a política externa estadunidense de contenção ao comunismo surgiu como solução para as ‘crises’ latino-americanas. Até 1948, no primeiro mandato de Truman, as políticas hemisféricas estadunidenses trabalhavam com governos anticomunistas na América Latina. Já no segundo mandato, sob o impacto contínuo da Guerra Fria, o governo Truman ampliou seu conceito de segurança nacional em relação à América Latina e passou a criticar duramente as atitudes e as políticas de alguns países latino-americanos governados por regimes considerados progressistas e/ou nacionalistas (RABE, 2017). Assim, ao expandir sua interpretação da Doutrina Monroe, o governo Truman trabalhou “para fortalecer o mundo livre e frustrar o projeto do Kremlin”³² (RABE, 2017, não paginado).

³² Traduzido do original: “*to strengthen the free world and frustrate the Kremlin design.*”

Quanto à pauta econômica, o interesse material de companhias estadunidenses desempenhou um papel importante na política externa desse país no pós-guerra. Para o Departamento de Estado dos EUA, “o maior obstáculo ao desenvolvimento econômico na América Latina era a baixa taxa de investimento privado estrangeiro³³” (RABE, 2017, não paginado). Assim, a administração Truman apoiou pronunciamentos do Departamento de Estado de que os países latino-americanos poderiam obter assistência econômica criando um ‘clima adequado’ para os investidores estrangeiros e não impondo barreiras excessivas à transferência de capital e lucros, com Truman opondo-se vigorosamente ao nacionalismo econômico (RABE, 2017). Além disso, a região permaneceu economicamente vital para os EUA, onde nos primeiros anos do pós-guerra seus empresários contavam com a América Latina para aproximadamente 30% de seu comércio internacional e quase 40% de seus investimentos diretos globais.

Com a posse de Dwight Eisenhower³⁴ em 1953, a política de contenção se fortaleceu ainda mais, com o presidente definindo a ‘solidariedade hemisférica’ como o objetivo principal nas relações interamericanas. Quando assumiu a presidência, Eisenhower argumentou que a política externa dos EUA estava em desordem, que o governo Truman era “leve com o comunismo³⁵” e que um novo governo poderia deter o avanço soviético (RABE, 2017, não paginado). Assim, em 1954, o governo Eisenhower havia feito do anticomunismo a característica central da política latino-americana dos EUA - mantendo as políticas adotadas durante os anos Truman, mas com a aceitação de ditaduras militares anticomunistas na região. A administração Eisenhower, assim, era “muito tolerante³⁶” com as ditaduras “desde que se posicionassem firmemente contra o comunismo³⁷” (RABE, 2017, não paginado).

Com isso, Washington passou a apoiar ditaduras ‘amigáveis’ como oposição aos governos progressistas que estavam desalinhados com os interesses estadunidenses. Ao contrário da Segunda Guerra Mundial, a decisão de apoiar ditadores no período da Guerra Fria nunca se tornou uma diretiva política formal, ela apenas fluía naturalmente da crença de que os latino-americanos não eram democráticos e do desejo de estabilidade anticomunista (SCHOULTZ, 2000). Com isso, o apoio a regimes ditatoriais foi defendido pela administração Eisenhower como uma necessidade a curto prazo, já que “ditadores lidam eficientemente com

³³ Traduzido do original: “*the greatest single obstacle to economic development in Latin America is the slow rate of private foreign investment*”.

³⁴ 34º presidente dos Estados Unidos de 1953 a 1961.

³⁵ Traduzido do original: “*soft on communism*”.

³⁶ Traduzido do original: “*very tolerant*”.

³⁷ Traduzido do original: “*as long as they took a firm stand against communism.*”

o comunismo”, mas que a longo prazo os EUA “devem encorajar o crescimento de democracias na América Latina” (SCHOULTZ, 2000, p.382). Para Luiz Alberto Muniz Bandeira (1998), a preocupação dos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial, não foi propriamente defender as liberdades políticas na América Latina, mas assegurar um clima favorável aos seus negócios e investimentos privados. Assim, a defesa estadunidense da ‘democracia’ se mostrava apenas válida quando seus interesses são contemplados. Já que os ditadores ‘amistosos’ da América Latina ajudavam os EUA, reprimindo o comunismo e impedindo irrupções revolucionárias, era necessário apoiá-los acima da defesa pela democracia.

Portanto, a política de intervencionismo estadunidense na América Latina durante a Guerra Fria teve diversos motivos, entre eles o interesse da iniciativa privada dos EUA na região, a mentalidade dos estadunidenses de pensar e tratar os latino-americanos como inferiores e a necessidade de manter o continente afastado da influência soviética que, juntos, englobam o interesse estadunidense de manutenção de sua hegemonia. Assim, por meio de intervenções, defendidas pelos EUA como necessárias devido à ameaça comunista no hemisfério, Washington transformou a América Latina de acordo com seus interesses. Essas intervenções foram feitas de diversas formas e causaram a substituição de diversos governos progressistas por governos cujas economias se abriam para o capital e empresas estadunidenses – um protótipo de governos neoliberais e, muitas vezes, autoritários. Como um dos instrumentos principais dessa política intervencionista, a CIA agiu através de operações clandestinas e foi responsável por diversas intervenções e golpes na região, que serão tratadas no próximo capítulo.

4. A CIA COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

A “Empresa”³⁸, como o ex-agente Philip Agee (1975) se refere à CIA em seu livro e como a Agência é referida por seus agentes, foi um dos principais órgãos do governo estadunidense durante o período da Guerra Fria. O conflito com a União Soviética foi um fator-chave para a criação dessa agência de inteligência como “o instrumento clandestino pelo qual Washington poderia alcançar objetivos de política externa não atingíveis por meio da diplomacia”³⁹ (MARCHETTI; MARKS, 1974, p.25). Desde sua criação, em 1947, suas operações e práticas foram romantizadas por mitos e justificadas como necessárias para preservar a segurança nacional dos EUA. As principais funções eram coletar e analisar informações, principalmente no exterior, como permanece até hoje. No entanto, desde o início, houve o reconhecimento de que as operações secretas deveriam fazer parte de suas missões.

4.1 Contextualização

Mesmo a “Empresa” sendo criada apenas em 1947, o uso da espionagem e de operações secretas pelos Estados Unidos esteve presente desde a fundação da nação estadunidense. George Washington, durante a Revolução Americana, criou um comitê para se comunicar secretamente com simpatizantes no exterior e enviava regularmente espíões para o território ocupado pelos britânicos nas colônias (WILFORD, 2019). Mas foi a partir da Primeira Guerra Mundial, com a criação pelo Departamento de Estado da Unidade Central de Inteligência (Central Intelligence Unit - U1), que os Estados Unidos assumiram gradualmente o controle da segurança nacional de agências privadas. Anos depois, com o ataque surpresa dos japoneses no Pearl Harbor, em 1941, criou-se o argumento para aqueles que defendiam uma agência de inteligência permanente estadunidense (WILFORD, 2019).

Em julho do mesmo ano, o então presidente Franklin Roosevelt criou o Escritório do Coordenador de Informação (Office of the Coordinator of Information - COI), com o principal objetivo de reunir inteligência estrangeira relacionada à guerra (CIA, 2023a). No ano seguinte, foi criado o Escritório de Serviços Estratégicos (Office of Strategic Services -

³⁸ Traduzido do original: “*The Company*”.

³⁹ Traduzido do original: “*the clandestine instrument by which Washington could achieve foreign policy goals not attainable through diplomacy.*”

OSS): a primeira agência de inteligência centralizada dos Estados Unidos com a missão de “coletar e analisar informações estratégicas e conduzir operações não convencionais e paramilitares”⁴⁰ (CIA, 2023a, não paginado). Posteriormente, o Escritório foi substituído pela Unidade de Serviços Estratégicos (Strategic Services Unit - SSU) e pelo Grupo de Inteligência Central (Central Intelligence Group - CIG).

Por fim, em 1947, conforme linha do tempo abaixo, a Doutrina Truman é anunciada, na qual há um comprometimento dos EUA em defender nações menores “ameaçadas por forças autoritárias externas ou internas”⁴¹ (US DEPARTMENT OF STATE, 2021a, não paginado). A reconfiguração da política externa foi defendida por Truman como uma necessidade dos Estados Unidos de conter a expansão do totalitarismo soviético em nações livres e independentes, pois a segurança nacional estadunidense passava a “depender de mais do que apenas a segurança física do território”⁴² (US DEPARTMENT OF STATE, 2021a, não paginado). Assim, segundo Pecequillo (2003), a ideologia comunista era um risco à sobrevivência dos Estados Unidos e das nações que compartilhavam os mesmos valores de ‘democracia’ e ‘liberdade’ patrocinados por Washington. De acordo com discurso de Truman, antes de uma sessão conjunta do Congresso em 12 de março de 1947,

[...] um dos principais objetivos da política externa dos Estados Unidos é a criação de condições nas quais nós e outras nações possamos desenvolver um modo de vida livre de coerção. [...] Nossa vitória foi conquistada sobre os países que buscavam impor sua vontade e seu modo de vida a outras nações⁴³ (TRUMAN, 1947, não paginado).

Com isso, a Doutrina Truman forneceu bases para a política externa estadunidense durante toda a Guerra Fria, inaugurando a contenção ao comunismo e à expansão soviética. Em julho de 1947, o Congresso aprovou o Ato de Segurança Nacional (National Security Act) “para coordenar a política externa, de defesa e nacional por meio do estabelecimento de um Conselho Nacional de Segurança (National Security Council - NSC)”⁴⁴ (US DEPARTMENT OF STATE, 2021b, não paginado) tendo como uma das consequências a criação da CIA, conforme figura 1 abaixo.

⁴⁰ Traduzido do original: “*collect and analyze strategic information and conduct unconventional and paramilitary operations.*”

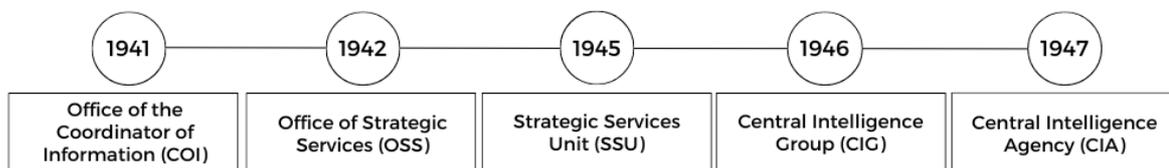
⁴¹ Traduzido do original: “*under threat from external or internal authoritarian forces.*”

⁴² Traduzido do original: “*depended upon more than just the physical security of American territory.*”

⁴³ Traduzido do original: “*One of the primary objectives of the foreign policy of the United States is the creation of conditions in which we and other nations will be able to work out a way of life free from coercion. [...] Our victory was won over countries which sought to impose their will, and their way of life, upon other nations.*”

⁴⁴ Traduzido do original: “*to coordinate foreign, defense, and domestic policy by establishing the National Security Council.*”

Figura 1 - Linha do tempo do serviço de inteligência dos EUA entre 1941 e 1947



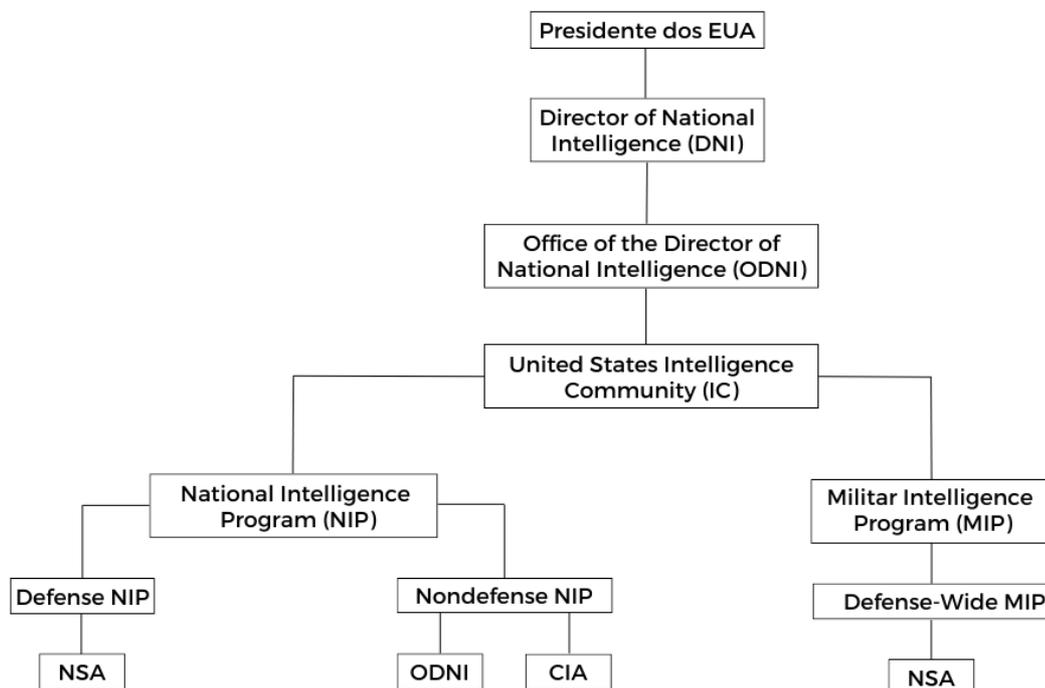
Fonte: Elaboração própria com base em dados da CIA (2023a)

O Ato também criou um Diretor de Inteligência Central (Director of Central Intelligence - DCI) para liderar tanto a CIA quanto a Comunidade de Inteligência dos EUA. O DCI também atuou como principal conselheiro do presidente em todos os assuntos de inteligência. Dois anos depois, Truman assinou a Lei da Agência Central de Inteligência. Esta legislação permitiu que a CIA financiasse secretamente operações de inteligência e desenvolvesse procedimentos pessoais fora das práticas padrões do governo dos EUA (CIA, 2023a).

Entre os objetivos principais da Agência, oficialmente, destacam-se: a) Aconselhar o Conselho de Segurança Nacional em questões relativas às atividades de inteligência das agências governamentais relacionadas com a segurança nacional; b) Fazer recomendações ao NSC para a coordenação de tais atividades de inteligência; c) Correlacionar e avaliar informações relacionadas com a segurança nacional; d) Desempenhar os serviços adicionais de interesse comum que o NSC determinar que possam ser realizados centralmente; e, por fim, e) Desempenhar outras funções e deveres relacionados à inteligência que afetem a segurança nacional. Entretanto, segundo Agee “a ação secreta é a verdadeira razão da existência da CIA, e nasceu da necessidade política e econômica”⁴⁵ (AGEE, 1975, p.23).

⁴⁵ Traduzido do original: “covert action is the real reason for the CIA's existence, and it was born out of political and economic necessity.”

Figura 2 - Posição da CIA na Comunidade de Inteligência dos EUA



Fonte: Elaboração própria com base em dados do CRS (2023).

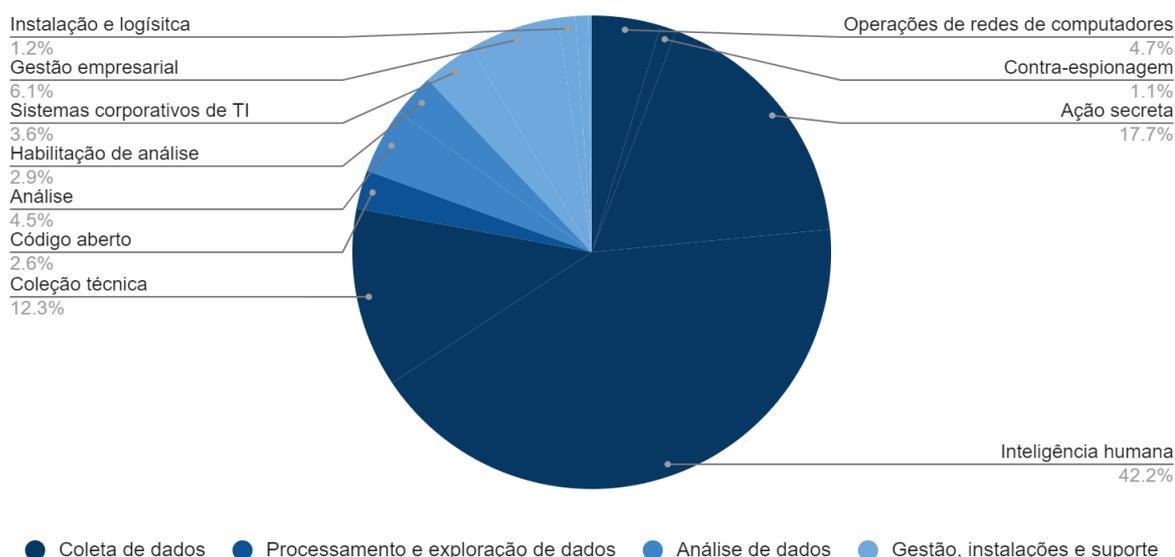
Como visto na Figura 2, a Comunidade de Inteligência dos Estados Unidos é dividida em dois programas: o de Inteligência Militar (Military Intelligence Program - MIP) e o de Inteligência Nacional (National Intelligence Program - NIP), no qual a CIA está inserida. Ambos os programas são dirigidos e controlados pelo Diretor de Inteligência Nacional (Director of National Intelligence - DNI) que, a partir de 2004, substituiu o cargo de DCI junto ao Diretor da CIA.

Durante o período da Guerra Fria, o Congresso manteve o orçamento da CIA em sigilo. A partir de 2007, o valor total dos gastos dos Estados Unidos em inteligência é divulgado. Entretanto, os detalhes do orçamento de cada agência, incluindo a CIA, ainda são mantidos em sigilo. Ainda assim, alguns orçamentos que o governo dos Estados Unidos direcionou para a CIA foram vazados ou divulgados por conta de investigações. Em 2013, Edward Snowden, ex-funcionário da CIA, divulgou pelo *The Washington Post* documentos sigilosos da Agência e detalhes do orçamento de 2013.

Segundo os documentos, o orçamento fiscal de 2013 da Agência foi de US\$14,7 bilhões, representando 27,91% do orçamento total do Programa Nacional de Inteligência (NIP), de US\$52,7 bilhões (GELLMAN; MILLER, 2013). Além disso, os gastos da CIA em

2013 ultrapassaram os de todas as outras agências de espionagem, sendo quase 50% superior ao da Agência de Segurança Nacional (NSA), que conduz operações de espionagem, há muito tempo é considerado o gigante da comunidade de inteligência (GELLMAN; MILLER, 2013).

Gráfico 1 - Distribuição das despesas da CIA para o orçamento fiscal de 2013



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Gellmann e Miller (2013).

Como visto no gráfico acima, a maior parte do orçamento foi direcionado para a coleta de dados (78%). Assim, operações de inteligência humana, ação secreta, contra-espionagem e coleção técnica são as que recebem maiores investimentos dentro da Agência - gastos em sua maioria em contratos com empresas privadas. Segundo Tim Shorrock (2008), a CIA gastou em 2007 “entre 50 e 60 por cento de seu orçamento anual de US\$5 bilhões em contratados. *Greenbadgers*, como esses contratados são conhecidos, superaram a força de trabalho em tempo integral da agência de 17.500⁴⁶” (SHORROCK, 2008, p.117). Para o ex-agente da CIA Robert Baer,

Todo mundo que conheço na CIA está saindo e entrando em contratos, estejam eles aposentados ou não [...] Muitos dos *Greenbadgers* são ex-funcionários da CIA, muitas vezes retornando aos mesmos empregos que tinham antes de se aposentarem e ganhando o dobro ou o triplo do salário⁴⁷ (SHORROCK, 2008, p.118).

⁴⁶ Traduzido do original: “between 50 and 60 percent of its \$5 billion annual budget on contractors. *Greenbadgers*, as these hires are known, now outnumber the agency's full-time workforce of 17,500”.

⁴⁷ Traduzido do original: “Everyone I know in the CIA is leaving and entering contracts, whether they are retired or not [...] Many of the *Greenbadgers* are former CIA employees, often returning to the same jobs they had before they retired and earning twice or triple the salary”.

Tendo isso em vista, após a Guerra Fria, a privatização da inteligência expandiu-se drasticamente, como reportado em um relatório do Comitê de Inteligência do Senado publicado logo após os ataques de 11 de setembro no qual foi encorajado uma “relação simbiótica entre a Comunidade de Inteligência e o setor privado⁴⁸” (SSCI, 2001, não paginado). Como um dos exemplos dessa relação, a empresa privada *Abraxas Corp.*, fundada por um grupo de veteranos da CIA, produziu disfarces e identidades falsas para um grupo de elite de oficiais em casos estrangeiros (MILLER, 2006). Assim, para Sunny Singh (2019), Washington criou um ambiente de terceirização que está profundamente enraizado na Comunidade de Inteligência, com a maior preocupação sendo o fato de que “profissionais de inteligência corporativa de empresas como Leidos, Lockheed Martin, Raytheon, Booz Allen Hamilton, SAIC e outras estão completamente integrados em divisões em toda a comunidade de inteligência⁴⁹” (SINGH, 2019, p.21) permitindo políticas favoráveis na promoção dos interesses dessas empresas.

4.2 Dirigentes

Como visto anteriormente, existem dois cargos de dirigentes que comandam a CIA: o Diretor de Inteligência Nacional e o próprio Diretor da Agência, ambos sucedidos pelo extinto cargo de Diretor de Inteligência Central. Segundo o Escritório do Diretor de Inteligência Nacional (Office of the Director of National Intelligence - ODNI), o DNI atua como chefe da Comunidade de Inteligência dos EUA, supervisionando e dirigindo a implementação do NIP e atuando como o principal conselheiro do Presidente, do Conselho de Segurança Nacional e do Conselho de Segurança Interna para assuntos de inteligência relacionados a segurança nacional, sendo nomeado pelo Presidente com o conselho e consentimento do Senado (ODNI, 2023b). Já o Diretor da CIA, tem como trabalho gerenciar a coleta de inteligência da Agência, análise, ação encoberta, contra-espionagem e relações de ligação com serviços estrangeiros e, assim como o DNI, é nomeado pelo Presidente com o conselho e consentimento do Senado e deve se reportar ao DNI (CIA, 2023b). Desde sua criação, em 1947, os cargos de Diretor da CIA e de DNI (de DCI, anteriormente) foram ocupados por 33 agentes.

⁴⁸ Traduzido do original: “*symbiotic relationship between the Intelligence Community and the private sector*”.

⁴⁹ Traduzido do original: “*corporate intelligence professionals from companies such as Leidos, Lockheed Martin, Raytheon, Booz Allen Hamilton, SAIC and others are thoroughly integrated into divisions throughout the intelligence community*”.

Como pode ser visto na tabela abaixo, antes de assumirem os cargos, o nível de escolaridade de todos os dirigentes era de no mínimo ensino superior completo, em que 4 passaram pela Academia Naval/Militar e os outros 29 estudaram em universidades privadas. Dentre esses, 9 estudaram em Ivy Leagues⁵⁰ e 12 nas universidades consideradas as mais caras dos Estados Unidos (LEARISH, 2022) e da Inglaterra (no caso de Oxford). Segundo David Wise (1986, não paginado), a CIA competia com as grandes empresas estadunidenses para “recrutar os melhores graduados universitários do país”⁵¹ nos campi das Ivy Leagues. Assim, desde sua fundação, os agentes e, especificamente, os dirigentes da Agência pertenciam a uma classe seleta da elite estadunidense.

Tabela 1 - Universidades que frequentaram os ex-diretores da CIA, DCIs e DNIs

Cargo	Diretor	Posse	Universidade
	Sidney Souers	1946	Purdue University
	Hoyt Vandenberg	1946-1947	United States Military Academy
	Roscoe H. Hillenkoetter	1947-1950	United States Naval Academy
	Walter Bedell Smith	1950-1953	Butler University
	Allen Dulles	1953-1961	Princeton University
	John A. McCone	1961-1965	University of California, Berkeley
	William Raborn	1965-1966	United States Naval Academy
	Richard Helms	1966-1973	Williams College
DCI	James R. Schlesinger	1973	Harvard University
	William Colby	1973-1976	Princeton University
	George H. W. Bush	1976-1977	Yale University
	Stansfield Turner	1977-1981	Amherst College
	William J. Casey	1981-1987	St. John's University
	William H. Webster	1987-1991	Amherst College
	Robert Gates	1991-1993	Georgetown University
	R. James Woolsey Jr.	1993-1995	Yale University
	John M. Deutch	1995-1996	Amherst College

⁵⁰ Um grupo de 8 faculdades e universidades estabelecidas no leste dos Estados Unidos com alto prestígio acadêmico e social. Inclui Harvard, Yale, Princeton, Columbia, Dartmouth, Cornell, Brown e a Universidade da Pensilvânia.

⁵¹ Traduzido do original: “lure the best of the nation's college graduates”.

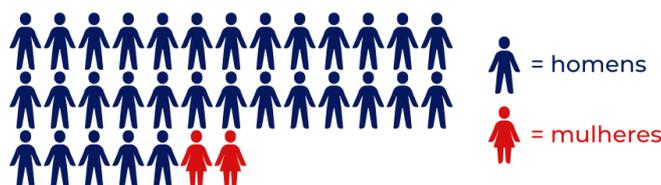
	George Tenet	1996-2004	Georgetown University
	Porter Goss	2004-2005	Yale University
	John Negroponte	2005-2007	Yale University
	Mike McConnell	2007-2009	Furman University
	Dennis C. Blair	2009-2010	United States Naval Academy
DNI	James Clapper	2010-2017	St. Mary's University
	Dan Coats	2017-2019	Wheaton College
	John Ratcliffe	2020-2021	University of Notre Dame
	Avril Haines	2021 - presente	University of Chicago
	Michael Hayden	2006-2009	Duquesne University
	Leon Panetta	2009-2011	Santa Clara University
	David Petraeus	2011-2012	Princeton University
Diretor da CIA	John Brennan	2013-2017	Fordham University
	Mike Pompeo	2017-2018	Harvard University
	Gina Haspel	2018-2021	Northeastern University
	William J. Burns	2021 - presente	St John's College, Oxford

Fonte: Elaboração própria com base em dados da CIA (2023c), ODNI (2023c) e Pearson (2021).

Como é possível perceber na tabela acima, esses indivíduos circulam em um ambiente de ensino superior endógeno e anglo-saxão. É essa elite estadunidense, formada nas universidades mais prestigiadas dos Estados Unidos que comanda a maior agência de inteligência desse país.

Ainda, utilizando como base o conceito de heteroidentificação do IBGE (ou seja, não necessariamente sendo como os indivíduos se autodeclaram) e a partir da ideia de binaridade de gênero, pode-se afirmar que o cargo de Diretor da CIA e de DNI foi ocupado majoritariamente por homens brancos, com exceção apenas de duas mulheres, também brancas: Gina Haspel, Diretora da CIA em 2018, e Avril Haines, Diretora de Inteligência Nacional em 2021, conforme figura abaixo.

Figura 3 - Gênero dos 33 ex-diretores da CIA, DCIs e DNIs



Fonte: Elaboração própria com base em dados da CIA (2023c), ODNI (2023c) e Pearson (2021).

Por fim, em paralelo com a teoria exposta neste trabalho, pode-se observar que a classe dirigente da CIA é formada por um grupo homogêneo entre si, em termos de classe social, raça e gênero, onde essa classe dirige e guia as atividades da Agência conforme seus próprios interesses como homens brancos com alto poder aquisitivo. Como exemplo, abordado nos próximos capítulos, a intervenção da CIA na Guatemala em 1954 se deu por conta dos interesses da empresa estadunidense United Fruit Company da qual o diretor da CIA, Allen Dulles, era um antigo membro da diretoria e o Secretário de Estado, John Foster Dulles, irmão de Allen e parceiro da companhia. Percebe-se, assim, que essa classe, sob a justificativa de segurança nacional, busca a reprodução e a manutenção de interesses e privilégios de uma classe econômica dominante.

4.3 Intervenções na América Latina

No livro “Inside the Company: CIA Diary”, Agee (1975) escreve sobre a sua experiência na Agência de 1957 a 1968 e de como funcionava o órgão, sendo um dos principais oponentes das práticas da CIA. Sobre seu período de treinamento, Agee relata sobre a política externa do governo estadunidense para a América Latina durante a Guerra Fria e os treinamentos recebidos sobre o comunismo:

As palestras e leituras sobre o comunismo foram especialmente interessantes. O Escritório de Treinamento se afasta da filosofia - o materialismo dialético nem sequer foi mencionado - enquanto se concentra nos soviéticos. É uma abordagem prática, de certo modo, porque o que a CIA está enfrentando, de uma forma ou de outra, é a expansão russa dirigida pelo Partido Comunista da União Soviética⁵² (AGEE, 1975, p.21).

⁵² Traduzido do original: “The lectures and readings in communism have been especially interesting. The Office of Training stays away from philosophy—dialectical materialism wasn't even mentioned—while concentrating on the Soviets. It's a practical approach, of sorts, because what the CIA is up against, one way or another, is Russian expansion directed by the Communist Party of the Soviet Union.”

Desse modo, a criação da ‘ameaça comunista’ foi usada pela CIA e pelo governo estadunidense como uma ameaça à liberdade e democracia por meio de propagandas e discursos que aprofundavam uma percepção de mundo entre ‘nós x eles’. Assim, para Luis Fernando Ayerbe (2002, p.81), a preocupação dos Estados Unidos em relação à América Latina no início da Guerra Fria, concentrou-se especialmente nas “posturas nacionalistas de alguns governos e movimentos que visualizavam uma perspectiva equidistante da influência do país como base para qualquer política de afirmação nacional”.

Tendo isso em vista, a partir da Guerra Fria, países latino-americanos cujos governos não se alinhavam com os ideais econômicos e políticos dos Estados Unidos ou cujas políticas sociais eram consideradas ‘comunistas’, tornavam-se uma ameaça aos interesses dessa classe dominante estadunidense. Ou seja, países com governos progressistas que ameaçassem a hegemonia estadunidense deveriam receber a ‘ajuda’ da suposta maior democracia do mundo para acabar com o comunismo. Essa ‘ajuda’ estadunidense, foi feita por meio de intervenções de várias formas nas quais a CIA desempenhou um papel central em países da América Latina, liderados durante a Guerra Fria por governos minimamente responsivos aos interesses das parcelas vulneráveis das suas populações, conforme a figura abaixo.

Tabela 2 - Dez intervenções da CIA em países da América Latina durante a Guerra Fria

País	Ano	Objetivo	Resultado
Guatemala	1954	Golpe contra Jacobo Arbenz	Sucesso
Cuba	1961	Golpe contra Fidel Castro	Fracasso
Equador	1961	Golpe contra José Velasco	Sucesso
República Dominicana	1961	Assassinato de Rafael Trujillo	Sucesso
Guiana	1964	Oposição contra Cheddi Jagan	Fracasso
Brasil	1964	Golpe contra João Goulart	Sucesso
Uruguai	1973	Apoio a ditadura de Juan Bordaberry	Sucesso
Chile	1973	Golpe contra Salvador Allende	Sucesso
Nicarágua	1981	Apoio aos “Contra”	Sucesso
El Salvador	1980	Desmobilização das guerrilhas	Sucesso

Fonte: Elaboração própria com base em dados de Blum (2004) e Rabe (2006).

A escala exata do envolvimento da CIA nas inúmeras intervenções feitas pelos Estados Unidos na região ainda é incerta, entretanto, como visto na tabela acima, é pontuado 10 intervenções nas quais a Agência teve um maior envolvimento direto, com apenas duas sendo 'mal-sucedidas': Cuba e Guiana.

4.3.1 Golpe contra Jacobo Arbenz na Guatemala

Nos primeiros anos após o início da Guerra Fria, com Dwight Eisenhower na presidência dos Estados Unidos e em conjunto com o Departamento de Estado, a CIA já participava de operações e intervenções na América Latina. Iniciando em 1954, na Guatemala, a participação da Agência no golpe contra o então presidente Jacobo Arbenz foi a primeira intervenção da CIA na América Latina com resultados diretos na mudança de governo em favor de setores aliados dos Estados Unidos. Como apontado anteriormente, será feito um estudo de caso mais detalhado dessa intervenção no próximo capítulo, com o intuito de analisar mais a fundo o contexto da Guatemala, o papel da Agência no golpe, seus dirigentes, suas ligações com a UFCO e as consequências da intervenção para o país.

Arbenz foi o segundo presidente eleito democraticamente da Guatemala em 133 anos de independência, tomando posse em 1951. Entre os objetivos de seu programa destacava-se a "independência econômica da nação, a transformação do país numa nação capitalista e a elevação do nível de vida do povo" (AYERBE, 2002, p. 106). Assim, a Reforma Agrária era essencial para conquistar esse objetivo, já que a Guatemala era uma nação predominantemente rural, onde 2,2% dos proprietários de terra possuíam 70% da terra arável enquanto a renda anual per capita dos trabalhadores agrícolas era de apenas \$87 (BLUM, 2004). Com a reforma, terras da United Fruit Company (UFCO) foram expropriadas.

A UFCO era uma empresa de plantação, colheita e distribuição de frutas, em especial de bananas. Fora fundada por estadunidenses na Costa Rica, mas passou parte da sua produção para a Guatemala entre outros países da América Central. A partir desses países, essa empresa fazia exportações volumosas para os Estados Unidos e criou um enorme mercado doméstico nesse mesmo país. Na década de 1930, a empresa consolidou seu poder como a maior produtora e comercializadora de banana do mundo e passou a controlar a economia local da Guatemala. Em 1945, Juan José Arévalo é eleito presidente da Guatemala

com apoio do campesinato e com a determinação de ‘libertar’ o país do domínio de interesses estrangeiros. A UFCO, assim, era um alvo (SCHLESINGER; KINZER, 1982). Em 1951, Arévalo foi sucedido por Arbenz que intensificou reformas sociais e a expropriação de latifúndios e de terras improdutivas – como as da United Fruit Company.

Com a pressão da United Fruit sob o governo dos Estados Unidos, foi lançada pela CIA a operação “PBSUCCESS”. Em agosto de 1953, o então presidente Eisenhower tomou a decisão oficial do governo de mover-se contra Arbenz em reunião onde Allen Dulles, diretor da CIA, estava presente. O escolhido pelo governo dos EUA para liderar o país após o golpe foi o Coronel Castillo Armas, que possuía uma reputação heroica entre os exilados e era considerado maleável para a CIA e para a UFCO. A destituição do governo Arbenz foi tomada com o uso de US\$3 milhões para financiar a invasão (SCHLESINGER; KINZER, 1982). Em junho de 1954, com o apoio do Departamento de Estado e da CIA, as tropas militares de Armas invadiram a Guatemala. A CIA instalou uma estação de rádio clandestina para transmitir mensagens de propaganda, bloqueando os sinais de rádio da Guatemala. Dez dias depois, Arbenz renunciou ao cargo e se exilou do país, com Armas assumindo o poder.

4.3.2 Golpe contra Fidel Castro em Cuba

A partir de 1959, com a Revolução Cubana e com Fidel Castro nacionalizando as empresas estadunidenses e ampliando as relações do país com a URSS, a CIA orquestrou diversas operações em Cuba, entre elas a fracassada invasão da Baía dos Porcos. Para William Blum:

A existência de um governo socialista revolucionário com laços crescentes com a União Soviética a apenas 90 milhas de distância, insistia o governo dos Estados Unidos, era uma situação que nenhuma superpotência que se preze deveria tolerar e, em 1961, empreendeu uma invasão a Cuba⁵³ (BLUM, 2004, p. 185).

A operação de abril de 1961, intitulada “Zapata”, previa um desembarque liderado por “1.040 homens e outro pessoal de apoio, incluindo um batalhão de infantaria de 826 homens, auxiliado por uma força aérea de 17 bombardeiros B-26, aeronaves de transporte C-54 e C-46 e embarcações de desembarque naval”⁵⁴ (HUSAIN, 2005, p.25). A invasão foi um fracasso:

⁵³ Traduzido do original: “*The existence of a revolutionary socialist government with growing ties to the Soviet Union only 90 miles away, insisted the United States Government, was a situation which no self-respecting superpower should tolerate, and in 1961 it undertook an invasion of Cuba.*”

⁵⁴ Traduzido do original: “*1,040 men and other support personnel, including an 826-strong infantry battalion, aided by an air force of 17 B-26 bombers, C-54 and C-46 transport aircraft, and marine landing craft.*”

mais de 1.000 exilados cubanos treinados pela CIA se renderam aos militares de Castro na ausência de apoio aéreo ou naval adequado dos EUA.

Em novembro do mesmo ano, foi dado início à operação “Mongoose”, liderada por Edward Lansdale, com planos para diminuir a popularidade de Castro. O projeto seria coordenado de operações políticas, psicológicas, militares, de sabotagem e de inteligência, bem como propostas de tentativas de assassinato de líderes políticos importantes, inclusive Castro (US DEPARTMENT OF STATE, 2023c). Componentes mensais da operação deveriam ser implementados para desestabilizar o regime comunista, incluindo a publicação de propaganda anti-castro, fornecimento de armamentos para grupos militantes de oposição e estabelecimento de bases guerrilheiras em todo o país, tudo levando aos preparativos para uma intervenção militar em outubro de 1962. Algumas das ações planejadas da operação foram implantadas durante 1962, mas a intervenção militar não ocorreu e o regime de Castro permaneceu no poder.

4.3.3 Golpe contra José Velasco no Equador

No Equador, de 1960 a 1963, a CIA manteve agentes infiltrados dentro do país onde José Velasco Ibarra ocupava o poder e se mantinha inflexível em relação a romper relações com Cuba e reprimir o partido ativista comunista e aqueles à sua esquerda (BLUM, 2004). Velasco foi eleito em 1960 com um projeto populista que prometia grandes aumentos na assistência do governo à população pobre urbana. Assim, os agentes estadunidenses no país tinham a missão de coletar e divulgar informações sobre as forças das organizações comunistas e outras organizações políticas hostis aos Estados Unidos e, por meio de propaganda e de operações de guerra psicológica, disseminar informações destinadas a neutralizar propaganda anti-estadunidense ou pró-comunista, bem como a influência comunista nas principais organizações de massa (AGEE, 1975).

Tendo isso em vista, há um primeiro golpe em 1961 no qual Velasco foi forçado a renunciar. Seu vice, Carlos Julio Arosemana, assume o poder no Equador, mesmo não estando suficientemente alinhado com os interesses dos EUA. Dois anos depois, em julho de 1963, há um segundo golpe, agora contra Arosemana que é substituído por uma junta anticomunista que caçava esquerdistas ‘extremistas’ por meio de uma Lista de Observação de Controle Subversivo da CIA (BLUM, 2004). Nesse caso, os militares derrubaram o presidente;

entretanto, foi a CIA que preparou o terreno para o golpe financiando propagandas anticomunistas. Segundo Blum:

No Equador, como na maior parte da América Latina, a Agência plantou falsas notícias anticomunistas em jornais cooperantes. Esses itens seriam então captados por outras estações da CIA na América Latina e divulgados por meio de uma agência de notícias de propriedade da CIA, uma estação de rádio de propriedade da CIA ou por meio de inúmeros jornalistas pagos por peça, além do item ser captado involuntariamente por outras mídias, inclusive nos Estados Unidos⁵⁵ (BLUM, 2004, p.154).

Além disso, a Agência se infiltrou nos altos escalões do governo equatoriano e em “quase todas as organizações políticas importantes, da extrema esquerda à extrema direita” (BLUM, 2004, p.153). Os agentes também participavam de manifestações de esquerda ou bombardeavam instituições com as quais os militares se importavam (como igrejas ou organizações conservadoras) para encorajá-los a agir. Do ponto de vista da CIA, o golpe foi um sucesso, com o governo militar rapidamente rompendo relações com Cuba.

4.3.4 Assassinato de Rafael Trujillo na República Dominicana

Em 1961, a Agência, em conjunto com o Departamento de Estado, orquestrou a morte de Rafael Trujillo na República Dominicana com o envio de “suporte material” para o grupo de dominicanos que o executou (HORROCK, 1975, não paginado). Mesmo Trujillo sendo alinhado com os ideais estadunidenses e defensor do anticomunismo, sua ditadura personalista preocupava os EUA, com medo do exemplo cubano poder chegar a República Dominicana. Para Blum:

Os Estados Unidos foram cúmplices do próprio assassinato do homem que ajudaram a subir ao poder e a perdurar por cerca de 30 anos. Isso marcou uma das raras ocasiões em que o governo dos EUA agiu para derrubar um déspota de direita, embora o anticomunismo ainda fosse a força motivadora⁵⁶ (BLUM, 2004, p.175).

Segundo documento da Comissão Rockefeller⁵⁷, oficiais da CIA mantinham contato regular com os conspiradores antes do assassinato e estavam cientes das intenções letais do

⁵⁵ Traduzido do original: “*In Ecuador, as throughout most of Latin America, the Agency planted phoney anti-communist news items in co-operating newspapers. These items would then be picked up by other CIA stations in Latin America and disseminated through a CIA-owned news agency, a CIA-owned radio station, or through countless journalists being paid on a piece-work basis, in addition to the item being picked up unwittingly by other media, including those in the United States.*”

⁵⁶ Traduzido do original: “*The United States had been an accomplice in the assassination itself of the man it had helped to climb to power and to endure for some 30 years. It marked one of the rare occasions that the US government acted to overthrow a right-wing despot, albeit anti-communism was still the motivating force.*”

⁵⁷ Comissão do Presidente dos Estados Unidos sobre as atividades da CIA.

grupo. A CIA havia falado ao grupo sobre problemas práticos com vários planos de assassinato anteriores e se ofereceu para treinar um membro do grupo no uso de explosivos (JIMENEZ-BACARDI; PRADOS, 2016). Com a morte de Trujillo, o governo de John F. Kennedy⁵⁸ se manteve presente nas eleições do país em 1962, interferindo diretamente na nação (BLUM, 2004). O vencedor eleito foi Juan Bosch, um anticomunista liberal e aprovado por Kennedy.

4.3.5 Oposição contra Cheddi Jagan na Guiana

Iniciando em 1953, na Guiana, a CIA e a Inteligência Britânica financiaram sindicatos anticomunistas para fortalecer a oposição de Cheddi Jagan, eleito democraticamente no país (RABE, 2006). A formação de Jagan o inclinou ao socialismo desde o início e, em 1946, criou um comitê de ação política que se fundiu com outro grupo em 1950 para formar o Partido Progressista do Povo (PPP). Jagan, já membro do conselho legislativo patrocinado pelos britânicos, obteve a maioria do PPP nas eleições de 1953 e depois liderou um governo da Guiana sob a tutela britânica. (JIMENEZ-BACARDI; PRADOS, 2020). Embora não houvessem ligações aparentes entre Jagan e qualquer partido marxista, o governo britânico o removeu do cargo após 150 dias devido às suas ‘tendências socialistas’.

Em 1961, após sete anos de ocupação militar, Jagan foi reeleito e assumiu o cargo de primeiro-ministro em agosto. Entretanto, em março do mesmo ano, a CIA já previa que Jagan assumiria o poder. Segundo o documento oficial da CIA, era necessário “Estimar a situação política e as perspectivas na Guiana Britânica, com particular referência às próximas eleições e ao potencial comunista na colônia.”⁵⁹ (KEEFER, 1996, não paginado). Ainda, segundo o documento:

[...] com um novo mandato eleitoral, Jagan provavelmente fará um esforço mais determinado para melhorar as condições econômicas do que fez até agora. Isso implicará pressão sobre o Reino Unido e os EUA por assistência econômica consideravelmente acima dos níveis atuais. Se ele sentir que a ajuda econômica do Ocidente não é adequada para atender aos requisitos de desenvolvimento, ele irá para outro lugar com cuidado para não provocar os britânicos⁶⁰ (KEEFER, 1996, não paginado).

⁵⁸ 35º Presidente dos Estados Unidos de 1961 a 1963.

⁵⁹ Traduzido do original: “*To estimate the political situation and prospects in British Guiana, with particular reference to the coming elections and Communist potential in the colony.*”

⁶⁰ Traduzido do original: “[...] *with a new electoral mandate, Jagan will probably make a more determined effort to improve economic conditions than he has heretofore. This will entail pressure on the UK and the US for economic assistance considerably above present levels. If he feels that economic aid from the West is not adequate to fulfill requirements for development, he will go elsewhere being careful not to provoke the British.*”

Assim, reitera-se o que foi dito anteriormente, de que a função da CIA na América Latina, como ferramenta da política externa estadunidense, era a de atuar contra qualquer governo com projetos minimamente progressistas ou com objetivos de reforma social.

Com essa estimativa, a CIA apresentou o concorrente Forbes Burnham, que se tornaria o instrumento dessa mesma Agência contra Cheddi Jagan no projeto montado por Kennedy. Em 1962, diante de graves problemas econômicos, Jagan introduziu um orçamento de austeridade e um aumento de impostos, levando a uma greve no país (JIMENEZ-BACARDI; PRADOS, 2020). No mesmo período, os britânicos decidiram adiar a independência da Guiana, deixando uma abertura para uma operação da CIA. Em outubro do mesmo ano, conforme o Anexo A, a CIA contactou Burnham e ele concordou em “insistir em um sistema eleitoral de representação proporcional para a Guiana Britânica na Conferência Constitucional [...] em troca de promessas de assistência financeira”⁶¹ (JIMENEZ-BACARDI; PRADOS, 2020, não paginado). Assim, a partir de 1963, a CIA abordou Forbes Burnham que deu garantias sobre seu programa político e começou a receber assistência financeira da Agência. Com isso, a CIA financiou atividades de campanha, com folhetos, broches políticos, assim como slogans publicitários e táticas de marketing. (JIMENEZ-BACARDI; PRADOS, 2020). Apesar dos esforços e mesmo com o esquema de representação proporcional, nas eleições de 1964 o partido de Jagan conseguiu 24 assentos no parlamento e o de Burnham, 22.

4.3.6 Golpe contra João Goulart no Brasil

De 1961 à 1964, a intervenção da CIA no Brasil e o conseqüente golpe militar não foi diferente das demais. O apoio do presidente João Goulart às reformas sociais e econômicas no país era visto como uma ameaça aos EUA e seu domínio no continente. Segundo Ayerbe (2002):

O governo Goulart assume uma postura solidária com as lutas anticolonialistas na África, defende os princípios da autodeterminação e não-intervenção em relação a Cuba, estabelece relações com os países socialistas e se posiciona a favor do ingresso da República Popular da China nas Nações Unidas. Por causa dessa política, aumentarão as pressões internas, numa tentativa de associar o governo a posições pró-comunistas (AYERBE, 2002, p.140).

⁶¹ Traduzido do original: “insist on an electoral system of proportional representation for British Guiana at the Constitutional Conference [...] in return for promise of financial assistance’.

Assim, o envio do embaixador estadunidense Lincoln Gordon ao país para impedir a ascensão de comunistas no governo brasileiro foi justificado pelo governo de John Kennedy como uma medida necessária por conta da ameaça do governo de Goulart às medidas de livre-mercado e a esfera de influência estadunidense na região latino-americana. O embaixador e agentes da CIA conspiraram e encorajaram militares brasileiros a depor o presidente eleito enviando recursos à oposição para enfraquecê-lo nas eleições de 1962 com financiamentos feitos pela CIA em campanhas da oposição, discursos da ‘ameaça comunista’ e por meio de aparelhos privados de hegemonia, como a criação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). Segundo Agee (1975), durante a campanha eleitoral de 1962, através do IBAD, a CIA financiou com mais de 12 milhões de dólares candidatos anticomunistas.

4.3.7 Apoio à ditadura de Juan Bordaberry no Uruguai

Já no caso do Uruguai, a partir de 1964 e sob o comando do presidente Richard Nixon, a CIA enviou o agente especial Dan Mitrione ao país para treinar forças de segurança. Junto com a Agência para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development - USAID), estabeleceram o Escritório de Segurança Pública (Office of Public Safety - OPS) para auxiliar nas operações locais de contrainsurgência da polícia (NSA, 2002). Com isso, a CIA criou um Departamento de Informação e Inteligência no país, com equipamentos inovadores da Divisão de Serviços Técnicos da Agência destinados à tortura. Posteriormente, o Departamento passou a servir de cobertura para o Esquadrão da Morte⁶², composto principalmente por policiais, que bombardearam casas de supostos simpatizantes dos Tupamaro e se envolveram em assassinatos e sequestros (BLUM, 2004). Ainda, sobre os equipamentos fornecidos pelo OPS, Blum descreve:

Equipamentos e treinamentos desse tipo foram adicionados aos normalmente fornecidos pela OPS: capacetes anti-motim, escudos transparentes, gás lacrimogêneo, máscaras de gás, equipamentos de comunicação, veículos, bastões policiais e outros dispositivos para conter multidões. A oferta dessas ferramentas de trabalho aumentou em 1968, quando os distúrbios públicos atingiram o ponto de ignição e, em 1970, o treinamento americano em técnicas de controle de distúrbios havia sido dado a cerca de mil policiais uruguaios⁶³ (BLUM, 2004, p. 203).

⁶² Traduzido do original: “*Escuadrón de la Muerte*”.

⁶³ Traduzido do original: “*Equipment and training of this kind was in addition to that normally provided by OPS: riot helmets, transparent shields, tear gas, gas masks, communication gear, vehicles, police batons, and other devices for restraining crowds. The supply of these tools of the trade was increased in 1968 when public*

Anos depois, em meio a uma crescente crise política e um forte desafio da guerrilha Tupamaro, a assistência ao OPS (especialmente treinamento) foi duplicada e em 1970 a crise se transformou em um conflito violento. Em 1973 houve o golpe militar em que a Agência apoia o ditador Juan Maria Bordaberry que governaria, então, sob ordem direta de Washington pelos 12 anos seguintes.

4.3.8 Golpe contra Salvador Allende no Chile

O envolvimento secreto da CIA no Chile entre 1963 e 1973 foi extenso e contínuo. Em 1958, Salvador Allende esteve perto de ganhar a presidência do país com um programa voltado para a redistribuição de renda, nacionalização de grandes indústrias e expansão da reforma agrária, atraindo, com isso, a atenção dos Estados Unidos e da CIA. Anos depois, a Agência entrou em ação para que ele não se elegeesse nas próximas eleições, financiando a candidatura de Eduardo Frei, candidato de centro e alinhado com os interesses estadunidenses. Segundo Blum (2004), a CIA financiou mais da metade dos custos totais da campanha do partido de Frei, uma das razões pelas quais a operação eleitoral geral da Agência reduziu o Tesouro dos EUA em cerca de 20 milhões de dólares. Sobre as propagandas, Blum descreve:

Além de apoiar os partidos políticos, a CIA montou uma massiva campanha de propaganda anticomunista. Foi feito amplo uso da imprensa, rádio, filmes, panfletos, cartazes, folhetos, malas diretas, serpentinas de papel e pintura de parede. Foi uma "campanha de medo", que se baseou fortemente em imagens de tanques soviéticos e pelotões de fuzilamento cubanos e foi dirigida especialmente às mulheres⁶⁴ (BLUM, 2004, p.207).

Após a vitória de Frei nas eleições de 1964, a CIA continuou o financiamento de propagandas nas eleições para o Congresso em 1965 e 1969 em oposição ao partido de Allende. Apesar disso, nas eleições de 1970 Allende continuava a ser o favorito para assumir a presidência, fazendo com que a CIA buscasse apoio dos militares chilenos para um golpe contra um iminente governo de Allende. Como observado no Anexo B, em um telegrama secreto do vice-diretor de planos da CIA enviado ao chefe da estação da CIA em Santiago,

disturbances reached the spark-point, and by 1970 American training in riot-control techniques had been given to about a thousand Uruguayan policemen."

⁶⁴ Traduzido do original: "In addition to support for political parties, the CIA mounted a massive anti-communist propaganda campaign. Extensive use was made of the press, radio, films, pamphlets, posters, leaflets, direct mailings, paper streamers, and wall painting. It was a "scare campaign", which relied heavily on images of Soviet tanks and Cuban firing squads and was directed especially to women."

transmitia as ordens de Henry Kissinger, Secretário de Estado dos EUA, que escreve “É uma política firme e contínua que Allende seja derrubado por um golpe⁶⁵”, além de que as operações devem ser conduzidas de modo a esconder a "mão americana⁶⁶" (KORNBLUH, 1998, não paginado).

Assim, uma campanha de propaganda foi realizada pela CIA para focar nos danos que aconteceriam ao Chile sob o governo de Allende, além de incluir apoio à reeleição de Frei. Apesar dos esforços, Allende foi eleito presidente em 24 de outubro de 1970 (SSCI, 1975). Após a posse, o Comitê 40⁶⁷ aprovou um total de mais de 7 milhões de dólares em apoio encoberto a grupos de oposição no Chile (SSCI, 1975) e, em 11 de setembro de 1973, os militares lançaram um golpe contra o governo Allende com apoio militar e financeiro do governo dos EUA e da CIA. O general Augusto Pinochet assumiu o poder, marcando o fim de uma história de 46 anos de governo democrático no Chile e o início de uma ditadura militar que perdurou por 17 anos.

Alguns anos depois, em novembro de 1975, é estabelecida a Operação Condor, uma operação conjunta das forças de repressão e informação dos países sob ditadura no Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai). A CIA estava ciente da existência de uma cooperação entre os países da Cone Sul e entre os seus serviços de inteligência para seguir oponentes políticos antes do planejamento da Condor (QUADRAT, 2002). Assim, a partir da divulgação da ideologia da segurança nacional e com o discurso da guerra ao comunismo, os Estados Unidos influenciaram uma aproximação de oficiais e instituições na América Latina diante de uma necessidade de cooperação entre os países para conter a sublevação contrária aos regimes militares.

4.3.9 Apoio aos Contra na Nicarágua

Já a Nicarágua, local onde os Estados Unidos possuem um registro histórico de intervenções, incluindo a escolha de Somoza⁶⁸ e de seus herdeiros para liderar o país durante 43 anos; recebeu ajuda do governo estadunidense durante toda a Guerra Fria. Com a queda do regime Somoza em 1979, o movimento socialista sandinista expandiu sua influência e

⁶⁵ Traduzido do original: “*It is firm and continuing policy that Allende be overthrown by a coup.*”

⁶⁶ Traduzido do original: “*American hand*”.

⁶⁷ Comitê do Conselho de Segurança Nacional dos EUA que revisou as propostas de ações secretas.

⁶⁸ Anastasio Somoza foi Presidente da Nicarágua e o último membro da família Somoza a ocupar o cargo de Chefe de Estado no país, encerrando uma dinastia que detinha o poder desde 1936.

assumiu a liderança da revolução, chegando ao poder no final do mesmo ano (BLUM, 2004). Com isso, em 1981, a CIA e o governo de Ronald Reagan apoiaram os contrarrevolucionários na Nicarágua, os chamados Contras, com ajuda financeira e material (AYERBE, 2002).

Em 1981, Reagan assinou a Diretriz de Decisão de Segurança Nacional 17 (National Security Decision Directive 17 - NSDD-17) que deu à CIA o poder de recrutar e apoiar uma força de 500 rebeldes nicaraguenses para conduzir ações secretas contra sandinistas marcando, com isso, o apoio oficial dos EUA aos Contras (HISTORY, 2020). No ano seguinte, uma equipe treinada pela CIA explodiu duas pontes na Nicarágua e minou o porto de Corinto em uma tentativa de perturbar a economia da Nicarágua fechando o principal porto de embarque do país (BLUM, 2004). Em 1983, a Agência distribuiu dois manuais para os Contras: o primeiro deles, chamado *The Freedom Fighters Manual* (Anexo C), buscava instruir como causar distúrbios civis para o governo sandinista utilizando-se de sabotagens como “não fazer a manutenção de máquinas e veículos”, “chegar atrasado no trabalho”, “declarar-se doente para não trabalhar” entre outros (CIA, 1985, não paginado). Já o segundo manual, intitulado *Psychological Operations in Guerrilla Warfare*, contava com conselhos para assassinatos políticos, chantagem de cidadãos comuns, sequestro e explosão de prédios públicos (BLUM, 2004).

Nos anos seguintes, as atividades secretas da CIA na Nicarágua continuaram sendo uma combinação de ação política, ação paramilitar, propaganda e ação cívica. O orçamento da Agência para o ano fiscal de 1984 para essas operações foi de 19 milhões de dólares, com 14 milhões como financiamento adicional disponível se a Agência considerasse necessário (BROWN, 1984). Os veículos de imprensa foram instrumentos essenciais para a defesa do discurso da CIA em oposição aos sandinistas: um documento desclassificado da CIA revela detalhes sobre a operação *White Propaganda* na Nicarágua, no qual consultores foram contratados para produzir artigos de propaganda da CIA para os jornais *The New York Times* e *The Washington Post* para promover a agenda da Agência no país (BROWN, 1985).

Por fim, em 1990 os sandinistas foram derrotados nas eleições por uma coalizão de partidos políticos intitulado “União Nacional Opositora⁶⁹”, com o então presidente George Bush chamando de “uma vitória para a democracia⁷⁰” (BLUM, 2004, p.304).

⁶⁹ Traduzido do original: “*Unión Nacional Opositora*”.

⁷⁰ Traduzido do original: “*a victory for democracy*”.

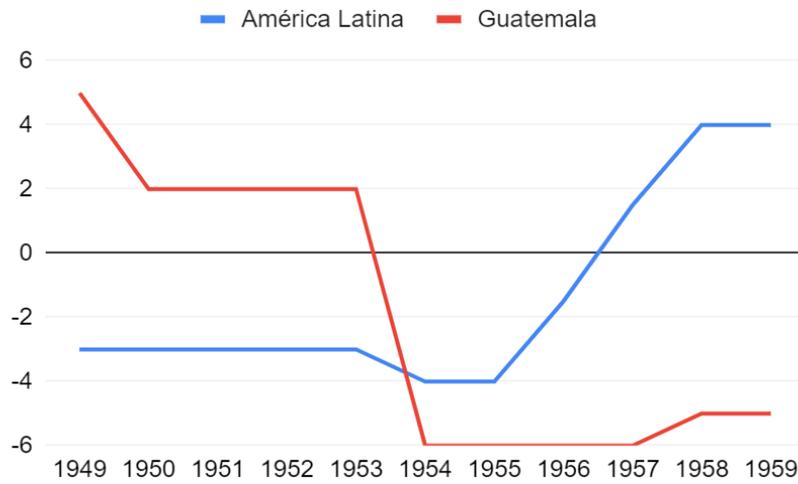
4.3.10 Desmobilização das guerrilhas de El Salvador

A intervenção da CIA em El Salvador durante a Guerra Fria foi ampla e significativa. Desde a década de 1960, os EUA viam El Salvador como um importante país na luta contra a influência comunista na América Latina. Durante a guerra civil de El Salvador, de 1980 à 1992, o país foi prioridade da política externa dos EUA com a administração Reagan apoiando as forças armadas do país na vitória militar contra as guerrilhas salvadorenhas reunidas na Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional. A CIA desempenhou um papel essencial na concepção e organização das agências de segurança das quais surgiram os Esquadrões da Morte, através de treinamentos e fornecimento de equipamentos. Os programas de vigilância da CIA forneceram a essas agências informações e o paradeiro de vários indivíduos que acabaram como vítimas de esquadrões (BLUM, 2004).

4.4 Promoção da Democracia

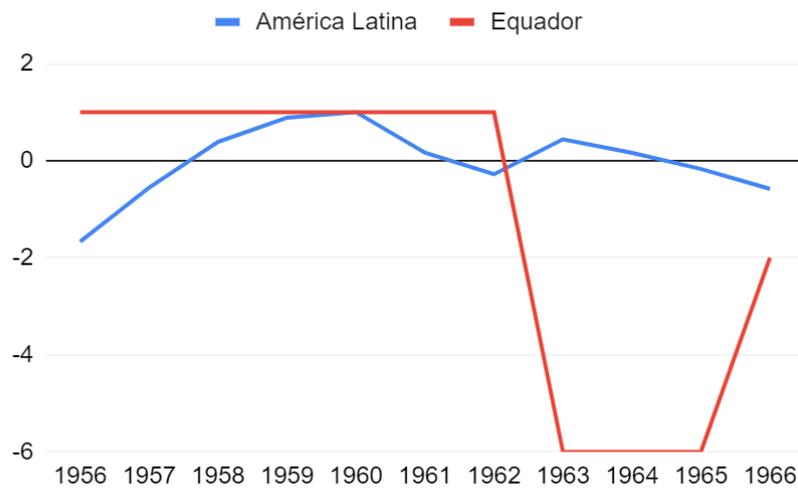
Após esse histórico de intervenções, observa-se uma incoerência no discurso estadunidense de defesa da democracia, usado como pretexto para as intervenções nesses países. Utilizando como base o índice feito pelo Polity 5, que indica em um intervalo de -10 a 10 o índice de democracia de um país (sendo 10 um país totalmente democrático), divulgado pelo Our World in Data (2018); fez-se uma comparação entre o índice dos 5 países que a CIA interveio e que resultou em um golpe de Estado (Guatemala, Equador, Brasil, Uruguai e Chile) e a média do índice do restante da América Latina no mesmo período de cada caso, utilizando-se o índice dos 5 anos anteriores e 5 anos posteriores a cada intervenção:

Gráfico 2 - Índice de democracia da Guatemala e da América Latina entre 1949 e 1959



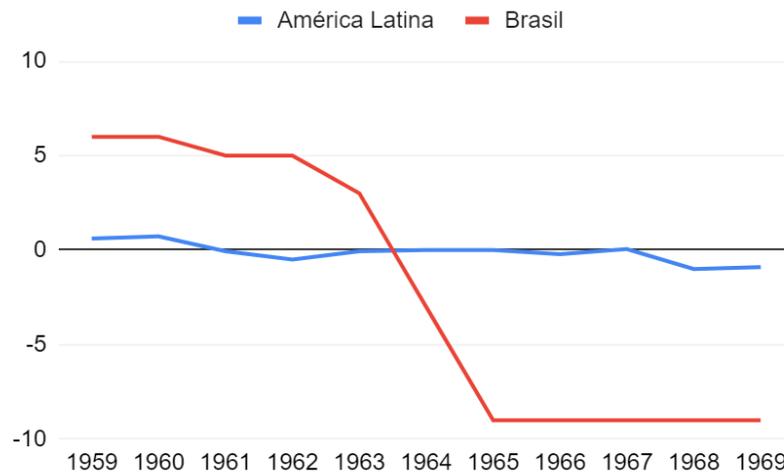
Fonte: Elaboração própria com base em dados do Our World in Data (2023).

Gráfico 3 - Índice de democracia do Equador e da América Latina entre 1956 e 1966



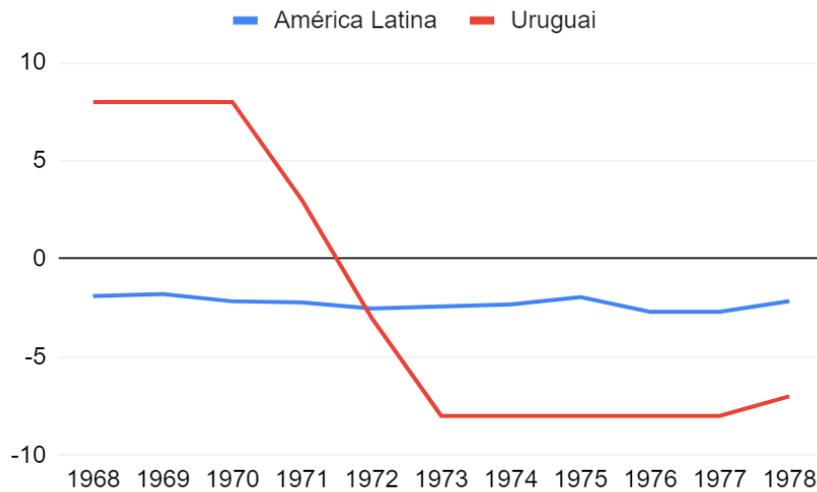
Fonte: Elaboração própria com base em dados do Our World in Data (2023).

Gráfico 4 - Índice de democracia do Brasil e da América Latina entre 1959 e 1969.



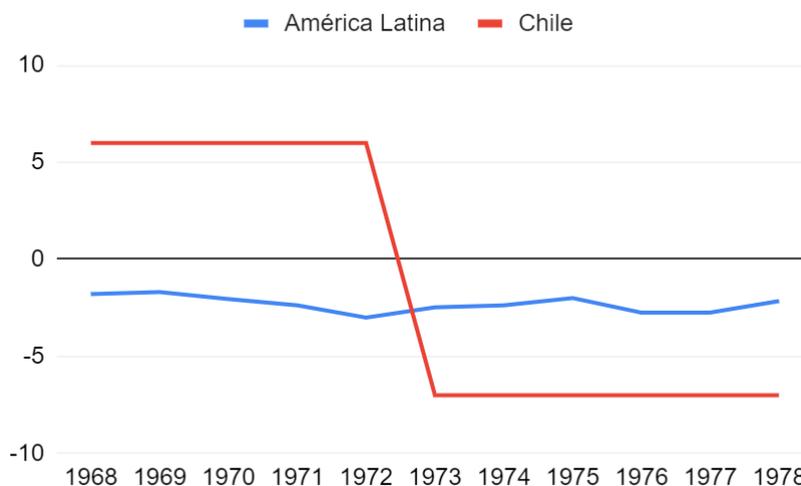
Fonte: Elaboração própria com base em dados do Our World in Data (2023).

Gráfico 5 - Índice de democracia do Uruguai e da América Latina entre 1968 e 1978.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Our World in Data (2023).

Gráfico 6 - Índice de democracia do Chile e da América Latina entre 1968 e 1978.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Our World in Data (2023).

Assim, como visto nos gráficos acima, nos 5 casos houve um declínio do índice de democracia de cada país após a intervenção feita pela Agência. No caso da Guatemala, por exemplo, há uma queda de 8 pontos de 1953 a 1954, ano em que a CIA agiu e que Arbenz foi deposto, enquanto a média do restante da América Latina caiu apenas 1 ponto entre os 2 anos analisados. Além disso, os efeitos dessas intervenções são duradouros, como no caso da Guatemala que, mesmo após 5 anos, o índice continuou em -5, enquanto o restante da América Latina teve um aumento de 7 pontos no mesmo período.

Ao invés de promover a estabilidade, os EUA contribuíram para a instabilidade desses países e para o enfraquecimento de suas instituições democráticas. Assim, essas intervenções estadunidenses nos países latino-americanos não foram motivadas pela defesa da democracia, mas por uma defesa ao que William Robinson chamou de “democracia de baixa intensidade⁷¹” (ROBINSON, 1996, p.6), um sistema poliárquico sob a hegemonia de uma elite transnacional. Ou seja, um sistema no qual um pequeno grupo controla o poder, com as elites selecionando os líderes e as massas escolhendo entre eles. Robinson aponta que o objetivo dessa democracia é

[...] construir nos países intervencionados uma réplica exata da estrutura de poder dos Estados Unidos. Isso é feito fortalecendo os partidos políticos existentes e outras organizações identificadas como compatíveis com os interesses dos EUA, ou criando do zero novas organizações onde ainda não existem. Com poucas exceções, os líderes dessas organizações são provenientes da elite local e seus esforços visam competir ou eclipsar as

⁷¹ Traduzido do original: “*low-intensity democracy*”.

organizações populares de base ampla existentes e neutralizar os esforços dos setores populares para construir suas próprias organizações na sociedade civil (ROBINSON, 1996, p.105).

Assim, os responsáveis pela gestão da política estadunidense promovem uma versão específica de democracia como forma de reajustar os sistemas políticos na periferia a fim de manter esses países periféricos alinhados com os interesses do centro. Diante disso, a promoção dessa democracia de baixa intensidade serviu como instrumento para conter as demandas das maiorias subordinadas, com os esforços dessa maioria popular para transformar a sociedade esbarrando nas limitações da poliarquia (ROBINSON, 1996). É importante destacar que a preferência dos EUA pela poliarquia não significou a condenação de regimes autoritários que, como visto anteriormente, foram apoiados pelos EUA tanto na Segunda Guerra Mundial quanto na Guerra Fria. Para Robinson “como regra geral, regimes autoritários são apoiados até ou ao menos que uma alternativa poliárquica seja viável e esteja em vigor⁷²” (ROBINSON, 1996, p.113). Ou seja, o objetivo dos EUA está em promover a poliarquia e se opor ao autoritarismo apenas quando isso não comprometer o próprio governo da elite.

Portanto, em vez de serem movidos por um desejo genuíno de espalhar a democracia, Robinson argumenta que a promoção da democracia pelos EUA serviu como um pretexto para justificar suas intervenções na região e minar as democracias emergentes que não estavam alinhadas com seus interesses. Assim, essa exportação da democracia estadunidense fez parte de uma estratégia mais ampla de globalização neoliberal, que buscou aumentar a liberdade do mercado, reduzir as barreiras comerciais, expandir os interesses corporativos dos EUA e afastar a ideia de que “o governo tem responsabilidade direta pelo bem-estar do povo” (CHOMSKY, 1993, p.10).

4.5 Imagem pós-Guerra Fria

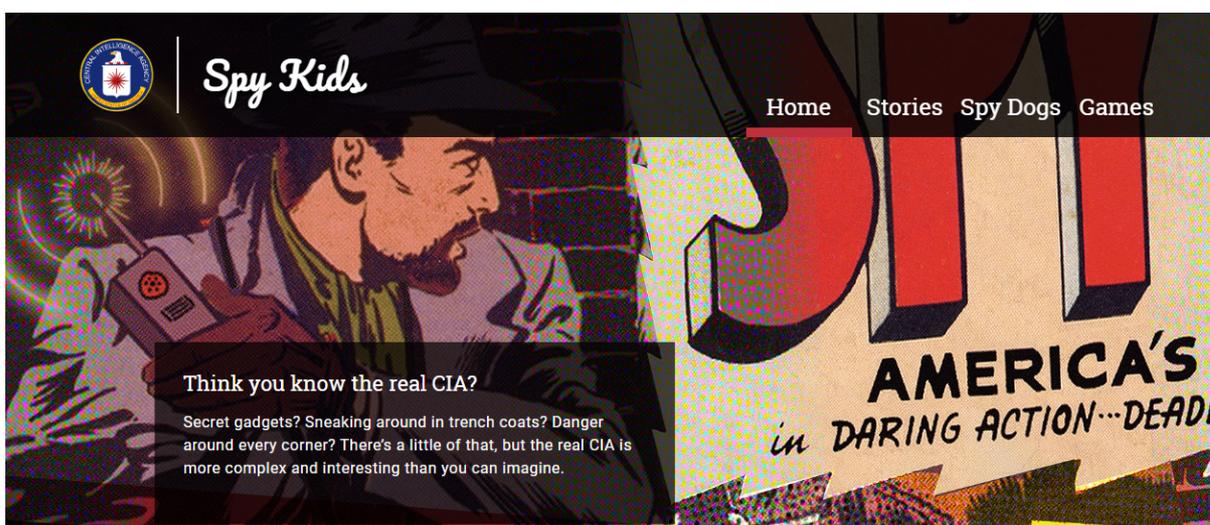
Com o fim da Guerra Fria e enfrentando cada vez mais dúvidas sobre seu propósito em um mundo sem a União Soviética, a CIA decidiu abrir sua história ao público e criar uma imagem mais positiva. Como visto anteriormente, todas missões são sigilosas e poucos documentos são divulgados. Entretanto, a Agência está entre as instituições mais conhecidas

⁷² Traduzido do original: “As a general rule, authoritarian regimes are supported until or unless a polyarchic alternative is viable and in place.”

dos Estados Unidos, com seu próprio canal no YouTube, página no Facebook, conta no Twitter e um *website* com um *layout* de ‘empresa’.

Na reformulação do site oficial que ocorreu em 2011, onde foi alterado o *layout* do *website* e inclusão do canal do YouTube, o ex-diretor da CIA, Leon Panetta, comunicou que “a ideia por trás destas mudanças é fazer com que a informação sobre a agência chegue a mais pessoas e de maneira mais fácil”⁷³ (CIA, 2011, não paginado). Esse é o caso do “Spy Kids”, página no seu *website* oficial que busca interagir com um público infantil, conforme figura 4. Entretanto, como visto anteriormente, nem mesmo o orçamento da Agência é divulgado. Portanto, a estratégia da CIA no pós-Guerra Fria é de criar uma imagem de ‘empresa’ transparente, inclusiva e mais próxima do público, alterando, assim, a imagem negativa da Agência decorrente de suas atuações durante a Guerra Fria.

Figura 4 - Seção “Spy Kids” do *website* da CIA



Fonte: Imagem capturada do *website* oficial da CIA (2023d).

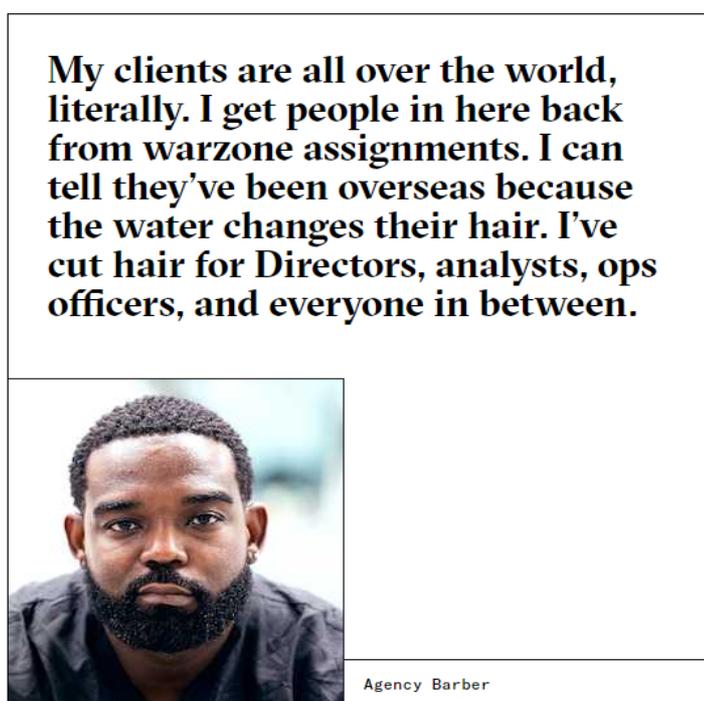
Como visto na imagem acima, retirada do *website* oficial da CIA, até mesmo uma área para as crianças (“spy kids”) foi criada e que possui uma seção explicando, com uma linguagem mais didática, o que a CIA faz, além de outra seção explicando sobre o papel dos cães farejadores dentro da Agência e até mesmo uma seção de jogos online para as crianças brincarem de ser espãs (CIA, 2023d). Assim, a Agência utiliza a imagem da CIA, criada na indústria do entretenimento, onde é retratado atividades como espionagem, missão secreta e

⁷³ Traduzido do original: “The idea behind these improvements is to make more information about the agency available to more people, more easily”.

deciframento de códigos como algo divertido e positivo para o público. A CIA, assim, passa de uma agência que cultivava uma imagem de operações clandestinas e violentas para uma imagem empresarial e mesmo de indústria do entretenimento.

Em 2021 o *layout* do *website* foi alterado novamente e, comparado com a versão anterior, foram incluídos imagens de pessoas negras (utilizando o conceito de heteroidentificação do IBGE, não necessariamente sendo como os indivíduos se autodeclaram) e até mesmo na seção de “trabalhando na CIA”⁷⁴ foi incluído a imagem e o depoimento de um funcionário negro: o barbeiro de empregados da Agência (CIA, 2023e).

Figura 5 - Imagem capturada do *website* da CIA do depoimento do barbeiro da Agência⁷⁵



Fonte: CIA (2023e)

Assim, através do seu *website*, a ‘Empresa’ tenta vender uma imagem de diversidade e de inclusão das minorias sociais. Entretanto, segundo dados demográficos retirados da Zippia (2021), apenas 8,7% dos funcionários da Agência são negros. Além disso, como visto anteriormente, todos os seus diretores são brancos. O único ‘funcionário’ negro divulgado no

⁷⁴ Traduzido do original: “*Working at CIA*”.

⁷⁵ Tradução nossa: “Meus clientes estão em todo o mundo, literalmente. Recebo pessoas aqui de volta das tarefas da zona de guerra. Eu posso dizer que eles estiveram no exterior porque a água muda seus cabelos. Cortei o cabelo de diretores, analistas, oficiais de operações e todos do meio”.

website não tem seu nome apresentado e ocupa a função subalterna na hierarquia da Agência de “barbeiro”. Tendo isso em vista, a Agência cria uma falsa imagem de inclusão e diversidade para o público, enquanto mantém uma elite corporativa dominada por homens brancos advindos das melhores universidades estadunidenses.

Outra estratégia da Agência para melhorar sua imagem no pós-Guerra Fria, foi a inserção no cinema. Desde 1960, quando a CIA começou a aparecer em filmes, a Agência foi retratada de uma forma muito negativa nas quais o enredo a trazia como “uma organização desonesta, trabalhando fora da supervisão efetiva [...] ou como possuindo uma forte predileção por assassinato” (JENKINS, 2016, p.133). Dada essa história cinematográfica, a CIA viu a necessidade de reverter sua imagem popular trabalhando com criadores de filmes, mas, devido à sua cultura de sigilo e possuindo o ‘trunfo’ da ameaça da URSS, não entrou na missão pública até a década de 1990.

Em 1996, a Agência estabeleceu um escritório de ligação de entretenimento e contratou Chase Brandon, um de seus oficiais clandestinos, que passou a consultar diretamente os produtores e diretores para orientar a representação desejada da CIA dentro dos projetos cinematográficos (JENKINS, 2016). Um dos maiores exemplos de filmes que a Agência usou para influenciar o público em relação a sua imagem foi “O Recruta” de Roger Donaldson (2003). No filme, um agente veterano da CIA, interpretado por Al Pacino, acompanha o treinamento de um novo recruta e lhe dá dicas para subir cada vez mais rápido no mundo secreto da CIA.

Ao longo da trama, o personagem de Al Pacino permanece com um discurso de como a profissão de espião pode ser desafiadora e como muitos agentes não conseguem permanecer por conta dos desafios que a Agência exige. Para Jenkins (2016), essa estratégia de edição encoraja os espectadores a questionar se eles têm o que é preciso para trabalhar na Agência ou “pelo menos imaginar os oficiais da CIA como um grupo de elite altamente talentoso”⁷⁶ (JENKINS, 2016, p.78). Assim, o filme desperta no espectador um sentimento ‘eletrizante’ e místico a respeito da ideia de espionagem, assim como o sentimento das crianças brincando com os jogos do “Spy Kids”, colocando o sigilo da CIA e as operações secretas feitas pela mesma como sendo algo positivo e necessário para a segurança de todos. Segundo Jenkins, produções como “O Recruta”:

[...] encorajam os espectadores a ver os oficiais da CIA como patriotas altruístas e sugerem a ideia de que a Agência deveria receber mais

⁷⁶ Traduzido do original: “*or at least to envision CIA officers as an elite, highly gifted group of people*”.

financiamento para desenvolver inteligência humana no exterior⁷⁷ (JENKINS, 2016, p.79).

Assim, trabalhar na CIA é descrito no filme como algo desafiador, proposital e animado, fazendo o “filme inteiro parecer mais um passeio emocionante do que um veículo de propaganda.”⁷⁸ (JENKINS, 2016, p.84). Desse modo, o uso da propaganda é utilizado para controlar o pensamento e as opiniões públicas - e com a CIA não foi diferente. Assim como a estratégia de propaganda contra Arbenz, que será abordada mais a fundo no próximo capítulo, e tantas outras propagandas citadas anteriormente neste trabalho, até hoje Hollywood continua trabalhando em estreita colaboração com a CIA, que utiliza a indústria cinematográfica como uma das formas de manipular as massas a seu favor.

⁷⁷ Traduzido do original: “[...] encourage viewers to see CIA officers as selfless patriots and hint at the idea that the Agency should be given more funding to develop human intelligence abroad”.

⁷⁸ Traduzido do original: “made the entire film appear more like a thrill ride rather than a propaganda vehicle.”

5. O CASO DA GUATEMALA

Como visto anteriormente, a primeira intervenção direta da CIA na América Latina, e talvez a mais conhecida, foi a da Guatemala de 1954. Dez anos antes, o país presenciou o surgimento de um movimento revolucionário que introduziu no país, por um curto período de tempo, um governo democrático que, através de reformas sociais, modificaria a dinâmica política da Guatemala. Em 1954, entretanto, um golpe orquestrado pela CIA destituiu o presidente eleito democraticamente Jacobo Arbenz, resultando em uma grande instabilidade política no país e uma guerra civil que perdurou por três décadas. O golpe, perpetrado em nome do combate ao comunismo, marcou o fim dos princípios da “Política de Boa Vizinhança” e o início do período de diversas intervenções feitas pelos EUA na América Latina em nome da ‘segurança nacional’.

5.1 Contextualização da Guatemala

Localizada na América Central, a Guatemala faz fronteira a norte e a oeste com o México, a nordeste com Belize, a leste com Honduras, a sudeste com El Salvador e ao sul com o Oceano Pacífico. Em 2023, o país conta com uma população de aproximadamente 18 milhões de habitantes, sendo o país mais populoso da América Central, tendo como grupo étnico de maior representação os *ladinos* (misto de indígenas com espanhóis) (56%), seguidos pelos maias (47,7%) e pelos xincas (indígenas não maias) (1,8%) (CIA, 2023f, não paginado).

Figura 6 - Mapa da Guatemala



Fonte: CIA (2023f).

Uma região de vasto potencial econômico, a Guatemala era um importante centro da civilização maia que dominara o território onde se encontra o país durante todo o período pós-clássico, de 900 a 1500, até a invasão espanhola em 1524 (GRANDIN; LEVENSON; OGLESBY, 2011) exibindo um alto grau de avanço em arte, ciência, organização social e religião. Durante quase 300 anos, os espanhóis dominaram o território guatemalteco, período no qual se formaram suas principais cidades e indústrias, tendo como principal *commodities* o cacau e a cana-de-açúcar. Em 1821, a Guatemala conquistou sua independência e uma república foi instaurada com o objetivo de preservar o modo de vida espanhol.

O afastamento da condição colonial ocorreu após 50 anos, com a Revolução Liberal de 1871: um movimento do segmento liberal pelos *ladinos*, formados por miscigenados de espanhóis e indígenas, contra os *criollos*, descendentes de espanhóis nascidos na Guatemala. Na mesma década, o café foi introduzido aos produtores locais e seus altos lucros logo o tornaram o produto mais cultivado no país, com as reformas liberais redefinindo o perfil agrário da Guatemala com base nos anseios dos cafeicultores (COELHO, 2011). Nesse sentido, para Sergio Visquerra (2009, p.22) “a pedra fundamental foi a Reforma Agrária liberal. Esta quebrou a coluna vertebral do regime tradicional de posse de terra, e estimulou um processo de privatização do solo às custas da propriedade comunal indígena e do clero”. Com isso, a reforma expropriou as terras comunais indígenas para beneficiar proprietários privados que se dedicavam à cultura do café. Destituídos de suas terras, os indígenas se estabeleceram em grandes empreendimentos agrícolas nos quais a cultura do café requeria um grande número de trabalhadores (COELHO, 2011).

Até que, em 1944, uma revolução instaurada a partir de protestos urbanos pôs fim ao padrão oligárquico liberal de governo. Segundo Ronald Schneider (1959, p.6), de 1871 à 1944, o país foi marcado por “longos períodos de ditadura personalista alternando com períodos mais curtos de instabilidade política”⁷⁹. Nesses períodos, os proprietários de terras e as companhias estrangeiras eram os grandes beneficiados. Assim, a Revolução de Outubro de 1944 foi o primeiro momento de mudança estável na estrutura política do país, retirando o ditador Jorge Ubico do poder e elegendo o primeiro presidente eleito democraticamente, Juan José Arévalo (GRANDIN, 2004).

⁷⁹ Traduzido do original: *long periods of personalistic dictatorships alternated with much shorter periods of political instability.*

Arévalo estabeleceu quatro prioridades para orientá-lo durante seu mandato de seis anos: reforma agrária, proteção ao trabalhador, melhor sistema educacional e a consolidação da democracia política (SCHLESINGER; KINZER, 1982). Assim, as políticas de seu governo favoreceram os trabalhadores urbanos e agrícolas e a população indígena do país. Durante sua administração, foi estabelecido um sistema de previdência social, promulgado um código trabalhista e iniciados importantes programas de educação, saúde e construção de estradas, além da permissão de liberdade de expressão e de imprensa (SCHLESINGER; KINZER, 1982). No período de seu governo, a produção agrícola centrava-se no café e na banana.

Em 1951, o tenente-coronel Jacobo Arbenz foi eleito democraticamente e representou a continuidade do projeto político progressista de Arévalo, com o discurso inaugural tratando da necessidade de o governo participar ativamente do desenvolvimento econômico da Guatemala e enfatizando que a prosperidade deveria ser acompanhada pelo progresso social (IMMERMAN, 1982). Segundo Schlesinger e Kinzer,

[...] a nação que Arbenz assumiu estava indiscutivelmente melhor do que aquela que enfrentara Arevalo seis anos antes. Pelo menos dois passos gigantes já haviam sido dados: a democracia havia sido instaurada e a liderança política do país havia se comprometido publicamente a alterar as estruturas econômicas existentes. A tarefa de realizar os objetivos maiores de mudança agora coube a Arbenz⁸⁰ (SCHLESINGER; KINZER, 1982, p.49).

Assim, o projeto de governo de Arbenz foi pautado na ampliação das reformas sociais e com a peça central do programa sendo a reforma agrária, permitindo diversificar a agricultura, fornecer matéria-prima para a indústria em fase inicial de desenvolvimento, aumentar a produção e diminuir a dependência do comércio exterior (AYERBE, 2002, p.107). Como visto anteriormente, a Guatemala era um país predominantemente rural, onde 2,2% dos proprietários de terra possuíam 70% da terra arável e a renda anual per capita dos trabalhadores agrícolas era de 87 dólares. Assim, em junho de 1952, foi deflagrado o processo de reforma agrária através do Decreto 900, que redistribuiu terras não utilizadas com mais de 223 acres de área para os camponeses locais (SCHLESINGER; KINZER, 1982). A reforma beneficiou mais de 500 mil guatemaltecos, equivalente a 1/6 da população do país na época, mas afetou os interesses das oligarquias locais e, especificamente, de uma companhia estadunidense: a United Fruit Company (UFCO).

⁸⁰ Traduzido do original: *The nation Arbenz took over was unarguably better off than the one which had faced Arevalo six years earlier. At least two giant steps had already been taken: democracy had been introduced, and the country's political leadership had publicly committed itself to altering existing economic structures. The task of carrying out the larger goals of change now fell to Arbenz.*

5.2 A United Fruit Company

A história da United Fruit começou em 1870, quando o capitão estadunidense Lorenzo Dow Baker desembarcou na Jamaica e viu que as bananas estavam entre os produtos mais populares nos mercados locais. Assim, tendo em vista a fácil lucratividade e a ausência de bananas nos EUA, Baker formou a Boston Fruit Company e expandiu o negócio para Cuba e República Dominicana, onde sua empresa também cultivava bananas. Entretanto, em 1898, por conta do aumento da demanda surgiu o problema da escassez de bananas, fazendo com que a empresa buscasse por uma parceria em outro país: a Costa Rica. No mesmo período, um jovem empresário estadunidense chamado Minor Keith fechou um acordo com o presidente da Costa Rica para construir uma ferrovia no país. Após alguns anos e com um grande poder político na região, Keith aceitou uma parceria oferecida pela Boston Fruit Company e, em 1899, a empresa de Keith e a Boston Fruit se fundiram para criar a United Fruit Company (SCHLESINGER; KINZER, 1982).

A empresa, com sede em Boston, possuía 212.394 acres de terra espalhados por todo o Caribe e América Central e, em 1901, obteve seu primeiro ponto de apoio na Guatemala com um contrato para transportar correspondências do país em seus navios (SCHLESINGER; KINZER, 1982). Já em 1904, o governante da Guatemala, Manuel Estrada Cabrera, concedeu à UFCO noventa e nove anos para operar e terminar a construção da principal ferrovia do país. Por meio dessa concessão, em 1930 a United Fruit tinha um capital operacional de 215 milhões de dólares e possuía extensas propriedades não apenas na Jamaica, em Cuba e na República Dominicana, como também no Panamá, em Honduras, na Nicarágua, na Colômbia e, em seu maior domínio, na Guatemala.

Com isso, a companhia exercia um enorme controle econômico sobre a Guatemala. Qualquer empresa que procurasse exportar mercadorias para os portos do leste ou sul dos Estados Unidos necessitava usar Puerto Barrios na Guatemala e, como a empresa era proprietária da cidade e de todas as suas instalações portuárias, tinha autoridade quase total sobre o comércio internacional do país (SCHLESINGER; KINZER, 1982). Além disso, o único meio de transporte de produtos para Puerto Barrios era a linha férrea International Railways of Central America (IRCA), subsidiária da UFCO, cujo horário e estrutura tarifária também eram controlados pela companhia. Por volta do fim da Segunda Guerra Mundial, a UFCO possuía 566.000 acres de terra e empregava 15.000 pessoas na Guatemala,

constituindo a maior proprietária de terra e a maior empregadora no país (SCHOULTZ, 2000) com a maior parte da propriedade sendo adquirida durante a ditadura de Ubico. Assim, a companhia funcionava na Guatemala “como um estado dentro do estado”⁸¹ (BLUM, 2004, p.74).

Com a Revolução de Outubro e a ascensão de Arévalo ao poder da Guatemala, o controle da United Fruit sobre seus empregados foi ameaçado, primeiramente, pelo estabelecimento dos primeiros sindicatos do país, seguido pela criação de uma confederação nacional trabalhista e por um novo Código Trabalhista. Sob a administração de Arbenz, a Guatemala construiu um porto atlântico e uma rodovia para competir com as participações da United Fruit, além da construção de uma usina hidrelétrica para oferecer energia mais barata do que o monopólio da eletricidade controlado pelos EUA (BLUM, 2004). Já no início de 1953, um mês após a posse do Presidente Eisenhower nos EUA, o controle da UFCO sobre a terra foi ameaçado pela Reforma Agrária de Arbenz com a expropriação pelo governo da Guatemala de cerca de 40% das terras da companhia (SCHOULTZ, 2000). A United Fruit pediu o valor de 16 milhões de dólares pelos 178 mil acres de terra a serem expropriados – muito acima do valor oferecido pelo governo de 525 mil dólares, valor esse declarado pela própria companhia para fins fiscais (MCCANN, 1976).

Ao mesmo tempo, no início da década de 1950, a United Fruit possuía uma extensa rede de relações com funcionários da administração Eisenhower. Entre eles, duas figuras centrais para o subsequente golpe de estado: John Foster Dulles e Allen Dulles. John era Secretário de Estado dos EUA na administração Eisenhower e esteve intimamente vinculado à administração da UFCO como sócio executivo do escritório de advocacia Sullivan e Cromwell, que tinha como um de seus clientes a UFCO. Já seu irmão, Allen, era diretor da CIA e antigo membro da diretoria da companhia, possuindo ações da empresa (SCHLESINGER; KINZER, 1982). Além disso, Blum destaca que a companhia mantinha laços estreitos com

[...] vários funcionários do Departamento de Estado, congressistas, o embaixador americano nas Nações Unidas e outros. Anne Whitman, esposa do diretor de relações públicas da empresa, era a secretária pessoal do presidente Eisenhower. O subsecretário de Estado (e ex-diretor da CIA) Walter Bedell Smith buscava um cargo executivo na United Fruit ao mesmo tempo em que ajudava a planejar o golpe. Mais tarde, ele foi nomeado para o conselho de administração da empresa⁸² (BLUM, 2004, p.74).

⁸¹ Traduzido do original: “*as a state within a state*”.

⁸² Traduzido do original: “*various State Department officials, congressmen, the American Ambassador to the United Nations, and others. Anne Whitman, the wife of the company's public relations director, was President*

Deste modo, o golpe orquestrado pela CIA contra Jacobo Arbenz evidencia, além da preocupação estadunidense com governos que ameaçam sua hegemonia, a forma como o setor privado é diretamente ligado a Washington – perfazendo uma classe dominante econômica e politicamente homogênea - e como os interesses dessas corporações impactam no direcionamento da política externa do país. Assim, as intervenções estadunidenses não serviram apenas para assegurar a sua posição de estado hegemônico sobre estados periféricos, como também para assegurar a dominação de uma classe hegemônica sobre outras classes sociais.

5.3 O interesse estadunidense e a operação PBSUCCESS

A expropriação da propriedade da UFCO abriu uma nova fase nas relações entre Estados Unidos e Guatemala. Entretanto, antes mesmo da expropriação, os EUA já se preocupavam com o desalinhamento dos guatemaltecos com Washington. Desde a década de 1920, quando os EUA substituiu a Inglaterra como o principal mercado para os títulos guatemaltecos, a Guatemala era a entrada mais importante dos EUA para o comércio e investimento da América Central (IMMERMAN, 1982). Durante aquela década, mais de 60% das importações da Guatemala vieram dos EUA e mais de dois terços de suas exportações foram enviadas para os estadunidenses. Segundo Richard H. Immerman, “o investimento privado dos EUA na Guatemala cresceu de \$6 milhões em 1897 para cerca de \$59 milhões no início da depressão, com quase todo esse aumento contabilizado pela UFCO, IRCA e a *Empresa Eléctrica*, uma subsidiária da *American and Foreign Power Company*.”⁸³ (IMMERMAN, 1982, p.115). Assim, as reformas feitas por Arévalo e Arbenz afetaram os investimentos estadunidenses no país, com as expropriações da UFCO sendo o estopim para uma ação mais ativa por parte dos EUA.

Desde o início da administração Eisenhower, o presidente estava determinado a derrubar o governo de Arbenz, atribuindo à CIA a responsabilidade de planejar a intervenção no país da América Central. Em agosto de 1953, após apenas sete meses da posse de

Eisenhower's personal secretary. Under-secretary of State (and formerly Director of the CIA) Walter Bedell Smith was seeking an executive position with United Fruit at the same time he was helping to plan the coup. He was later named to the company's board of directors.”

⁸³ Traduzido do original: “United States private investment in Guatemala grew from \$6 million in 1897 to close to \$59 million by the beginning of the depression, with almost all of this increase accounted for by UFCO, IRCA, and Empresa Eléctrica, a subsidiary of the American and Foreign Power Company.”

Eisenhower, foi aprovado o plano elaborado pela Agência, sob o comando de Allen Dulles, para o golpe. Intitulado de PBSUCCESS, com sede operacional instalada em Opa Locka na Flórida, o projeto teve um custo que variou, segundo estimativas, de cinco a sete milhões de dólares e envolveu cerca de cem agentes da CIA e de agentes contratados (IMMERMAN, 1982), combinando ações psicológicas, econômicas, diplomáticas e paramilitares. Já em 1953, um grupo com cerca de trezentos recrutados, entre exilados da Guatemala e mercenários de outras nacionalidades, começou a ser treinado em Honduras e na Nicarágua com o objetivo de se infiltrar na Guatemala. Metade deles eram preparados para cometer atos de sabotagem e a outra metade para se passar por membros de uma força de invasão fictícia (SCHLESINGER; KINZER, 1982). Para liderar a oposição na Guatemala, a CIA escolheu Castillo Armas, coronel exilado em Honduras após golpe frustrado contra Arbenz em 1950.

Ao mesmo tempo, os formuladores de política externa em Washington consideraram fundamental que estabelecessem o clima internacional adequado para um golpe contra Arbenz. Para Immerman,

[...] eles certamente não queriam que a opinião mundial - especialmente a das outras nações do hemisfério - simpatizassem com a luta da revolução guatemalteca. Tampouco queriam que o golpe fosse interpretado apenas como mais um conflito interno dentro das forças armadas latino-americanas ou, pior ainda, uma invasão substituta patrocinada pelos Estados Unidos e pela United Fruit Company⁸⁴ (IMMERMAN, 1982, p.198).

Com isso, as ações do governo de Arbenz tinham que estar indiscutivelmente ligadas ao comunismo e à URSS, ao mesmo tempo em que Castillo Armas e outros líderes da oposição tinham que aparecer como representantes do sentimento popular da Guatemala. Assim, o objetivo da PBSUCCESS não era apenas efetuar a derrubada de Arbenz, mas também alertar os soviéticos de que o ocidente estava alinhado com os ideais estadunidenses.

Diante disso, e tendo em vista que um exército de 480 homens de Castillo Armas não era suficiente para derrotar os militares guatemaltecos, os planos da PBSUCCESS previam uma campanha de guerra psicológica que apresentaria a vitória de Castillo Armas como um fato consumado ao povo guatemalteco, obrigando Arbenz a renunciar. Assim, a Agência de Informação dos Estados Unidos (USIA) do Departamento de Estado assumiu a tarefa de montar a campanha anti-Abenz com o objetivo de “criar maior consciência em todo o Hemisfério sobre a ameaça real à paz e à segurança representada pela verificável penetração

⁸⁴ Traduzido do original: “*They certainly did not want world opinion—especially that of the other nations in the hemisphere—to sympathize with the struggling Guatemalan revolution. Nor did they want the coup interpreted as merely one more internecine conflict within the Latin American military or, even worse, a surrogate invasion sponsored by the United States and the United Fruit Company.*”

comunista no governo guatemalteco⁸⁵” (IMMERMAN, 1982, p.199). Com isso, a Agência de Informação dos EUA publicou artigos em jornais estrangeiros, com base em relatórios da CIA, rotulando determinados funcionários guatemaltecos como comunistas e caracterizando certas ações do governo guatemalteco como de ‘inspiração comunista’, criando gradualmente um consenso hemisférico contra a Guatemala. Somente nas semanas anteriores à queda de Arbenz, mais de 200 artigos sobre a Guatemala foram escritos e publicados em dezenas de jornais latino-americanos (BLUM, 2004).

Além disso, ainda na administração Truman, a UFCO também agiu contratando um grupo de lobistas influentes e de publicitários para criar um clima público nos EUA favorável à derrubada de Arbenz. Através de Edward Bernays, conselheiro de relações públicas da United Fruit, foi lançado no final dos anos 1940 e início dos anos 1950 uma campanha para divulgar a ameaça comunista na Guatemala (IMMERMAN, 1982). Com a transição de Truman para Eisenhower, Bernays intensificou a campanha com a ajuda de jornalistas do The New York Times retratando o governo Arbenz como parceiro dos comunistas e que a desapropriação das terras não cultivadas da UFCO era “indesculpável, dada a precariedade da indústria bananeira e os benefícios que a empresa havia trazido para a Guatemala”⁸⁶ (IMMERMAN, 1982, p.173).

Assim, o papel da propaganda foi fundamental para criação e manutenção de um determinado consenso social, conforme a teoria neogramsciana. Para Chomsky, o sistema doutrinário que produz a propaganda possui dois alvos distintos: a “classe política”⁸⁷ e a população (CHOMSKY, 1993, p.94). Os primeiros, que são relativamente ‘educados’ e desempenham algum papel na tomada de decisões, são cruciais para a aceitação da propaganda por conta de estarem na posição de projetar e implementar políticas. Já a população deve “seguir ordens e ficar fora do caminho das pessoas importantes”⁸⁸ (CHOMSKY, 1993, p.95). Diante disso, a propaganda lançada por Bernays e pela USIA serviu como instrumento para criar um consenso dentro da população estadunidense e da comunidade internacional de que o governo de Arbenz era inimigo da democracia e da liberdade por estar ligado à URSS, justificando as futuras ações de Washington.

⁸⁵ Traduzido do original: “*creating greater awareness throughout the Hemisphere of the real threat to peace and security posed by the verifiable communist penetration of the Guatemalan government.*”

⁸⁶ Traduzido do original: “*inexcusable, given the precarious nature of the banana industry and the benefits which the company had brought to Guatemala.*”

⁸⁷ Traduzido do original: “*political class*”.

⁸⁸ Traduzido do original: “*follow orders and keep out of the way of the important people*”.

Em 1954, próximo ao golpe, o alvo principal das atividades de propaganda era o grupo mais rico de guatemaltecos urbanos, muitos dos quais compunham o corpo de oficiais de Arbenz (IMMERMAN, 1982), sendo assim fundamentais para o sucesso da PBSUCCESS. Em maio de 1954, a estação de rádio *Voice of Liberation* foi criada pela CIA anunciando que era a porta-voz dos exilados guatemaltecos e que em breve retornariam para libertar seu país. As transmissões produziram o efeito desejado, com quase todos os guatemaltecos com rádio, incluindo Arbenz e seu comando militar, sintonizando regularmente o canal (IMMERMAN, 1982).

No dia 18 de junho, aviões de Washington bombardearam o território da Guatemala e as forças rebeldes de Castillo Armas iniciaram a invasão a partir de Honduras (AYERBE, 2002). A intervenção foi defendida por John Dulles pela existência de “cidadãos leais na Guatemala que, diante do terrorismo e da violência, tiveram a coragem e a vontade de eliminar as ferramentas traiçoeiras de déspotas estrangeiros” (SCHOULTZ, 2000, p.378). Após nove dias, sem o apoio do exército, Arbenz renunciou ao cargo e em 7 de julho a junta militar elegeu Castillo Armas como presidente provisório da Guatemala.

5.4 O legado da PBSUCCESS

Desde que foi instalado pela CIA, o governo de Armas iniciou políticas de grande retrocesso social e implementou mudanças significativas dentro da Guatemala. Em um de seus primeiros atos oficiais, o novo presidente devolveu à UFCO mais de 99% de suas terras expropriadas e aboliu o imposto sobre todos os juros, dividendos e outros lucros pagáveis a investidores estrangeiros (IMMERMAN, 1982). Além disso, restaurou as fazendas nacionais ao estado e aboliu as cooperativas desapropriando no processo, muitas vezes à força, os camponeses que haviam adquirido suas próprias terras sob o Decreto 900. Ainda, segundo Immerman,

[...] com a ajuda de conselhos e dinheiro dos Estados Unidos, Castillo Armas promulgou sua própria reforma agrária. Isentando a propriedade privada, sua legislação assegurava que apenas terras estatais ou que geralmente não fossem desenvolvidas, inacessíveis ou de má qualidade pudessem ser disponibilizadas para distribuição. De acordo com Gunder Frank, “Na proporção em que a terra foi distribuída na Guatemala nos anos pós-Arbenz, levaria 148 anos para que todas as famílias camponesas recebessem alguma terra – se não houvesse crescimento populacional nesse ínterim”.

Previsivelmente, 2% da população da Guatemala ainda possui mais da metade das terras do país⁸⁹ (IMMERMAN, 1982, p.272).

Assim, a administração de Armas conseguiu retroceder praticamente todo o progresso econômico e social que Arévalo e Arbenz haviam conquistado desde a Revolução de Outubro. Em suas reformas, e com receio da resposta pela maioria mais pobre da população ao seu programa, Armas passou a eliminar qualquer oposição em potencial. A partir de uma lista feita pela CIA, milhares de guatemaltecos foram presos por suspeita de atividade comunista e muitos foram torturados ou mortos. Além disso, Armas criou uma nova constituição em 1956. Assegurando que não haveria oposição organizada ao seu partido governante, substituiu praticamente todos os administradores locais por seus representantes pessoais e revogou o Código do Trabalho de Arévalo de 1947, enfraquecendo o movimento trabalhista (IMMERMAN, 1982).

Quanto à posição estadunidense, a administração Eisenhower esperava por uma Guatemala de livre mercado e de grande ‘progresso econômico’ porque, como observou o secretário Dulles, “era importante que um exemplo fosse dado ao mundo livre do sucesso de um povo na recuperação após um período de governo comunista⁹⁰” (RABE, 2017, não paginado). Para isso, entre 1954 e 1957, o governo concedeu à Guatemala US\$46 milhões em assistência de emergência e deu apoio a Castillo Armas já que ele estava entre “uma maior instabilidade, o retorno do comunismo aberto e o retorno de um governo nacionalista e antiamericano mais severo⁹¹” (RABE, 2017, não paginado).

Três anos após a conclusão da PBSUCCESS, Castillo Armas foi assassinado e Miguel Ydígoras Fuentes foi nomeado presidente pela junta militar. Em 1960, devido ao retrocesso das políticas progressistas, instaurou-se uma guerra civil na Guatemala entre guerrilhas populares e o governo militar, apoiado pelos EUA, que desestabilizou a sociedade guatemalteca. A guerra civil, que perdurou por trinta e seis anos, causou a morte de 150 mil guatemaltecos e o desaparecimento de 40 mil, com 93% das violações de direitos humanos sendo cometidas por militares apoiados pelos EUA (DOYLE, 2005). Em 1990, iniciou-se um

⁸⁹ Traduzido do original: “with the help of United States advice and money, Castillo Armas enacted his own agrarian reform. Exempting private property, his legislation insured that only state-owned land or that which was generally undeveloped, inaccessible, or of poor quality could be made available for distribution. According to Gunder Frank, “At the rate at which land was distributed in Guatemala in the post-Arbenz years, it would take 148 years for all peasant families to receive some land—if there were no population growth in the meantime.” Predictably, 2 percent of Guatemala’s population still owns over half of the country’s land.”

⁹⁰ Traduzido do original: “it was important that an example be given to the free world of the success of a people in recovering after a period of Communist rule.”

⁹¹ Traduzido do original: “greater instability, a return of open communism, and a return of a more severe nationalistic, anti-American government.”

processo de negociação entre o governo e a guerrilha e, em 1996, um acordo de cessar-fogo foi assinado. Mesmo com o acordo de paz, a instabilidade se manteve na Guatemala com aumento da violência e enfraquecimento das instituições democráticas, levando a uma situação na qual o país foi incapaz de responder às múltiplas ameaças que atentam contra sua democracia.

Hoje o país ainda enfrenta grandes desafios de desenvolvimento, com as taxas de pobreza e desigualdade estando entre as mais altas da América Latina impulsionadas pela existência de uma população grande e mal atendida, principalmente rural e indígena, empregada no setor informal. De acordo com simulações de 2019, cerca de 54% da população estava abaixo da linha da pobreza, apenas ligeiramente abaixo dos 55,4% de 2014. Com a crise do COVID-19, elevou-se a incidência da pobreza para 59% da população em 2020 (WORLD BANK, 2023).

Por fim, conclui-se que a intervenção da CIA na Guatemala de 1954 e o subsequente regime militar geraram um clima de instabilidade e violência que persistiu por décadas no país, com consequências que afetam a Guatemala até hoje. A partir da produção do aparato intelectual anticomunista para justificar a política intervencionista, o golpe promovido pela CIA redirecionou os esforços governamentais da Guatemala, que tinham como prioridade reformas agrárias e trabalhistas, para um governo no qual a elite local e as companhias estrangeiras, como a United Fruit Company, eram as beneficiadas. Assim, o sucesso da operação da CIA na Guatemala foi utilizado como uma espécie de manual para as futuras intervenções estadunidenses durante a Guerra Fria, desde a tentativa de golpe contra Fidel Castro em Cuba até a desmobilização de guerrilhas em El Salvador, sendo um importante exemplo na história de como os EUA agiu em países que tentaram reverter o *status quo*, ameaçando a hegemonia e os privilégios de uma classe dominante estadunidense.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho argumentou que a atuação da CIA na América Latina no período da Guerra Fria foi feita como um dos instrumentos dos Estados Unidos para a manutenção da sua hegemonia no continente a partir do conceito gramsciano de hegemonia, que a define como uma junção entre práticas de consenso e de coerção. Diante disso, confirma-se a hipótese de que a CIA interveio em países latino-americanos para mantê-los alinhados aos interesses da classe dominante estadunidense e, conseqüentemente, subordinando os países periféricos a seu domínio. Esse alinhamento foi feito por meio de operações clandestinas com Washington atribuindo às ações intervencionistas da CIA um caráter moral de ‘guerra ao comunismo’ e defesa da democracia, formando um consenso tanto no nível doméstico quanto internacional que legitimou a atuação estadunidense. Para tanto, a argumentação teve por base a análise histórica da política externa estadunidense para a América Latina e a construção da região como objeto de segurança nacional, assim como a análise do histórico de diretores da Agência e do histórico de intervenções da CIA nos países latino-americanos, com um estudo de caso da intervenção da Agência na Guatemala de 1954.

Dessa forma, a partir do histórico da política externa estadunidense para a América Latina, observou-se a construção da região como objeto de segurança nacional estadunidense ao longo dos séculos. Desde a Doutrina Monroe até a Doutrina de Segurança Nacional, os Estados Unidos tentaram converter a América Latina em seu quintal e criminalizar qualquer oposição a seus interesses e/ou que tentou construir um modelo alternativo político, econômico e social (PRASHAD, 2020). Assim, a política externa estadunidense para os países latino-americanos ao longo das décadas foi pautada por três interesses estadunidenses: a necessidade de proteger a segurança dos EUA, o desejo de acomodar as demandas da política interna e o empenho de promover o desenvolvimento econômico. Além disso, por trás desses interesses, existe a crença estadunidense de que os latino-americanos são um povo inferior (SCHOULTZ, 2000). Assim, mesmo com a política externa estadunidense se moldando de acordo com cada período e circunstância, ela manteve-se baseada nesses interesses.

Diante desses interesses e *mindset*, construiu-se o sistema americano, que gerou características permanentes da política externa estadunidense que estão relacionadas à forma como os Estados Unidos se apresentam ao mundo. Por meio do consenso, os EUA se colocam como um modelo de sociedade a ser imitado, concentrando todos os seus esforços na

realização daquilo que imaginam ser seu próprio destino, com as posições do país no sistema internacional sendo apresentadas como uma missão, um ‘direito divino’ ou um dever no sentido de preservar e difundir seus ideais democráticos e libertários, ainda que os seus interesses reais possam ser expansionistas, imperialistas e intervencionistas (PRASHAD, 2020; SANTOS, 2007). Assim, a política intervencionista dos EUA em países latino-americanos é baseada nessa crença de vontade divina, sendo um direito estadunidense ‘libertar’ a América Latina e intervir se necessário.

Esse consenso é produzido pela classe dirigente estadunidense, que faz com que os seus interesses adquiram uma ilusão de serem universais e passem à qualidade de senso comum. No contexto da Guerra Fria, essa classe dirigente e dominante exerceu, através do Estado, a manutenção da ordem mundial da forma mais conveniente em relação aos seus interesses, por meio da coerção e do consentimento, para que mantenham seus privilégios e sua posição de domínio. Ou seja, através da criação da ameaça comunista na América Latina, com o pretexto de que o comunismo ameaçava a democracia e a segurança do continente, os Estados Unidos buscaram o alinhamento dos países ao regime liberal e, conseqüentemente, ao seu domínio, para manter sua posição de *hegemon* e os privilégios da classe dirigente/dominante. Com isso, através de instrumentos de política externa e favorecidos pela percepção da ameaça soviética e pelo papel de defensor da ordem mundial, os EUA realizaram intervenções em países latino-americanos cujos governos fossem desalinhados com os interesses dessa classe.

Nesse contexto, a CIA é um dos instrumentos de política externa utilizados pelos Estados Unidos para promover seus interesses no mundo, sendo responsável por diversas intervenções na América Latina no período da Guerra Fria. Assim, a CIA serviu como instrumento de manutenção da hegemonia estadunidense ao realizar operações clandestinas em países latino-americanos cujos governos eram desalinhados com os interesses das classes dirigentes estadunidenses, incluindo a da própria Agência. Diante disso, observou-se que, desde sua fundação, os dirigentes da CIA eram majoritariamente homens, brancos e que pertenciam a uma classe seleta da elite estadunidense, com indivíduos que circulam em um ambiente de ensino superior endógeno e anglo-saxão. Assim, observa-se que a classe dirigente da CIA é formada por um grupo homogêneo entre si, em termos de classe social, raça e gênero, onde essa classe dirige e guia as atividades da Agência conforme seus próprios interesses como homens, brancos e ricos. Sendo assim, destaca-se como essas forças sociais

dominantes desempenham um importante papel no sistema internacional ao estabelecer uma estrutura global de poder, produzindo uma estrutura histórica condizente com suas aspirações.

Dessa forma, foi possível identificar a produção do consenso e o uso da coerção pela Agência nas intervenções realizadas na Guatemala, Cuba, Equador, República Dominicana, Guiana, Brasil, Uruguai, Chile, Nicarágua e El Salvador. Para isto, foram realizadas uma série de concessões pela classe dominante ao grupo subordinado, a fim de que este último reconheça o poder do grupo dirigente como legítimo. Esse processo pode ser visto pelo uso da propaganda pela CIA para a produção de um consenso nos países em que a Agência interveio, com a criação da ‘ameaça comunista’ como sendo uma ameaça à liberdade e à democracia no continente. Assim, a imprensa e outros aparelhos privados de hegemonia foram utilizados por essa classe dominante para criar nas pessoas certos tipos de comportamento e expectativas coerentes com a ordem social hegemônica (COX, 2007). Com isso, tem-se há uma passagem do interesse específico de um grupo, nesse caso a classe dirigente da CIA, para a construção de instituições e elaboração de ideologias.

Observou-se, ainda, como a produção desse consenso por Washington de salvadores do mundo e de promotores da democracia alcançou a qualidade de senso comum ao utilizarem esse discurso como pretexto para justificar suas intervenções na América Latina e minar as democracias emergentes que não estavam alinhadas com seus interesses. Como observou-se anteriormente, nos 5 países em que a CIA interveio e obteve como resultado um golpe de Estado (Guatemala, Equador, Brasil, Uruguai e Chile), houve um declínio do índice de democracia de cada país após a intervenção feita pela Agência. No caso específico da Guatemala, além da queda de 8 pontos no índice de democracia após o golpe de 1954, Jacobo Arbenz havia sido o segundo presidente na história do país a ser eleito democraticamente. Assim, qual democracia os Estados Unidos defendiam? Para Robinson (1996), uma democracia de baixa intensidade, ou seja, um sistema poliárquico sob a hegemonia de uma elite transnacional.

Assim, em vez de um desejo genuíno de espalhar a democracia, a exportação da dita ‘democracia’ estadunidense fez parte de uma estratégia mais ampla de globalização neoliberal, que buscou aumentar a liberdade do mercado, reduzir as barreiras comerciais, expandir os interesses corporativos dos Estados Unidos e afastar a ideia de que o governo tem responsabilidade direta pelo bem-estar do povo (CHOMSKY, 1993; ROBINSON, 1996). Sendo assim, os responsáveis pela gestão da política estadunidense promovem uma versão específica de democracia como forma de reajustar os sistemas políticos na periferia a fim de

manter esses países periféricos alinhados com os interesses do centro. Com isso, ao invés de promover a estabilidade, Washington e CIA contribuíram para a instabilidade dos países latino-americanos e para o enfraquecimento de suas instituições democráticas.

Tendo isso em vista, ao longo das décadas, por meio do consenso e da coerção, os Estados Unidos construíram diversas narrativas para justificar as intervenções na América Latina, como a luta contra o comunismo, contra o narcotráfico e contra o terrorismo. Utilizando como pretexto a defesa da democracia e a segurança do continente, essas intervenções ocorreram em países cujos governos, em muitos casos, estavam tendo a experiência democrática e assistindo a uma ascensão da classe trabalhadora pela primeira vez nas suas histórias, mas que, por conta das ações intervencionistas estadunidenses por meio de instrumentos de política externa, como a CIA; foram barradas e tiveram como consequência uma instabilidade duradoura, como no caso da Guatemala. Diante disso, é impossível pensar no subdesenvolvimento da América Latina sem pensar no papel que classes dominantes, como a estadunidense abordada neste trabalho, desempenharam para barrar qualquer iniciativa de progresso e desenvolvimento dos países latino-americanos. Portanto, não temos como saber se a Guatemala hoje seria um país desenvolvido ou não, pois não foi lhes dada essa chance.

REFERÊNCIAS

AGEE, Philip. 1975. **Inside the Company: CIA Diary**. New York: Stonehill Publishing Company, 1975.

AYERBE, Luis. **Estados Unidos e América Latina: A construção da hegemonia**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BLUM, William. **Killing Hope: U.S. Military and CIA Interventions Since World War II**. London: Zed Books London, 2004.

BROWN (Estados Unidos). **Scope of CIA activities under the Nicaragua finding**. 1983. Disponível em: <https://www.brown.edu/Research/Understanding_the_Iran_Contra_Affair/documents/d-nic-24.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2023.

BROWN (Estados Unidos). **“White propaganda” operation**. 1985. Disponível em: <https://www.brown.edu/Research/Understanding_the_Iran_Contra_Affair/documents/d-all-8.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2023.

CHOMSKY, Noam. **Contendo a Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

CHOMSKY, Noam. **What Uncle Sam Really Wants**. Estados Unidos: Odonian Press, 1993.

CIA - CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **CIA Introduces Enhancements to Public Website**. 2011. Disponível em: <<https://www.cia.gov/news-information/press-releases-statements/press-release-2011/enhancements-to-public-website.html>>. Acesso em: 16 out. 2020.

CIA - CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **History of CIA**. 2023a. Disponível em: <<https://www.cia.gov/legacy/cia-history/>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

CIA - CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Director of the CIA**. 2023b. Disponível em: <<https://www.cia.gov/about/director-of-cia/>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

CIA - CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Directors portrait gallery**. 2023c. Disponível em: <<https://www.cia.gov/legacy/headquarters/directors-portrait-gallery/>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

CIA - CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Spy Kids**. 2023d. Disponível em: <<https://www.cia.gov/spy-kids/>>. Acesso em: 21 mar. 2023.

CIA - CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The Freedom Fighter's Manual**. Estados Unidos: Grove Press, 1985.

CIA - CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Working at CIA**. 2023e. Disponível em: <<https://www.cia.gov/careers/working-at-cia/>>. Acesso em: 21 mar. 2023.

CIA - CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook: Guatemala**. 2023f. Disponível em: <<https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/guatemala/>>. Acesso em: 13 abr. 2023.

COELHO, Anelise. **Os Anos de Primavera no País da Eterna Tirania: as reformas sociais e a revolução na Guatemala**. REBELA, v.1, n. 2, 2011. Disponível em: <<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/2781/2060>>. Acesso em: 13 abr. 2023.

COX, Robert. Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, Stephen (org). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**: Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, p. 101-123.

COX, Robert. **Production, Power and World Order: Social Forces in the Making of History**. New York: Columbia University Press, 1987.

COX, Robert. **Social Forces, States and World Orders**: Beyond International Relations Theory. Millenium. v.10, n.2, p. 126-155, 1981.

CRS - CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. **Intelligence Community Spending Trends**. 2023. Disponível em: <<https://sgp.fas.org/crs/intel/R44381.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2023.

DONALDSON, Roger. **O Recruta**. Spyglass Entertainment e Walt Disney Studios Motion Pictures, 2003.

DOYLE, Kate; KORNBLUH, Peter (ed.). **CIA and Assassinations: The Guatemala 1954 Documents**. 1997. Disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB4/index.html>>. Acesso em: 02 de set. de 2022.

DOYLE, Kate. **The Guatemalan Police Archives**. 2005. Disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB170>>. Acesso em: 26 abr. 2023.

FUSER, Igor. **América Latina: progressismo, retrocesso e resistência**. Saúde em Debate, [S.L.], v. 42, n. 3, p. 78-89, nov. 2018.

GELLMAN, Barton; MILLER, Greg. **'Black budget' summary details U.S. spy network's successes, failures and objectives**. 2013. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/national-security/black-budget-summary-details-us-spy-networks-successes-failures-and-objectives/2013/08/29/7e57bb78-10ab-11e3-8cdd-bcdc09410972_story.html>. Acesso em: 15 mar. 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, v. 1.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a, v. 2.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b, v. 5.

GRANDIN, Greg. **A Revolução Guatemalteca**. São Paulo: UNESP, 2004.

GRANDIN, Greg; LEVENSON, Deborah T.; OGLESBY, Elizabeth. **The Guatemala Reader: History, Culture, Politics**. Estados Unidos: Duke University Press, 2011.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GILL, Stephen. **American hegemony and the Trilateral Commission**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990a.

GILL, Stephen. Epistemologia, ontologia e a “escola italiana”. In: GILL, Stephen (org). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**: Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, p. 65-100.

GILL, Stephen. Intellectuals and Transnational Capital. In: MILIBAND, Ralph *et al* (ed.). **Socialist register, 1990**. London: Merlin Press, 1990b. p. 290-310.

GILL, Stephen. **Power and Resistance in the New World Order**. 2. ed. London: Palgrave Macmillan, 2008.

HISTORY (Estados Unidos). **President Reagan gives CIA authority to establish the Contras**. 2020. Disponível em: <<https://www.history.com/this-day-in-history/reagan-gives-cia-authority-to-establish-the-contras>>. Acesso em: 31 mar. 2023.

HOBBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORROCK, Nicholas. **CIA is reported to have helped in Trujillo death**. 1975. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1975/06/13/archives/cia-is-reported-to-have-helped-in-trujillo-death-material-support.html>>. Acesso em: 29 mar. 2023.

HUSAIN, Ayiaz. **Covert Action and US Cold War Strategy in Cuba, 1961–62**. Cold War History Vol. 5, No. 1, February 2005, pp. 23–53. Disponível em: <https://www.iwp.edu/wp-content/uploads/2019/05/20160211_CovertActionandU.S.ColdWarStrategyinCuba.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2023.

IMMERMAN, Richard H. **The CIA in Guatemala: The Foreign Policy of Intervention**. Estados Unidos: University of Texas Press, 1982.

JIMENEZ-BACARDI, Arturo; PRADOS, John. **The Rockefeller Commission, the White House and CIA Assassination Plots.** 2016. Disponível em: <<https://nsarchive.gwu.edu/briefing-book/intelligence/2016-02-29/gerald-ford-white-house-altered-rockefeller-commission-report>>. Acesso em: 29 mar. 2023.

JIMENEZ-BACARDI, Arturo; PRADOS, John. **The Overthrow of Cheddi Jagan in British Guiana.** 2020. Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/briefing-book/intelligence/2020-04-06/cia-covert-operations-overthrow-cheddi-jagan-british-guiana-1964#_edn3>. Acesso em: 28 mar. 2023.

JENKINS, Tricia. **The CIA in Hollywood: How the Agency shapes Film and Television.** Estados Unidos: University of Texas Press, 2016.

KANE, N. Stephen; CLAUSSEN, Paul (ed.). **Foreign Relations of the United States, 1958–1960, American Republics, Volume V.** Washington: United States Government Printing Office, 1991. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1958-60v05/d11>>. Acesso em: 19 abr. 2023.

KEEFER, Edward C. British Guiana (ed.). **Foreign Relations of the United States, 1961–1963, Volume XII, American Republics.** Washington: United States Government Printing Office, 1996. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d242>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

KORNBLUH, Peter. **CIA, Operating Guidance Cable on Coup Plotting.** 1998. Disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/nsaebb8i.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

LEARISH, Jessica. **The 50 most expensive colleges in America, ranked.** 2022. Disponível em: <<https://www.cbsnews.com/pictures/the-50-most-expensive-colleges-in-america/>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

LIMA, Lioman. **Como a CIA derrubou meu pai em primeiro golpe na América Latina.** 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48808055>>. Acesso em: 02 set. 2022.

MARCHETTI, Victor; MARKS, John. **The CIA and the cult of intelligence.** Estados Unidos: Alfred A. Knopf, 1974.

MCCANN, Thomas P. **An American Company: The Tragedy of United Fruit.** New York: Crown Publishers, 1976.

MILLER, Greg. **Spy Agencies Outsourcing to Fill Key Jobs.** 2006. Disponível em: <<https://www.latimes.com/archives/la-xpm-2006-sep-17-na-contractors17-story.html>>. Acesso em: 16 abr. 2023.

ODNI - OFFICE OF THE DIRECTOR OF NATIONAL INTELLIGENCE. **U.S. Intelligence Community Budget.** 2023a. Disponível em: <<https://www.dni.gov/index.php/what-we-do/ic-budget>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

ODNI - OFFICE OF THE DIRECTOR OF NATIONAL INTELLIGENCE. **Who we are.** 2023b. Disponível em: <<https://www.dni.gov/index.php/who-we-are>>. Acesso em 27 mar. 2023.

ODNI - OFFICE OF THE DIRECTOR OF NATIONAL INTELLIGENCE. **History.** 2023c. Disponível em: <<https://www.dni.gov/index.php/who-we-are/history>>. Acesso em 17 mar. 2023.

OUR WORLD IN DATA. **Democracy polity.** 2023. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/grapher/democracy-polity>>. Acesso em: 01 abr. 2023.

PEARSON, Erica. **List of CIA directors.** 2021. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Central-Intelligence-Agency/List-of-CIA-directors>>. Acesso em 17 mar. 2023.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos: Continuidade ou mudança?**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

PERKINS, E. Ralph *et al* (ed.). **Foreign Relations of the United States: Diplomatic papers, 1944, The American Republics, Volume VII.** Washington: United States Government Printing Office, 1967. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1944v07/d1128>>. Acesso em: 17 abr. 2023.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico.** Brasil: Paz e Terra, 1977.

PRASHAD, Vijay. **Balas de Washington: Uma história da CIA, Golpes e Assassinatos.** São Paulo: Expressão Popular, 2020.

QUADRAT, Samantha. **Operação Condor: O “Mercosul” do terror.** Estudos Ibero-Americanos, v. 28, n. 1, p. 167–182, 2002. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/23793>>. Acesso em: 10 out. 2021.

RABE, Stephen. **Eisenhower and Latin America.** Estados Unidos: The University of North Carolina Press, 2017.

RABE, Stephen. **U.S. Intervention in British Guiana.** Estados Unidos: The University of North Carolina Press, 2006.

RAMOS, Leonardo César Souza. **Hegemonia, revolução passiva e globalização: O sistema G7/8.** Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

REICHEL, Heloisa. **O “perigo vermelho” na América Latina e a grande imprensa durante os primeiros anos da Guerra-Fria (1947-1955).** In: Revista Diálogos, DHI/UEM, v. 8, n.1, p. 189-208, 2004.

ROBINSON, William. **Promoting Polyarchy.** New York: Cambridge University Press, 1996.

SANTOS, Marcelo. **O poder norte-americano e a América Latina no pós-guerra fria**. 1ª ed. São Paulo: Annablume Editora, 2007.

SCHLESINGER, Stephen; KINZER, Stephen. **Bitter Fruit: The Story of the American Coup in Guatemala**. Estados Unidos: Harvard University, 1982.

SCHNEIDER, Ronald M. **Communism in Guatemala: 1944-1954**. New York: Frederick A. Praeger, 1959.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: Poder e Submissão**. Bauru: Edusc, 2000.

SHORROCK, Tim. **Spies for Hire: The Secret World of Intelligence Outsourcing**. Estados Unidos: Simon & Schuster, 2008.

SINGH, Sunny. **The U.S. Intelligence Enterprise and the Role of Privatizing Intelligence**. Cambridge: Harvard Kennedy School, 2019. Disponível em: <<https://www.belfercenter.org/sites/default/files/files/publication/PrivateIntel%20-%20final.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2023.

SSCI - UNITED STATES SENATE SELECT COMMITTEE ON INTELLIGENCE. **Covert Action in Chile 1963 - 1973**. Washington: U.S. Government Printing Office, 1975. Disponível em: <<https://www.intelligence.senate.gov/sites/default/files/94chile.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2023.

SSCI - UNITED STATES SENATE SELECT COMMITTEE ON INTELLIGENCE. **Senate Report on Intelligence Authorization Act for Fiscal Year 2002**. 2001. Disponível em: <www.fas.org/irp/congress/2001_rpt/srep107-63.html>. Acesso em: 16 abr. 2023.

STEPHAN, Claudia. **A Doutrina da Segurança Nacional de Contenção na Guerra Fria: fatores que contribuíram para a participação dos militares na política brasileira (1947-1969)**. Conjuntura Global, vol. 5 n. 3, set./dez, 2016, p.537-565.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor**. 1ª ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 2000.

TRUMAN, Harry S. **Recommendations for assistance to Greece and Turkey**. 1947. Disponível em: <<https://www.archives.gov/milestone-documents/truman-doctrine>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

US DEPARTMENT OF STATE. **The Truman Doctrine, 1947**. 2021a. Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1945-1952/truman-doctrine>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

US DEPARTMENT OF STATE. **A New National Security Structure**. 2021b. Disponível em: <<https://history.state.gov/departmenthistory/short-history/security>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

US DEPARTMENT OF STATE. **The Bay of Pigs Invasion and its Aftermath.** 2023c. Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1961-1968/bay-of-pigs>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

VISQUERRA, Sergio. **Guatemala 1944: Crisis y Revolución - Ocaso y quiebre de una forma estatal.** 2ª Ed. Cidade da Guatemala: F&G Editores, 2009.

WILFORD, Hugh. **The Agency: a history of the CIA.** Virginia: The Great Courses, 2019.

WISE, David. **Campus Recruiting and the CIA.** 1986. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1986/06/08/magazine/campus-recruiting-and-the-cia.html>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

WORLD BANK. **Guatemala Overview.** 2023. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/country/guatemala/overview>>. Acesso em: 26 abr. 2023.

ZIPPIA - THE CAREER EXPERT. **CIA agent demographics and statistics in the US.** 2021. Disponível em: <<https://www.zippia.com/cia-agent-jobs/demographics/>>. Acesso em: 21 mar. 2023.

**ANEXO A - RESUMO DO DESENVOLVIMENTO DA OPERAÇÃO DA CIA
RELATIVA À GUIANA EM 1962**

76b

~~TOP SECRET - EYES ONLY~~

Enclosure No. 1

SUMMARY OF DEVELOPMENT OF [REDACTED] OPERATION
CONCERNING BRITISH GUIANA

[REDACTED]

2. The CIA has assumed full responsibility in the U.S. Government for the security of all planning and covert action concerning this [REDACTED] operation. The State Department is kept fully informed of all developments on a regular basis.

3. The CIA contacted Linden Forbes Burnham, leader of the People's National Congress (PNC), major opposition party in British Guiana, and Peter D'Aguiar, leader of the United Force Party (UF), minor opposition party, and they both agreed to insist on an electoral system of proportional representation for British Guiana at the Constitutional Conference, which began in London on 23 October.

4. As expected, the Constitutional Conference collapsed over the issue of proportional representation and the holding of new elections before independence. No firm date for independence for British Guiana has been set.

5. The CIA contacted Burnham subsequently, and in return for promise of financial assistance to the PNC, he gave assurances respecting his political program.

6. A prominent Negro leader in New York City has been contacted to revitalize the Help Guiana Committee, a small organization formed by British Guianese in New York, [REDACTED]

~~TOP SECRET - EYES ONLY~~

SANITIZED
E.O. 13526, SEC. 3.5
NIK-10-1306/ScAP/Agon
By MAB/NAKA, Date 7/15

Fonte: JIMENEZ-BACARDI, Arturo; PRADOS, John. **The Overthrow of Cheddi Jagan in British Guiana.** National Security Archive, 2020. Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/briefing-book/intelligence/2020-04-06/cia-covert-operations-overthrow-cheddi-jagan-british-guiana-1964#_edn3>. Acesso em: 28 mar. 2023.

ANEXO B - CABO DE ORIENTAÇÃO OPERACIONAL DA CIA SOBRE CONSPIRAÇÃO DE GOLPE, 16 DE OUTUBRO DE 1970

RESTRICTED HANDLING MESSAGES TO BE DELIVERED DIRECTLY TO SPECIAL OPERATIONAL CENTER. DECLASSIFIED - E.O. 12356, Sec. 3.4
 WITH PORTIONS EXEMPTED E.O. 12356 Sec. 1.3 (a) (4)

DO NOT EXCEED 60 TYPEWRITER CHARACTERS PER LINE, INCLUDING SPACES.

ORIG: [REDACTED]
 RHIT: [REDACTED]
 EXT: [REDACTED]
 DATE: 16 October 1970

RESTRICTED HANDLING
 CLASSIFIED MESSAGE

MR 89-28 #11 CIA Mr. [REDACTED]
 By Copy, NARA, Date 4/14/85

SECRET

LESNA ENABLED ACCOUNTS

(CLASSIFICATION) (DATE AND TIME FILED)

SECRET 422 CITE HEADQUARTERS 802

IMMEDIATE SANTIAGO (EYES ONLY [REDACTED])
 16 14 08z Oct 70

1. ^{TPivkTun} [REDACTED] POLICY, OBJECTIVES, AND ACTIONS WERE REVIEWED AT HIGH USG LEVEL AFTERNOON 15 OCTOBER. CONCLUSIONS, WHICH ARE TO BE YOUR OPERATIONAL GUIDE, FOLLOW:

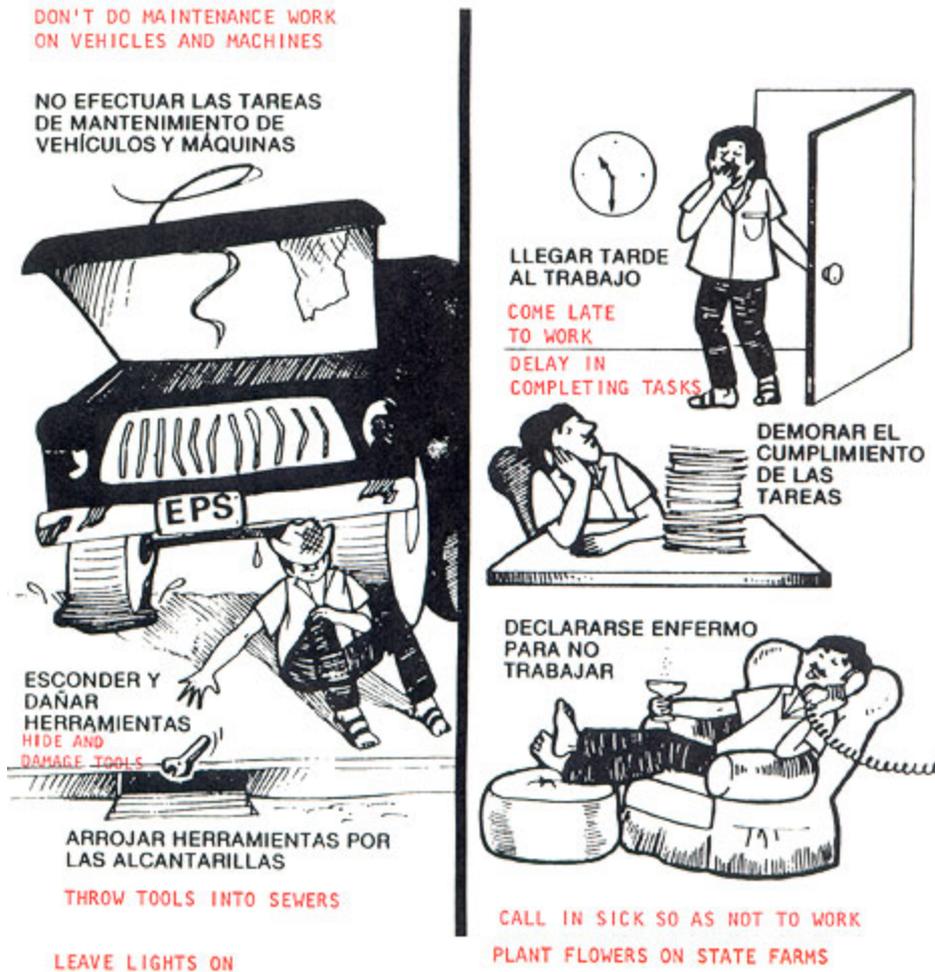
2. IT IS FIRM AND CONTINUING POLICY THAT ALLENDE BE OVERTHROWN BY A COUP. IT WOULD BE MUCH PREFERABLE TO HAVE THIS TRANSPIRE PRIOR TO 24 OCTOBER BUT EFFORTS IN THIS REGARD WILL CONTINUE VIGOROUSLY BEYOND THIS DATE. WE ARE TO CONTINUE TO GENERATE MAXIMUM PRESSURE TOWARD THIS END UTILIZING EVERY APPROPRIATE RESOURCE. IT IS IMPERATIVE THAT THESE ACTIONS BE IMPLEMENTED CLANDESTINELY AND SECURELY SO THAT THE USG AND AMERICAN HAND BE WELL HIDDEN. WHILE THIS IMPOSES UPON US A HIGH DEGREE OF SELECTIVITY IN MAKING MILITARY CONTACTS AND DICTATES

COORDINATING OFFICERS [REDACTED] ... CONTINUED ...
 AUTHENTICATING OFFICER [REDACTED]

THIS FORM FOR USE BY AUTHORIZED RESTRICTED HANDLING MESSAGE USERS ONLY!

Fonte: KORNBLUH, Peter. **CIA, Operating Guidance Cable on Coup Plotting**, October 16, 1970. National Security Archive, 1998. Disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/nsaebb8i.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

**ANEXO C - PÁGINA DO “THE FREEDOM FIGHTER’S MANUAL”
DESENVOLVIDO PELA CIA PARA REBELDES DO CONTRA**



Fonte: CIA - CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The Freedom Fighter's Manual**. Grove Press: Estados Unidos, 1985. Disponível em: <<http://www.ballistichelmet.org/school/free.html>>. Acesso em: 31 mar. 2023.